

RELATÓRIO DE PESQUISA

**O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI
-história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento-**

**Coordenador:
Prof. Dr. Jorge L. A. Natal**

**Apoio:
CNPq, FAPERJ e SR-2/UFRJ**

**Outro Apoio:
IPPUR/UFRJ**

Rio de Janeiro, Abril/2001

**O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI
-história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento-**

Jorge L. A. Natal ⁽¹⁾

SUMÁRIO

	PÁG.
<i>Breves comentários sobre a estrutura do sumário</i>	03
<i>Agradecimentos</i>	06
<i>Introdução</i>	07
<i>I. Uma sucinta reflexão teórica sobre a gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a 'leitura' dos economistas da Unicamp e a dos historiadores da UFF</i>	10
I.1. O debate teórico sobre a gênese e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro: um foco especial nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo.....	10
I.2. As especificidades da formação social fluminense.....	14
<i>II. A formação do espaço regional fluminense e a constituição das suas duas economias</i> ..	20
II.1. A perda de importância da economia carioca no contexto nacional.....	22
<i>III. A crise econômica propriamente dita: dos anos oitenta a entrada dos noventa</i>	27
III.1. A elaboração clássica-discursiva da crise econômica.....	29
III.2. A concreção tardia da tese dos economistas 'campineiros'.....	36
<i>IV. A retomada do crescimento econômico (1995-...)?</i>	38
IV.1. Da crise à inflexão da anterior trajetória de degradação econômica.....	38
<i>V. Cenários e perspectivas de desenvolvimento para a economia e sociedade fluminense no limiar do século XXI</i>	42
V.1. A disposição geográfica dos investimentos e os problemas sócio-econômicos	42
<i>Referências bibliográficas</i>	47
APÊNDICES	51
I. As atuais economia e sociedade fluminenses - elementos analíticos para a ação planejada.....	52
II. A reiteração das desigualdades espaciais fluminenses à luz da inflexão econômica e das novas políticas governamentais.....	63
III. Inovações e permanências no Estado do Rio de Janeiro/Brasil - notas sobre a atual dinâmica sócio-espacial, econômica e demográfica.....	86

¹. O coordenador deste estudo é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).

AGRADECIMENTOS

Este relatório de pesquisa, resultado de dois anos de investigação, é devedor de algumas pessoas e instituições.

Quanto às pessoas, agradeço especialmente aos bolsistas de Iniciação Científica que, de maneira e em momentos variados, contribuíram para a sua consecução, a saber: Lilian Mozer Coelho (IC/FAPERJ), Luciano da Cruz Mendonça (IC/SR-2/UFRJ), Luciano Silva (IC/SR-2/UFRJ), Virna Plastino (IC/CNPq) e Vinicius Wu (IC/CNPq). Na mesma perspectiva, agradeço ainda aos estudantes de mestrado e de doutorado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) que, ao cursarem a disciplina Economia e Sociedade Fluminenses, por mim ministrada, ajudaram a esclarecer diversas passagens deste trabalho de investigação, dada a proximidade do seu conteúdo programático com esta proposta de estudo que, ao fim e ao cabo, se materializa neste relatório; dentre esses estudantes, destaco Cleidia R. Esteves, Elizabeth Saar, Emilio Rua, Mauro Osório, Rosalinda C. Pimentel e José L. Vianna. Registre-se que esses mesmos interlocutores também contribuíram com o estudo na medida em que se fizeram presente nas reuniões que promovemos com convidados especialistas externos à academia; isto posto, agradeço também a esses especialistas.

Quanto às instituições, agradeço à Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2), da UFRJ, pela concessão de duas bolsas de IC; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pela concessão de uma outra bolsa de IC; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de mais uma bolsa de IC. Além dessas instituições, agradeço também especialmente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), unidade na qual estou lotado, e que, como em vezes anteriores, concedeu-me toda a liberdade acadêmica indispensável para levar a bom termo essa minha pesquisa, como ainda meios logísticos (computador, impressora, etc.), além de apoio do seu pessoal técnico (funcionários) sempre que necessário.

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A ESTRUTURA DO SUMÁRIO

O presente relatório, como indicado no **SUMÁRIO**, está organizado da maneira que segue:

Agradecimentos

O autor registra nesta seção seus agradecimentos às pessoas e às instituições que contribuíram para viabilização do presente estudo.

Introdução

Nesta seção são tecidos breves comentários sobre o conjunto da economia e sociedade fluminenses em vista dos expressivos contingentes populacionais, e das importantes atividades econômicas e processos sociais, e não é de hoje, existentes nas frações territoriais extra-metropolitanas fluminenses ⁽²⁾. A necessidade do exame da economia e sociedade fluminenses em seu conjunto mostra-se também premente quando considerada a histórica determinação cultural tão carioca -incluindo-se aí a da sua intelectualidade- de ater-se fundamentalmente ao M-S ou quando muito ao espaçamento analítico da RMRJ ⁽³⁾. Em suma: há muito pouca reflexão sobre o conjunto apontado.

I. Reflexões teóricas sobre a gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a 'leitura' dos economistas da Unicamp e dos historiadores da UFF

Nesta seção é resgatada de maneira sucinta a contribuição dos chamados economistas de Campinas (do antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Universidade Estadual de Campinas) sobre a centralidade das relações café-indústria para efeito do desenvolvimento capitalista e seu imediato impacto, negativo, sobre o dinamismo econômico das demais unidades federativas (incluindo-se a do Rio de Janeiro) ⁽⁴⁾ e as análises elaboradas pelos historiadores da Universidade Federal Fluminense que, ao sublinharem as especificidades dos antigos Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro,

². Não obstante a megacefalia do Município-Sede, M-S, em relação à Região Metropolitana, RMRJ, e desta em relação ao Estado do Rio de Janeiro, ERJ.

³. Em complemento, mencione-se que os estudos em questão de maneira geral não ignoram apenas o âmbito estadual, mas também o da macro-região na qual a essa unidade federativa encontra-se inserida, a Região Sudeste (SE).

⁴. Embora seja verdade que nem todos os economistas daquele departamento acadêmico estiveram diretamente envolvidos com a formulação em pauta, não é menos fato que essas formulações contribuíram decisivamente para o reconhecimento dos seus economistas como integrantes de uma escola de pensamento.

claramente se contrapuseram aos escritos dos primeiros, mais especificamente, às suas pretensões paradigmáticas.

II. A formação do espaço regional fluminense e a constituição das suas duas economias

Nesta seção é resgatada, tendo em vista a formação do espaço regional fluminense e da constituição das suas duas economias, a contínua perda de importância da economia carioca no contexto nacional, processo esse que teria sido agudizado inicialmente com a transferência da capital federal para Brasília e, adiante, com o advento da fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o também antigo Estado da Guanabara. Mas, como sugerido, mais à frente no tempo, outros processos e sujeitos também contribuíram para a degradação da economia fluminense...

III. A crise econômica dos anos oitenta e entrada dos noventa propriamente dita

Nesta seção é examinada a crise econômica dos anos oitenta e entrada dos noventa, (crise que, no dizer de Sulamis Dain, em 1990, configuraria o Rio como sendo o palco de "todas as crises") e a elaboração discursiva das elites empresariais sobre o 'esvaziamento econômico', enquanto instrumento de luta política e econômica, e de afirmação de hegemonia ideológica, destacando-se ainda nesta seção a concreção tardia da tese dos economistas 'campineiros'.

IV. A retomada do crescimento econômico (1995-...)?

Nesta seção, tendo em vista a crise anterior, são examinados o discurso e as bases concretas da inflexão econômica verificada na economia fluminense a partir de meados da década passada (discussão esta que, em vista do Apêndice II, foi examinada de maneira ultra sucinta nesta seção).

V. Cenários e perspectivas de desenvolvimento para a economia e sociedade fluminense no limiar do século XXI

Nesta seção aponta-se que a economia e a sociedade fluminenses podem continuar experimentando taxas razoáveis ou até expressivas de crescimento econômico nos próximos anos, mas que se permanecerem apoiadas apenas ou fundamentalmente em setores tecnologicamente avançados, como os de telecomunicação e petróleo, por exemplo, na ausência de elementos/processos públicos 'contrarrestantes', as diferenciações sociais (particularmente ao nível do mercado de trabalho), produtivas e espaciais tenderão a aumentar.

Referências Bibliográficas

Nesta seção, é trivial, são registrados o conjunto do material lido, ou simplesmente consultado para efeito da elaboração deste relatório.

Apêndices

Desta seção constam três artigos, sendo dois deles escritos no período da pesquisa e um, é trivial, não. Vale o registro que todos 'alimentaram' o presente estudo. A inclusão de um artigo não redigido no período da pesquisa (1999-2000) deve-se a importância que atribuímos a ele para efeito dos nosso 'mergulho inicial' nos estudos sobre a economia e sociedade fluminenses. Assinale-se ainda que artigos e projetos de pesquisa outros sobre a economia e sociedade fluminenses também foram escritos nos últimos dois anos, mas que, por razões diversas, não integrarão este relatório. Adicione-se que um desses artigos foi agregado ao de colegas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e publicado numa coletânea intitulada "Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação" (livro este coordenado pela professora Rosélia Piquet).

INTRODUÇÃO

É fato que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem sido pouco estudado; tal fato mostra-se especialmente veraz quando se considera o expressivo número de trabalhos sobre a economia e sociedade paulista ⁽⁵⁾. No caso dos estudos sobre o ERJ, o que sobressai, sem prejuízo da observação crítica anterior, e já assinalando outra, são estudos sobre parcela do seu território; mais especificamente sobre seu Município-Sede e/ou -conforme observação anotada- sobre sua Região Metropolitana (RMRJ) ⁽⁶⁾.

Já no caso do Estado de São Paulo, como há em seu território o que se poderia denominar, com certa propriedade, de rede de cidades, expressão da distribuição mais equânime da sua economia pelo (seu) território, ele é regularmente estudado, seja em suas diversas partes (municípios, regiões, espaços selecionados analiticamente, etc.) seja em sua totalidade; ao passo que no ERJ, como se sabe, sucede exatamente o contrário, qual seja, a população, as atividades econômicas e a arrecadação tributária ao estarem concentradas na mencionada RMRJ, ou, mais expressivamente ainda, no próprio M-S, levam a que os estudos tendam a concentrar-se nestes âmbitos/recortes espaciais, reforçando ainda mais a tradição de que pensar o Rio é pensar o antigo Distrito Federal.

Como se segue. Segundo a contagem populacional de meio de década, realizada pela Fundação IBGE, a população do M-S representaria cerca de 45% da população do estado, enquanto a da RMRJ representaria cerca de 75% da população do mesmo estado. O emprego industrial da RMRJ em relação ao conjunto do estado estaria na faixa de 80%; o emprego do comércio, também relacionando à RMRJ ao conjunto do estado, seria de aproximadamente 85%; e o do setor de serviços, ainda considerando RMRJ/ERJ, seria de 89%. No que tange a relação M-S/RMRJ, o emprego industrial, comercial e do setor de

⁵. Uma simples consulta às pesquisas desenvolvidas pelo atual Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NESUR), do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), coordenado pelo prof. Dr. Wilson Cano, por exemplo, como às dissertações e teses defendidas naquela 'casa', evidenciam a existência de uma lista extraordinariamente extensa de trabalhos sobre a realidade sócio-econômica paulista, tanto sobre seus municípios como sobre várias das suas regiões, ou seja, não apenas sobre a capital paulista ou sua região metropolitana.

⁶. A esse respeito vide, principalmente, a relação das pesquisas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), e das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nesta Instituição.

serviços, respectivamente, seria de 75%, 72% e 84%. Vale dizer: há uma expressiva concentração das atividades econômicas, sinalizadas pelo emprego, no próprio M-S. Essa assertiva é confirmada quando se considera o quadro seguinte:

**QUADRO I
FINANÇAS PÚBLICAS**

1999

RELAÇÕES/ IMPOSTOS	RMRJ/ESTADO	M-S/RMRJ
IPI	48,77	75,69
ICMS	92,39	78,26
ISS	90,60	90,19
IPVA	81,18	80,86

FONTE: CIDE, Anuário Estatístico, 2000.

Em síntese: reafirma-se aqui a extrema centralidade da economia do M-S em relação ao conjunto da economia estadual e, como se pode constatar, da própria economia do Município do Rio de Janeiro em relação à RMRJ ⁽⁷⁾.

Mas também é mister (re)considerar que a extrema concentração da intelectualidade fluminense no M-S, aliada a uma certa tradição tão própria do carioca, acabou por reforçar certo paroquialismo analítico, ou seja, o Rio, leia-se, M-S e/ou RMRJ, assumiu uma principalidade que, se não pode ser dita exagerada, acabou ignorando ao fim e ao cabo o restante do estado. Neste sentido, como apontado antes, é como se o M-S e a RMRJ não fizessem parte de um estado e mesmo de uma região, a Sudeste. Não obstante, é preciso lembrar que a população extra-RMRJ, alcança cerca de 4.000.000 de pessoas e que cerca de 70% dos municípios do estado apresentavam recentemente taxa migracional líquida negativa. Ou, também, que apenas três dos municípios desse estado, também recentemente, apresentam taxa migracional líquida positiva e maior do que um, a saber: Friburgo, Macaé (ambos extra-RMRJ) e Itaboraí (uma nova periferia que vem se ampliando no estado). O que, é evidente, deveria chamar a atenção para a extrema relevância, como dizem os geógrafos, das escalas analíticas para efeito do entendimento mais amplo e complexo quer do lugar M-S quer do lugar RMRJ.

Neste sentido, parece oportuno realizar algum esforço intelectual, reflexivo, considerando o estado como um todo, sem perder de vista suas diversas especificidades sociais, econômicas, inclusive no plano territorial. Logo, há notória importância em estudar o ERJ, ainda mais se considerarmos a antes propalada crise desse estado e a dramaticidade das condições de vida das maiorias populacionais existentes em seu M-S e em sua RMRJ, como da também propalada retomada do seu crescimento econômico, dentre outras manifestações, algumas delas extra-metropolitanas...⁽⁸⁾.

⁷. Duas observações: (i) os dados de 1991, indicavam uma centralidade bem maior do M-S em relação em relação à RMRJ e desta em relação ao ERJ; e, (ii) causa estranheza o percentual do IPI atinente à relação RMRJ/ERJ.

⁸. Vide o caso dos royalties do petróleo que estão sendo recebidos por municípios situados em áreas do estado, antes considerados integrantes e definidores de 'regiões-problema'.

I. UMA SUCINTA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO: A 'LEITURA' DOS ECONOMISTAS DA UNICAMP E A DOS HISTORIADORES DA UFF

Esta subseção I.1 examina o debate que envolveu parcela dos economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e dos historiadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual os primeiros sustentaram o caráter determinante da dinâmica café-indústria para efeito da definição das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas (como ocorreu em São Paulo, mas não no restante do país), ao passo que os últimos, ao sustentarem as especificidades de dados espaços nacionais diante das relações café-indústria, como seria o caso do Rio de Janeiro, questionaram a suposta pretensão paradigmática da modelagem analítico-teórica 'campineira'; em I.2 examinar-se-ão algumas das efetivas especificidades sócio-econômicas fluminenses que resultaram, para esta formação social, em importante papel nas lutas nacionais de natureza federativa e, ao mesmo tempo, demonstraram as limitações da sua estrutura econômica na medida em que essas singularidades, ao reforçarem-na, deram mostras, no tempo, da sua fragilidade frente às mudanças em curso, principalmente a partir do final dos últimos anos setenta.

I.1. O debate teórico sobre a gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro: um foco especial nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo

Os economistas do antigo ⁽⁹⁾ Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (DEPE/Unicamp) elaboraram e tornaram conhecidas, ao final dos anos setenta/entrada dos oitenta, um conjunto de trabalhos orientados para a explicação da gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dentre esses autores (e trabalhos), destacamos Cardoso de Mello (Capitalismo Tardio- contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira), Wilson Cano (Raízes da Concentração Industrial no Brasil) e Sérgio Silva (Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil).

⁹. O DEPE foi transformado em Instituto de Economia (IE).

Estes autores/trabalhos entendem que é ao final do século XIX, e no âmbito da chamada economia exportadora capitalista cafeeira, que são gestadas as condições para o nascimento da industrialização brasileira. Ou seja, essa estrutura econômica teria criado em seu espaço as condições para o 'nascimento' da indústria, ainda que incipiente, e viabilizado o desenvolvimento de um processo que se poderia, com rigor conceitual, denominar industrialização ⁽¹⁰⁾.

É nesta perspectiva que ganha centralidade, em todos os autores (e, é trivial, trabalhos), a relação café-indústria...as dinâmicas relações café-indústria. E mais: a igual centralidade de dados espaços paulistas (Vale do Paraíba paulista, inicialmente, e, depois, o Oeste Paulista) como sendo os lugares por excelência da constituição das bases originárias do capitalismo brasileiro (expresso, como consta da nota 10, através do sentido conceitual da categoria industrialização).

No que tange às dinâmicas relações café-indústria, ela se explicaria *pele seu momento*. Ou seja, a economia brasileira, em especial a paulista, a partir do início do último quartel do século XIX, dado o extraordinário avanço do comércio internacional, teria contado com a ampliação da demanda pelo produto em que mais se especializou, o café. Evidente que as condições de transporte, de aumento do 'tamanho' da economia mundial e de avanço da sua extraordinária mercantilização, etc. teriam contribuído decisivamente para tal. Ao nível interno, é trivial, essa mesma mercantilização também teria sido extraordinária: necessidades e mais necessidades de bens de consumo e de meios leves de produção logo se fariam presentes...eles seriam indispensáveis para a continuação daquela dinâmica econômica, e da crescente complexidade de seu tecido social (que passa a contar na cena urbana com a presença de profissionais liberais, com a ascensão de uma certa classe média, com a presença ativa dos militares, etc.). Ainda no que tange às dinâmicas relações café-indústria, é mister considerar também seu *ponto de partida*, o capital mercantil...e isso é decisivo, afinal, no plano 'externo' (sic), o capital financeiro, com sua

¹⁰. A categoria industrialização está sendo empregada mais do que como simples aparecimento de máquinas e equipamentos, mas, fundamentalmente, como um processo que expressa a afirmação, em crescendo, de relações sociais de produção, de forças produtivas e de acumulação de capital sob bases especificamente capitalistas (vide O capital - Inédito VI e capítulos XII e XIII em O Capital, ambos de Karl Marx).

enorme potencialidade expressa, seja na moeda do comércio internacional (à época, a libra esterlina) seja nas empresas organizadas/estruturadas segundo esta nova, mais avançada e abstrata forma de existência do capital (sociedades anônimas) ⁽¹¹⁾, aportou recursos para efeito de financiamento da produção (compra de equipamentos, de matérias-primas, etc.), contribuindo assim para a própria dinamização da economia brasileira, em especial da paulista. Uma adição: é claro que o capital financeiro contribuiu para o dinamismo da economia brasileira, particularmente a paulista, tendo em vista os extraordinários ganhos que aquela economia suscitava e que ele, em função da sua centralidade, posicionado que estava na órbita da circulação, particularmente ao nível da intermediação comercial e financeira, a partir dali podia acessar. Enfim: sua estratégica localização nas atividades de importação e exportação, e no financiamento das operações direta e indiretamente ligadas à produção cafeeira, evidenciava a importância da intermediação/apropriação dos excedentes econômicos e, portanto, a lógica de atuação do capital financeiro, notadamente em economias/sociedades dominadas (internamente) pelo capital mercantil.

No que tange a base territorial da expansão cafeeira, é sabido que o espaço paulista mostrou-se o 'lugar por excelência', e não apenas pelas condições topográficas e qualidade do solo, mas principalmente porque pode contar com circunstâncias históricas favoráveis, especialmente a expansão do comércio internacional do final do século XIX.

Como este processo foi único no país, a leitura dos economistas 'campineiros' resultou no seguinte entendimento: o capitalismo, no sentido da afirmação de relações sociais de produção e de forças produtivas capitalistas, e de uma dada dinâmica de acumulação de capital (reaplicação dos excedentes econômicos na indústria), teve nascimento e seu desenvolveu de maneira única, logo diferenciada, em parcela do território paulista (oeste paulista). A mercantilização indispensável à existência do capitalismo teria tido ali, enfim, seu 'cenário' privilegiado, único mesmo.

¹¹. O capital financeiro mostrou-se uma nova forma de existência do capital quando se considera que a forma anterior, dominante, era o capital industrial. O capital financeiro mostrou-se forma mais avançada de existência de capital em vista do seu maior potencial de acumulação de capital frente ao capital industrial, e, mais abstrato, no sentido hegeliano, de conter em si as determinações fundamentais da nova 'etapa' lograda pelo capitalismo de então.

E o restante do Brasil? Seguindo a tese da centralidade da economia cafeeira paulista como sendo a 'parteira' do capitalismo nascente, como a economia definidora do primeiro padrão de acumulação de capital do longo ciclo de industrialização brasileiro, result(a)ou também que os demais espaços regionais teriam passado a inscrever-se na divisão inter-regional do trabalho comandada pela economia paulista, levando adiante alguma especialização das suas produções e uma crescente relação de complementariedade com a nascente e pujante indústria paulista, e, ainda, uma dinâmica econômica mais frágil do que a verificada em São Paulo, ou mesmo configurando-se como economias condenadas a experimentar, quando muito, taxas de crescimento modestas. De outra forma: a chamada questão regional brasileira dataria exatamente do momento em que a economia paulista se diferenciou das demais (Cano, 1977).

É deste conjunto de apontamentos, particularmente dos últimos, que partem os historiadores da UFF. É como se perguntassem: ora, a economia do antigo Distrito Federal, apesar de não apresentar em seu território relações dinâmicas café-indústria, nem assim experienciou *então* qualquer crise verdadeiramente gravosa, nenhuma e imediata degradação econômica?

Ou ainda: será que as relações café-indústria constituíram uma espécie de paradigma a ser seguido para efeito do seu desenvolvimento? Ou, em isso sendo impossível, estariam todos os demais espaços nacionais fora de São Paulo, condenados a uma posição 'atrasada' ou 'subdesenvolvida' em relação à economia daquela unidade federativa? Condenados a uma baixa mercantilização? Será, desse modo, que as frações do território brasileiro que não desenvolveram à época relações dinâmicas café-indústria estariam mesmo condenadas a uma inscrição subalterna na divisão do trabalho definida pela pujança da economia paulista? Por fim, será que dadas especificidades regionais não deveriam ser consideradas, relativizando-se a pretensão paradigmática que a análise precedente encerra(va)?

I.2. As especificidades da formação social fluminense

É verdade que o binômio café-indústria teve papel de destaque na maioria das análises do desenvolvimento capitalista do Brasil. Mas para aqueles economistas ele apresentava nuclearidade explicativa para efeito do desvelamento da gênese e ulterior desenvolvimento

do capitalismo brasileiro. E mais: o binômio café-indústria também explicaria expansões e retrocessos econômico-espaciais. De outra forma: explicaria porque no caso específico do Estado de São Paulo (ESP), por conta das virtualidades do binômio em pauta, teria sido possível para esse espaço constituir um mercado de trabalho e de consumo únicos no país; e, ao contrário do ESP, no caso do ERJ, a precoce decadência do café teria impossibilitado o estabelecimento daquelas virtualidades e a conseqüente propulsão ao avanço industrial. Seguindo essa abordagem, a mencionada ausência de virtualidades fluminenses teria elevado os salários (pressionando os lucros empresariais), resultado da escassez da mão-de-obra livre (a base escravista como entrave à constituição de mercado de trabalho e de consumo) e dos elevados custos dos gêneros alimentícios, e, todos esses óbices, por sua vez, teriam origem na decadência da sua agricultura. “Por inferência, conclui-se(-ia que) na medida em que a antiga economia cafeeira do Vale do Paraíba e da região de Minas Gerais declinavam, (...) toda a economia fluminense e carioca entravam num processo de ‘inexorável atrofia’ e” (Gomes e Ferreira 1999: 10).

Isto posto, os historiadores da UFF propuseram-se questionar a tese central (e suas derivações), qual seja, a de pensar o desenvolvimento das várias unidades federativas a partir das relações dinâmicas café-indústria na medida em que esse binômio teria implicado no negligenciamento das especificidades dos demais estados ⁽¹²⁾.

Como no caso do ERJ esse negligenciamento lhes parecia ser flagrante ⁽¹³⁾, elaboraram então diversos trabalhos sobre a especificidade do antigo Estado da Guanabara

¹². Mais acuradamente: ter-se-ia firmado uma tradição (ou paradigma) nos escritos ocupados com o desenvolvimento do Brasil, notadamente com o econômico, centrado nas relações café-indústria, como, vale a adição, nas origens sociais da classe trabalhadora em vista da industrialização e do sindicalismo corporativo.

¹³. Vale aqui assinalar que a maioria desses autores encontra-se sediado(a) no Estado de São Paulo, sendo, em verdade, paulistas, quando não paulistanos.

e a do também anteriormente denominado Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a economia dessa região (fluminense) ⁽¹⁴⁾, de “forma a distingui-la da paulista, atribuindo com isso menor peso às relações café-indústria como elemento explicativo da perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro” (Gomes e Ferreira 1988: 2); apontando, ademais, que a própria reflexão sobre a classe trabalhadora carioca e fluminense, ao colocar na ordem do dia temáticas como valores, condições de vida e de trabalho, mas não fundamentalmente a questão corporativo-sindical ⁽¹⁵⁾, tão marcantes nas análises dos cientistas políticos e sociólogos paulistas sobre a classe trabalhadora de São Paulo, reiterava a especificidade da região fluminense.

Para apreender a força dessa crítica, considerando o que foi anotado ao início deste sub-ítem, os seguintes aspectos serão em seguida considerados (todos recolhidos das elaborações dos historiadores da UFF): a) a relação café-indústria, e a especificidade do Rio de Janeiro; b) a relação entre a produção agrícola e o abastecimento do Distrito Federal; c) o suposto mercado de consumo limitado da região fluminense; e d) a centralidade histórico-explicativa da perda de dinamismo da indústria fluminense.

¹⁴. Entende-se região fluminense como abrangendo o antigo Estado do Rio de Janeiro e o também antigo Estado da Guanabara (ex-Distrito Federal).

¹⁵. Os estudos que tratam do surgimento da classe trabalhadora nos anos-pré 1930 datam dos anos 1950-60, são referidos ao Estado de São Paulo e foram escritos por autores sediados neste estado, tendo em vista os determinantes estruturais do comportamento do operariado ali nascente. Os autores posteriores, condicionados pelo golpe político-militar de 1964, adicionam à leitura sociológica anterior, a análise das conjunturas políticas específicas, acrescentando aí o período 1945-64. Mas isto não lhes altera o foco analítico: “Em São Paulo, os temas da industrialização, do empresariado, do movimento sindical, e também do processo de trabalho nas fábricas estiveram presentes. Já os trabalhos que tratam do Rio de Janeiro elegeram o tema dos movimentos e conflitos urbanos policlassistas” (Gomes e Ferreira 1988: 24), evidenciando o afastamento do “modelo clássico de luta política, (e) alimentando a construção de uma separação entre manifestações mais espontâneas e violentas, e movimentos da classe trabalhadora, menos numerosa e significativas” (Idem, pág. 25). Nestes novos trabalhos, três linhas de investigação são exploradas, a saber: condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora carioca, diferenciação entre as correntes do movimento operário e sindical, e formas de mobilização e participação política. Num certo esforço de síntese, pode-se dizer que essas linhas de investigação, de maneira geral, expressam a especificidade da cena carioca e sua amplitude e complexidade vis-à-vis as análises sobredeterminadas pela industrialização e pelo processo de trabalho fabril tão caros e comuns ao pensar dos paulistas sobre São Paulo.

a) a relação café-indústria, e a especificidade do Rio de Janeiro

Pignaton (1977), por exemplo, destaca “(...) a especificidade da cidade do Rio de Janeiro enquanto grande centro comercial, financeiro e político-administrativo, dotado de certo grau de autonomia” (Gomes e Ferreira 1988: 10), pelo menos naquele momento, acrescento eu (Jorge Natal), em relação às relações café-indústria. Eulália Lobo (1977) reforça essa tese ao afirmar que o dinamismo do setor comercial não esteve atrelado à expansão do café fluminense, até porque o antecedeu, dadas as especificidades desse estado, qual seja, o de ser centro político-administrativo, comercial, financeiro e industrial do País” (Idem, pp. 11). O que veio de ser assinalado foi reforçado ainda mais por Leopoldi (1986), outra partícipe do debate, posto que o Rio teria se firmado como principal centro comercial e financeiro por volta de 1880-90, exatamente quando a crise da economia cafeeira atingiu o seu ápice. Neste sentido, prossegue ela, seria preciso valorar as características peculiares da cidade, as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravatura que, em conjunto, acabaram favorecendo a região fluminense, em especial o Distrito Federal, não obstante a crise da cafeeira do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Tais leituras são sintetizadas por Ferreira (1985), ao afirmar que “(...) o desenvolvimento industrial carioca e fluminense não teve relação reflexa e imediata com a agricultura do Estado do Rio de Janeiro” (Idem, pp. 12) na medida em que havia larga acumulação na órbita comercial, independentemente da agricultura. Nesta mesma linha, vale registrar a observação de Monteiro (1985), segundo a qual “(...) o setor cafeeiro não constituiu importante fonte de recursos diretos para a indústria, e que os capitais para a nova atividade provieram principalmente do comércio de importações e dos reinvestimentos de lucros do próprio setor fabril” (Idem, pp. 13).

Em resumo: a região fluminense, principalmente sua fração antigo Distrito Federal, seria portadora naquele momento histórico de tamanhas particularidades que, no limite, seu dinamismo econômico ocorria *quase* à margem das mudanças estruturais processadas na

economia e sociedade paulista ⁽¹⁶⁾. Mais especificamente: a derivação analítica de que as economias que não possuísem relações dinâmicas café-indústria experimentariam, *desde logo*, crise econômica, não teria se mostrado veraz na totalidade da região fluminense.

b) *a relação entre a produção agrícola (quantidade e natureza da mão-de-obra) e o abastecimento do Distrito Federal*

Para Sônia Mendonça (1977) teria havido no período em exame (final do século XIX) diversificação e crescimento da produção agrícola capaz não só de abastecer o antigo Estado do Rio de Janeiro, como também o Distrito Federal (1903-1914). “Tais conclusões refutam as teses (...) de que após a crise do café a economia fluminense teria se voltado exclusivamente para a pecuária” (Gomes e Ferreira 1988: 15). Nesta perspectiva, não teria havido bloqueio à economia da região fluminense por causa de problemas localizados na oferta de produtos agrícolas. Esta tese é, em certa medida, reforçada pela de Castro (1987), ao defender que o importante contingente de mão-de-obra escrava não teria se constituído em obstáculo à formação do mercado interno na região fluminense ⁽¹⁷⁾.

Em resumo: segundo tais observações, pode-se derivar que especialmente a economia do antigo Distrito Federal não teria enfrentado obstáculos no que tange ao seu abastecimento, ao chamado custo de reprodução da sua força de trabalho, nem sido constringida de modo significativo a constituição do seu mercado interno em vista da expressiva presença de mão-de-obra escrava em seu território.

¹⁶. O quase em itálico deriva do seguinte: em vários aspectos, a economia carioca se beneficiou do crescente dinamismo da economia paulista...esta demarche será esclarecida adiante.

¹⁷. Contribuem para iluminar aspectos laterais desta demarche, os trabalhos de Bastos e Weid (1986) (que assinala que a escassez numérica de mão-de-obra derivaria sobretudo da não-disciplinarização operária) e o de José Murilo de Carvalho (1987) (que destaca a existência de formas alternativas de trabalho extra-mercado formal de trabalho) e, ainda, o de Gomes (1987) e Batalha (1986) que apontam que os altos preços existentes na cidade do Rio de Janeiro não teriam derivado da escassez, mas dos mecanismos de distribuição e comercialização dos gêneros (...)” (Gomes e Ferreira 1988: 17).

c) *o mercado de consumo limitado da região do Rio de Janeiro*

A última tese, constante do ítem precedente, o c, é examinada de maneira particular por Lobo (1987), Stein (1979), Bastos e Weid (1986) e Martins (1985). Estes autores refutam-na, apontando a importância de operações e empreendimentos comerciais e financeiros em outras regiões do país que teriam garantido a manutenção da acumulação independentemente dos mercados locais, além da existência de certo controle de uma dada rede que permitia o escoamento da produção, destacando-se aí o papel da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) enquanto “instrumento de integração do mercado interno e da distribuição de produtos manufaturados”.

De outra maneira: sem negar inteiramente a existência de algum constrangimento relativo às 'dimensões' do mercado interno, esses autores apontam os benefícios integradores da EFCB, os benefícios de acesso e exportação de produtos necessários, quer para suprir a demanda interna (à região) quer para efeito de avanço da valorização dos capitais aplicados nestes negócios...mais uma vez, as supramencionadas especificidades teriam permitido que a economia da região fluminense, particularmente a da sua fração antigo Estado da Guanabara, não experimentasse qualquer crise econômica⁽¹⁸⁾.

d) *a especificidade histórico-explicativa da perda de dinamismo da indústria fluminense*

Bárbara Levy (1987) aponta a elevação das tarifas de energia elétrica como responsável pela perda de dinamismo da indústria fluminense. Marco Antônio Guarita (1987) aponta o aumento dos custos industriais com energia elétrica, transportes e salários como responsáveis pela mencionada perda de dinamismo. Outra vertente explicativa resulta da análise de Versiani e Versiani (1980), segundo a qual os importadores investiam na indústria numa perspectiva de diversificação do risco de seus negócios –eles seriam, assim, mais financistas que industriais. Uma outra interessante contribuição ao debate vem de João Paulo de Almeida Magalhães; segundo esse autor, o fato do Rio de Janeiro ter “sido responsável pela formação de cidadãos dotados de um forte sentimento nacional, (mas)

pouco preocupados com (seus) problemas regionais” (Gomes e Ferreira 1988: 21), explicaria a perda de dinamismo fluminense. De qualquer maneira, no que tange à degradação da indústria fluminense, como se examinará em II.1 (especialmente em seu 1º parágrafo, págs. 22/23), assinala-se que ela de fato ocorre, embora com defasagem temporal em relação à dinamização café-indústria de São Paulo e à crise da economia do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Em suma: o Rio de Janeiro, tais eram suas especificidades, não poderia ser matriciado a partir de fora. Esta é a tese dos historiadores da UFF. De qualquer maneira, esse conjunto de autores reconhece que a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro logo entrou em crise, conhecendo a partir do desenvolvimento da economia paulista um longo e irreversível ciclo de decadência e de estiolamento social. Neste sentido, não deixa de haver reconhecimento do mérito da análise acerca do caráter paradigmático das relações econômicas mais avançadas instauradas em São Paulo, nos moldes capitalistas, sublinhando-se, no entanto, a especificidade do antigo Distrito Federal.

Resta então examinar, à luz do embate acadêmico travado entre esses dois agrupamentos intelectuais, o porquê da perda de importância econômica do antigo Distrito Federal, da diminuição do seu dinamismo industrial, apesar da sua economia não experimentar pronta degradação econômica tão logo a economia paulista começou a deslanchar...este aspecto será examinado na seção que segue.

¹⁸. Além disso, nota-se aqui a importância analítica da consideração do âmbito macroregional, no caso, para a

II. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL FLUMINENSE E A CONSTITUIÇÃO DAS SUAS DUAS ECONOMIAS

Interessa discutir aqui, tendo em vista a formação do espaço regional fluminense e a constituição das suas duas economias, as condições materiais que resultaram na sistemática perda de importância da economia carioca no contexto nacional

Sobre a formação do espaço regional fluminense e a constituição das suas duas economias

Para Corrêa (1986), a não complementariedade econômica entre os espaços dos antigos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, no que tange à constituição da economia da região fluminense, seria determinante para o entendimento das suas diferenciações espaciais. Explicando: a “cidade(-estado), ao cumprir (...) funções administrativas e portuárias, estaria respondendo mais às demandas do conjunto do território brasileiro que às necessidades do seu espaço regional” (Gomes e Ferreira 1988: 64), evidenciando a forte polarização da cidade do Rio de Janeiro, ou seja do ex-Distrito Federal (DF), em relação ao antigo Estado do Rio de Janeiro. De outra forma: o antigo DF cresceu mais em função dos “seus vínculos com o restante do país, e principalmente pelos laços que mantinha com o espaço do atual Sudeste” (Idem, pp. 64-5) do que com seu vizinho, o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Reforça o que veio de ser anotado, o fato da cafeicultura do Vale do Paraíba, importante de início para o antigo Distrito Federal, logo superada pelo crescimento da economia cafeeira paulista, ter se apoiado nesta última para expandir as atividades mercantis e administrativas da cidade. Exemplo: a importância do porto do Rio de Janeiro, ainda seguindo Corrêa (1986), pelo fato de ter sido notável no período, ilustraria com clareza a positividade da expansão da economia cafeeira paulista para a ex-cidade-estado.

Bernardes e Segadas (1987) também situam o desenvolvimento do antigo Distrito Federal num contexto regional amplo, apontando o desenvolvimento das suas vias de

melhor compreensão da dinâmica econômica da região fluminense.

comunicação, porto e centro de intermediação financeira e mercantil, além das ferrovias. Nesta mesma linha, Dweck (1987) assinala que “a cidade se beneficiou de sua posição geográfica em todos os ciclos econômicos que o país vivenciou” (Ferreira e Gomes 1988: 67), apontando como razão para tal suas próprias funções políticas que nasceram como decorrência de sua posição geográfica (!?); e que mesmo quando seu porto deixou de ser o principal lugar de exportação de café do país, que ele soube capturar outros produtos, continuando assim a desempenhar papel de destaque.

Já Leopoldi (1986) aponta que a urbanização e a dinâmica da cultura cafeeira deveriam ser vistas também à luz das políticas governamentais de desenvolvimento comercial e industrial na configuração social e econômica da cidade do Rio de Janeiro, acrescentando aí a rede de serviços urbanos e o aumento populacional, dentre outros fatores intervenientes. O cerne da sua tese é a relativização da importância da crise da cafeicultura e o conseqüente destaque das atividades de comércio, intermediação financeira e industrial. Enfim: que o desenvolvimento da cidade não dependia diretamente dos ciclos da expansão cafeeira (Idem, pág. 71), ao contrário do espaço agrário fluminense de então...

Adiante, com a República, a cidade continuou a ser beneficiada. A expansão monetária e a apropriação financeira realizada pelos banqueiros e industriais, com ulterior expansão das suas atividades na cidade do Rio de Janeiro, ao expressarem os vínculos das burguesias industrial e financeira com o Estado, anunciaram uma das suas dimensões-chaves, um dos traços mais específicos da cidade do Rio de Janeiro. Acrescente-se nesse processo de avanço da economia do antigo Distrito Federal que o saneamento das suas finanças, ao início do século passado, lhe permitiu ainda se beneficiar das reformas de Rodrigues Alves e das obras do Prefeito Pereira Passos que, como se sabe, geraram notáveis efeitos multiplicadores sobre a dinâmica urbana, na linha da modernização capitalista de uma 'metrópole' periférica.

Neste sentido, vale também a adição, a construção do porto em 1910, e a conseqüente retomada do crescimento econômico, fez-se acompanhar da diversificação da indústria local (Idem, pp. 74). Tanto que 1907, o Rio de Janeiro era ainda importante centro

da indústria têxtil, metalúrgica, construção naval, moagem de trigo e de material de transporte. Assim sendo, pelo menos até 1913, o Distrito Federal manteve uma tendência de crescimento industrial (em oposição, portanto, à crise da cafeicultura) -em verdade, tão somente no pós-guerra o Rio teria apresentado sinais de desaceleração econômica⁽¹⁹⁾.

Em vista do exposto, algo mostrou-se definitivamente decisivo: a diferença do processo de constituição das duas formações sociais, uma ordenada pelo capital diretamente (a do antigo Estado do Rio de Janeiro) e a outra pelo Estado (a do antigo Distrito Federal)⁽²⁰⁾. Daí porque apenas a primeira pode e deve ser apropriada teórico-analiticamente, e, inclusive da perspectiva temporal imediata, a partir das relações café-indústria⁽²¹⁾ e⁽²²⁾.

II.1. A perda de importância da economia carioca no contexto nacional

É fato que a indústria carioca apenas começou a perder importância no cenário nacional a partir dos anos vinte. Mas também é verdade que em 1939, por exemplo, a economia da região fluminense já detinha apenas 22% da produção industrial nacional -a do Estado de São Paulo já alcançava então quase 46%. Vale dizer: de principal centro

¹⁹. Leopoldi, sobre o mencionado início do esvaziamento econômico, aponta a multiplicidade de atividades assumidas pelo Rio de Janeiro, antes virtuosa, que, afinal, teria mostrado seu lado negativo. Vale dizer: ausência de um processo de especialização na produção e no perfil da força de trabalho, impedindo a atração de capitais industriais que estavam, então, em formação, como pelo fato da população ocupar-se majoritariamente na prestação de serviços privados e urbanos, mais a evasão de divisas para a formação de capitais. Neste sentido, com a maior especialização e a modernização tecnológica, a indústria do Rio de Janeiro encontrou "(...) poucas condições em manter a hegemonia que exerceu no século XIX, e primeiras décadas deste século" (Gomes e Ferreira 1988: 77). Mas, insista-se, isto não se traduziu em crise profunda na cidade (vide a presença do governo federal), sendo que esse quadro se manteve mesmo no pós-1930, incluindo-se aí o surgimento de uma poderosa classe média.

²⁰. Vale assinalar que esta segunda formação social, mostrou-se diversificada econômica e socialmente, com particulares valores presentes na sua cultura, de distinção, enfim, frente aos outros estados brasileiros.

²¹. O que parece resultar, é trivial, no equívoco da tese de que a decadência do antigo Estado do Rio de Janeiro, após a crise da cafeicultura, seria explicada pela "ausência neste espaço de um bloco coeso de poder" (Gomes e Ferreira 1988: 79); como sendo derivada das suas "(...) divergências políticas internas (que sempre teriam tido) preponderância em detrimento das suas questões econômicas" (idem), o que reforçava, dado esse seu fracionamento político, sua busca de vinculação política, social e econômica ao espaço metropolitana do Distrito Federal. Embora tais fracionamento político e busca de vinculação com o antigo Distrito Federal sejam reais, entendemos, eles constituem sobretudo conseqüências e não causas da sua decadência econômica.

²². Na realidade, uma maior aproximação entre esses dois espaços só iria começar a ser amenizado a partir da realização dos investimentos pesados dos anos setenta deste século, com o processo de fusão de 1974, o que nem de longe significou convergência no processo econômico, pois suas especificidades sócio-econômicas permaneceram marcantes.

industrial do país, a região fluminense em menos de vinte anos passou à condição de segundo lugar, mas afastando-se crescentemente de São Paulo.

Todavia não foi apenas a indústria da região fluminense que perdeu importância no cenário nacional; na verdade, ao longo de todo o período de avanço da economia paulista, houve sistemática perda de importância de quase todos os segmentos econômicos desta região. Considerando-se o intervalo temporal 1939-80, ilustra o anotado o que se segue: a agricultura passou de 5,4% para 1,20%; a indústria refluíu sua participação de 26,93% para 9,30%; o terciário, idem, de 20,28% para 12,60%; o setor governo, também idem, de 35,44% para 20,70%; outros serviços, igualmente, de 27,18% para 17,60%; e a intermediação financeira experimentou significativa queda, passando de 38,43% para 13,25% (estes últimos dados, ao contrário dos demais, referidos ao período 1939-80, dizem respeito ao período 1939-75). Pode-se dizer, enfim: que a agricultura nunca teve peso nacional importante; que a participação da indústria fluminense experimentou queda pronunciada, assim como a intermediação financeira -a mais importante atividade econômica do estado; e que o setor governo, apesar de continuar apresentando importância econômica no contexto nacional (cerca de 20% do setor público brasileiro), também experimentou diminuição da sua centralidade ⁽²³⁾.

Não obstante o peso relativo e absoluto da presença do setor público na região fluminense (evidente que, neste caso, tenha-se em conta sobretudo o antigo Distrito Federal), a economia desta 'unidade federativa' participava com apenas 11,70% da renda nacional, ao passo que em 1930 o antigo Distrito Federal mais o antigo Estado do Rio de Janeiro detinham, juntos, 21,69% dessa mesma renda.

Fernandes Filho (1983), em coro com o paradigma teórico-analítico dos economistas da Unicamp, entende que a perda de importância relativa da indústria do conjunto da região fluminense teria derivado mesmo da fragilidade das relações café-indústria estabelecidas em seu território que não possibilitaram a criação de efeitos dinâmicos, para frente e para trás, como verificado em São Paulo. Foi assim, defende este

autor, que o Rio de Janeiro teria passado a depender cada vez mais das atividades prestadoras de serviços e do setor público ⁽²⁴⁾; o que é inteiramente verdadeiro, mas não, a meu juízo, a da degradação do conjunto da economia fluminense no curto prazo, embora, no longo prazo, a tese dos mencionados economistas da Unicamp, em vista das perdas das antigas especificidades, mostre-se verdadeira. Voltaremos mais detidamente a esta discussão mais adiante...

SOBRE A EVOLUÇÃO INTERNA DA ECONOMIA DA REGIÃO FLUMINENSE

INDÚSTRIA

Apesar da perda de importância da sua indústria no contexto nacional, ela se transformou de sorte a diminuir o peso de ramos tradicionais como os têxtil e de alimentos, e aumentou o de indústrias antes modernas, como a metalúrgica e a mecânica. Mas seu perfil produtivo, apesar do esforço de modernização, mostrou-se bastante vinculado ao mercado interno e ao consumo de massa, o que o diferenciava da indústria paulista que também possuía um setor industrial forte, e vinculado ao setor de bens de consumo duráveis e às exportações. Vale dizer: a indústria da região fluminense apresentava-se altamente sensível às variações da renda interna da sua própria economia (diferentemente até da economia mineira) e aos rebatimentos nacionais da demanda sobre ela, evidenciando, desse modo, sua intensa vinculação à dinâmica da economia nacional.

Uma adição: em reforço à tese de que apesar dos pesares o conjunto da região econômica fluminense não mergulhou em crise econômica profunda tão logo suas relações café-indústria mostraram-se, em seu âmbito, impossibilidades históricas, anote-se que a

²³. Em adição a este último aspecto, vale anotar que ao final dos anos 80, 31% das empresas estatais federais ainda estavam sediadas no estado, assim como 23 (em 90) das maiores empresas públicas nacionais.

²⁴. O que, reitera-se, não significa afirmar que teria havido crise econômica nesse estado, notadamente no antigo Distrito Federal. Neste sentido, vale considerar que a renda per capita que no início do século representava 2,5 vezes a média nacional, na entrada dos anos cinquenta passou a situar-se 170% acima da renda per capita do país (2,7 vezes a média nacional). Ou seja, teria havido inclusive aumento do poder de compra, não obstante o intenso processo de crescimento populacional de então, sabidamente reforçado pela acelerada urbanização da época. Na realidade, é apenas nos anos 60-70 que ela começa a cair. Mesmo assim, vale a observação, ela ainda situava-se 70% acima da média nacional. Mas foi mesmo nos anos oitenta que esse índice caiu para somente 40% acima da média da renda per capita do país.

mencionada indústria aumentou sua participação na estrutura do emprego e na formação da renda interna no período 1940-80 ⁽²⁵⁾.

TERCIÁRIO

Este setor é sabidamente sensível às oscilações da renda interna. Ora, no Rio de Janeiro sempre houve acentuada concentração da renda interna que, por sua vez, afeta o desempenho da indústria (dado o seu perfil/orientação de mercado) e do comércio. Veja-se, por exemplo, que em 1940 o setor terciário já representava 52,7% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada, sendo que, entre 1981 e 1985, do "contingente que foi incorporado à PEA nesse período, mais de 83% foi integrado ao terciário (...)" (Araújo Filho 1994: 99-100). Destaque-se aí os postos de trabalho na construção civil e na prestação de serviços, e o fato de que nessas atividades há enorme flutuação no nível de emprego (ocupações instáveis). E mais: que dados os baixos salários que são pagos nessas atividades, reforça-se sobretudo a concentração da renda e a própria instabilidade da dinâmica econômica ⁽²⁶⁾. Em resumo: a dinâmica sócio-econômica da região fluminense encontrava-se estreitamente vinculada ao segmento dos serviços que, por sua vez, crescia inserido no processo de terciarização da economia metropolitana (fundamentalmente) e através da expansão do setor informal, principalmente em épocas de crise econômica.

Uma das possibilidades de explicação desse processo de decadência econômica seria relativa à transferência da capital para Brasília que, ao implicar na redução da massa salarial, na redução da demanda de serviços por parte da antiga máquina administrativa e na redução do número de funcionários públicos, teria impactado gravosamente sobre a renda per-capita daquela antiga unidade federativa (apesar da sua taxa de crescimento populacional, a cada década, ser menor).

²⁵. "Este incremento sofre interrupção a partir de 1980, prosseguindo até 1985, período em que a indústria brasileira também passava por um processo recessivo..." (Araújo Filho 1994: 92), apesar de experimentar alguma recuperação dos níveis da atividade econômica exatamente neste último ano e no anterior.

²⁶. Observe-se que em 1986, o mercado informal de trabalho participava com 46% do total de pessoas ocupadas. Entretanto, também vale o registro, os salários não acompanharam o aumento da demanda por mão-de-obra, sabendo-se ainda, em reforço à problematização da temática em pauta, que nos momentos de recessão, elas, as remunerações, caem mais do que a própria queda da demanda pela mesma mão-de-obra.

De qualquer maneira, havia ainda no espaço fluminense, em especial no carioca, uma acentuada concentração espacial das atividades econômicas que, de alguma maneira, o favorecia...e proclatinava a crise econômica, pelo menos no que tange à sua apreensão em termos dos indicadores tradicionais do nível da atividade econômica, quais sejam, renda e emprego...

III. A CRISE ECONÔMICA DOS ANOS OITENTA E ENTRADA DOS NOVENTA PROPRIAMENTE DITA

Para além dos discursos, mostra-se evidente que a partir dos anos setenta, com o avanço notável da economia paulista, e também das economias mineira e capixaba (fruto, em parte das ações industrializantes do governo militar, Companhia Vale do Rio Doce, Estrada de Ferro Vitória-Minas), o ERJ foi ficando cada vez mais isolado no contexto regional do Sudeste. Seus papéis clássicos de escoadouro da produção e de centro da intermediação financeira são perdidos para Tubarão, Santos e outros, e para o ESP, principal e respectivamente, reafirmando ainda mais sua tendência endogeuinista, presente por exemplo no mercado da sua indústria. Mas no que diz respeito a investigação das causas do seu esvaziamento econômico...quase nada.

Enquanto isso, o conjunto do estado, particularmente sua fração metropolitana, experienciava crise sem precedentes na sua história, com isolamento regional e perda de espaço no cenário nacional, empobrecimento econômico, saturação do espaço metropolitano, exacerbação do conflito social e da violência urbana...e sem proposta claras para a superação desta situação. E o que faziam as nossas elites econômicas e empresariais, até algumas trabalhadoras? Idealizavam um Rio de Janeiro que já não existia mais e, ao fim e ao cabo, culpavam o governo federal e, simultaneamente, pressionavam os governos estaduais de então numa luta de hegemonia, muitas vezes também patrimonialista, agudizando, mais, as condições de vida das maiorias populacionais do estado, ao fugirem dos reais determinantes da degradação da economia e sociedade fluminenses.

Como indicado, a crise dos anos oitenta foi, em verdade, um conjunto de crises superpostas, a saber: (i) por causa da redução dos investimentos federais, como da própria falta de projetos de investimentos apontados por este mesmo setor público federal; (ii) por causa da decadência e da falta de competitividade da indústria, principalmente quando comparada com a paulista; e, (iii) por causa da crise conjuntural, resultante da reforma administrativa e da política de contenção salarial. Mas também, acrescente-se e sublinhe-se, societária, resultado de uma cultura conservadora e escapista...

No que tange ao primeiro determinante, o corte dos investimentos públicos federais, evidentemente ele alcançou negativamente a economia da região fluminense. No entanto, vale observar que também a simples ausência da definição de projetos de investimentos para o estado, de "per se", repercutiu negativamente sobre outros projetos de investimento que, na ausência daqueles, eram suspensos ou proclastinados no tempo. Considere-se na composição deste quadro que as lideranças empresariais e políticas do estado, por razões diversas, perderam capacidade política de atração de recursos para o estado, até porque não atinavam para as mudanças em curso na economia brasileira e mundial.

No que tange ao segundo determinante, a obsolescência de setores importantes da indústria fluminense (indústria naval, siderúrgica), ela indicava que esse estado não só não conseguia apropriar-se da ponta tecnológica de bens de consumo duráveis, toda localizada em São Paulo, como apontava a inexistência de uma política industrial integrada que aliviasse as pressões sobre sua região metropolitana e concretizasse, para o núcleo, suas potencialidades na indústria de alta tecnologia, moda e turismo, para mencionar aquelas nas quais o Rio apresentava certas vantagens comparativas.

No que tange ao terceiro determinante, a crise industrial/produtiva do Rio, embora ela tenha sido relativizada pelo peso do setor terciário, que responde por 70% do emprego e 60% da renda nacional, vale observar que também este último setor foi alcançado negativamente pelas políticas públicas relativas ao funcionalismo e aos aposentados sem que políticas estaduais ou municipais consistentes tenham sido encetadas, então, para 'contrarrestar' este processo. A realidade é que o valor adicionado pelo setor terciário que era em 1980 de 23,3%, em 1992 mal alcançava 13%. Adicione-se que também se mostrava problemática a capacidade do terciário no que tange ao aspecto ocupação: em 1980, ele representava 12,3%, ao passo que em 1992 havia subido para apenas -dada a monumental crise econômica e de emprego- 14,6%. Acrescente-se que tudo isso se fez acompanhar da queda do emprego formal, dos salários e do aumento da informalidade.

O processo antes discutido também expressou pelo menos dois aspectos importantes, quais sejam, o agravamento da questão social e a complexidade político-

administrativa do ERJ, notadamente entre o governo estadual e a prefeitura municipal do Rio de Janeiro.

O primeiro aspecto foi o da deterioração generalizada das condições de trabalho. Exemplos: aumento do número de mulheres no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e baixos salários, e aumento da ocupação de jovens e crianças. O terciário respondia por 73,4% do total de pessoas ocupadas, atestando o afastamento acelerado do emprego industrial e anunciando a ausência cada vez maior das coberturas sociais trabalhistas ou, de forma diversa, a precarização do mercado de trabalho. Também neste momento expandiu-se o fenômeno microempresarial, aumentou o crescimento do setor informal (dentro e fora das empresas estabelecidas) e estabeleceram-se, inexoravelmente, as estratégias empresariais de flexibilização das relações contratuais trabalhistas (com perda da importância relativa do trabalho assalariado diante do trabalho autônomo).

Mais aprofundadamente: resultou daí substancial aumento da concentração da renda, ampliando o grau de desigualdade da economia e sociedade fluminenses...apesar da melhoria de indicadores sociais, como os de educação, saúde, coleta de lixo, água, etc. ⁽²⁷⁾.

O segundo aspecto foi o da complexidade da gestão político-administrativa do Rio. O aspecto a ser considerado diz respeito ao elevado grau de metropolização (que confunde o governo estadual como uma espécie da 'prefeitura' da RMRJ) e à forte presença do setor público federal (que escapa, por suposto, ao controle estadual).

III.1. A elaboração classial-discursiva da crise econômica

Resultou claro das análises precedentes o seguinte: (i) que a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro entrou em crise econômica desde meados do século retrasado; (ii) que a economia do antigo Distrito Federal, sem experimentar crise econômica da perspectiva de geração de renda e de empregos, por causa das especificidades desta formação social, perdeu crescente e sistemática importância no contexto nacional em

²⁷. Vide a respeito observações constantes do Apêndice 3.

variados segmentos da atividade produtiva (indústria, agricultura, etc.), notadamente a partir dos anos vinte do século passado; (iii) mas não apenas; que sua economia, com o passar do tempo, foi desvelando inúmeras fragilidades estruturais, fragilidades essas que, com a perda das suas especificidades (transferência da capital para Brasília, elevada concentração industrial em São Paulo, desenvolvimento de diversas economias regionais, etc.), manifestaram-se como crise efetiva, real, absoluta e não apenas como perda de importância relativa.

Diante dessa crise real, manifesta definitivamente na entrada dos anos oitenta, alguns discursos insuficientes e/ou estritamente ideologizados, consolidaram-se como explicativos.

Um deles, claramente superficial, não percebendo (!?) a profundidade e dimensão estrutural da crise, brandia o argumento de que o Rio de Janeiro teria uma espécie de vocação natural (sic) para centro financeiro. Ou seja, entendia que a saída das sedes de grandes bancos do seu espaço para o paulista, além do esvaziamento crescente da Bolsa de Valores do Rio, poderia ser revertido com ações meramente políticas, dada aquela suposta vocação. A realidade é que ignoravam que o chamado capital bancário e estritamente financeiro apenas seguiram para o espaço economicamente mais dinâmico. De outra forma: os defensores da alternativa política, da vontade política, não percebiam (será mesmo?) as profundas e amplas transformações processadas na economia e sociedade brasileiras, expressas, dentre outros fatos, na mudança da capital federal para Brasília, na extraordinária concentração industrial lograda pela economia paulista, na constituição de uma série de espaços regionais econômicos importantes desde os anos setenta e, principalmente, a falta de uma 'leitura' mais competente que permitisse a essa mesma sociedade melhor definir seus interesses, representantes e interlocutores.

Um outro discurso, também superficial, invocava a vocação (ei-la, de novo) turística do Rio de Janeiro, culpando a violência urbana pela suposta perda dinamismo desta 'indústria'. Na verdade, a realidade é que o empresariado deste setor vocalizou uma dimensão da vida social do Rio, evidentemente gravosa, a da violência urbana, aprofundada

é verdade diante da crise econômica, mas com determinações não apenas conjunturais... De maneira diversa: mais uma vez as elites da região fluminense preferiram concentrar-se nas manifestações do que na raiz da sua crescente degradação econômica, social, política, etc. Assim sendo, mais do que clamar pela ação repressiva do Poder Público, seria necessário discutir a natureza da economia e sociedade fluminense no contexto das extraordinárias transformações verificadas no Brasil, e no mundo. Não fora bastante, dados da própria Embratur, para o período 1980-90, mostravam que o Rio de Janeiro movimentava ainda cerca de 60% do turismo nacional e que as perdas em termos de fluxo de turistas, não tinham sido tão significativas.

Um terceiro discurso invocava o argumento de que o governo federal não teria honrado com o antigo Distrito Federal os compromissos que firmara -com este- para efeito da realização da fusão. Independente de maiores considerações sobre a veracidade desta argumentação, a nossa tese é a de que a fusão, em verdade, apenas teria exacerbado a ambigüidade do ser carioca; afinal, como assumir uma identidade que não correspondia aos fatos, a de se passar a ser fluminense quando historicamente se foi carioca. Concretamente, tudo isso implicava, como já assinalado, na negação do presente e, ao mesmo tempo, em uma idealização do passado. Não é à toa que o Rio, no imaginário da sua população, e não apenas das suas elites, permaneceu sendo o Rio Cidade. Ora como não havia mediação reflexiva que passasse sequer pelo plano estadual, seu isolamento regional apenas foi sendo aprofundado, restando o lamento pela fusão, o 'choro' pela traição do governo federal. Quanto às causas internas e constitutivas da estrutura econômica e social carioca, nem sequer uma palavra...

Um quarto argumento brandia que o antigo Distrito Federal, ao ser 'juntado' artificialmente com o antigo Estado do Rio de Janeiro, teria assumido uma unidade federativa que acabara por consumir seus recursos fiscais sem contrapartidas, fazendo assim com que a unidade federativa mais rica também fosse empobrecida. Tal tese, dotada de certa capacidade explicativa, a meu juízo, também é escapista na medida em que não alcança o âmago da decadência da economia e sociedade carioca - como tentamos mostrar antes.

Ainda a elaboração classial-discursiva (das elites empresariais)

Havia nos anos setenta um clima favorável à fusão (apesar da memória coletiva registrar a transferência da capital como perda). De outra maneira: havia a crença, especialmente entre as elites econômicas, de que a fusão articularia a base técnica e financeira do Estado da Guanabara com as potencialidades produtivas do Rio" (Araújo Filho 1994: 235). Acrescente-se aí o seguinte: na visão do empresariado fluminense, a desconcentração econômica estimulada pelo Governo Geisel aumentaria o peso da indústria do Rio de Janeiro no contexto da Região Sudeste (contava-se com a perda de importância da indústria paulista), sendo que esse processo, associado à estratégia geopolítica do governo Geisel, de busca de novas bases de sustentação política em pontos diversos do território brasileiro, de modo a levar adiante a denominada distensão lenta, segura e gradual, dado o maior conservadorismo reinante do outro lado da baía (posição política bem distinta do oposicionismo da metrópole), resultaria, via fusão, em retribuições do governo federal para a 'fatia' carioca da indústria⁽²⁸⁾.

Tanto que no período 1970-75, aproximada e basicamente, o Rio era tematizado em vista das denominadas vocações da cidade (tradição financeira, polo industrial de ponta, polo provedor de serviços, etc.) no suposto da existência de mecanismos e recursos ao nível do governo federal, dado o ônus da fusão (!?). Vale lembrar também que ainda vivíamos sob o signo da ditadura e que os discursos eram, então, marcados pela concepção desenvolvimentista. Reforçavam essas expectativas, obras recém-conclusas ou anunciadas como as da Ponte Rio-Niterói, do Porto de Sepetiba, da Usina de Angra dos Reis, da Rio-Santos, do Novo Galeão, da CSN. Evidentemente que muito dessas expectativas otimistas reforçavam-se mais ainda na medida em que as crises fiscal e financeira da União não eram ainda visíveis.

Alguns fatos, no entanto, conspiravam contra a euforia (a FIAT instala sua planta industrial em Betim/Minas Gerais; e a IBM sai do Rio de Janeiro, instalando-se em São Paulo). Se na primeira metade dos anos setenta esses sinais amarelos já anunciavam o

²⁸. Ver a respeito Lessa (1978).

porvir, na segunda as luzes vermelhas foram sendo todas acesas. Começa-se então a verbalizar, amplificadamente, que faltaria ao "Estado do Rio de Janeiro uma verdadeira consciência regional que aglutinasse as elites em torno de um projeto comum de desenvolvimento" (Araújo Filho 1994: 247). De outra forma: que essas elites eram desagregadas e que em vista disso o estado perdia importância no contexto federativo.

Mas é o ano de 1979 que marca a passagem definitiva do relativo otimismo da entrada dos anos setenta para o fim do ufanismo oficial. Contudo, ao invés de análises aprofundadas sobre as raízes da crise estrutural da economia (e da sociedade) fluminense, elas insistem na reivindicação, junto ao poder central, dos investimentos que julgavam ser o estado credor face aos ônus da fusão (!?). A verdade é que esta tese, além do seu escapismo, naquela conjuntura, revelava algo mais e tão grave quanto, qual seja, a emergência da noção de crise entre as elites empresariais e políticas dominantes, como os limites das finanças estaduais e a dependência do ERJ dos recursos públicos federais.

Neste sentido, pode-se dizer que o final dos anos setenta constituiu uma espécie de ensaio geral de afirmação hegemônica e de posicionamento de interesses de classe, inclusive, senão fundamentalmente, frente ao governo estadual e demais frações de classe existentes no espaço fluminense; o mote foi o da defesa do estado-região. Vale lembrar que as mudanças em curso suscitavam esses movimentos; afinal, dada a fusão, os rearranjos político-administrativos e políticos colocavam na ordem do dia forças e interesses novos, não ajustados ao antigo pacto de dominação, e, para complicar tudo (para elas, as antigas frações dominantes), esgotava-se o padrão de relacionamento fiscal e financeiro com o Governo Federal/União.

Na entrada dos anos oitenta, como se sabe, a crise econômica avança extraordinariamente. A literatura especializada registra a crise fiscal e financeira da União, as dificuldades de 'fechamento' do Balanço de pagamentos dos país, a moratória mexicana, etc. Para além disso, assume o governo estadual, o Sr. Leonel Brizola, figura emblemática da oposição brasileira à ditadura político-militar.

É provavelmente neste contexto que se possa entender a criação do Instituto de Estudos Estratégicos do Rio de Janeiro, o Clube do Rio. A tese do esvaziamento econômico começa a ser elaborada. Suas orientações iam desde as divergências quanto à atuação do governo estadual, passando pela perda de influência no que tange à destinação dos investimentos federais e pelo seu papel como classe dirigente, até os receios do desfecho dos processos eleitorais. Adicionam, como elemento que justificaria sua criação, o fato do Rio ter sido capital, o que teria inibido a criação de uma ideologia e atuação regionalistas.

Pretende-se, o Clube do Rio, então, uma representação que apesar do discurso de defesa da economia do estado, reposiciona, como quase sempre, a defesa dos interesses estabelecidos na cidade e, quando muito, na metrópole. Vale aqui um registro: apesar de pretenderem falar em nome do Rio, defendiam basicamente os interesses das frações do capital estabelecidas na metrópole, ou seja, os interesses urbanos e, portanto, ligados ao comércio e às finanças. Isto resulta também evidente quando consideramos suas propostas de soergüimento da economia fluminense, a saber: criação de uma bolsa de mercadorias na Cidade do Rio de Janeiro; transformação do Rio numa vitrine da indústria nacional; estabelecimento de diretrizes que garantissem a segunda colocação no cenário nacional para o polo industrial do Rio, e de incentivos para a atração de conglomerados financeiros.

Com o advento efetivo da crise, a partir de 1982-83, novos temas/propostas vão sendo enfileirados, tais como: Usina Siderúrgica de Itaguaí, polo petroquímico, zona comercial do porto da Cidade do Rio de Janeiro, centro internacional na Cidade do Rio de Janeiro, cobrança do pagamento de royalties do petróleo prospectado/explorado na Bacia de Campos.

Tais anos, 1982-83, se expressam a gravidade da crise, constituem também exatamente os anos iniciais do primeiro Governo Leonel Brizola. A realidade é que ele assume com grandes problemas financeiros e com ramos tradicionais da indústria fluminense bastante envelhecidos. Não obstante a conjuntura desfavorável, o governo, até para não ficar à reboque do empresariado, tentou a esse se articular, visando seu próprio fortalecimento junto ao governo federal. Isto posto, a pauta de reivindicação passa a ser a

seguinte: cobrança de direitos fiscais, renegociação da dívida estadual (interna e externa) e pagamento dos royalties do petróleo. Sendo que em 1984, devido à presença de Arthur João Donato na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a questão propriamente industrial vem à tona, ampliando-a e articulando interesses para além dos comerciais e financeiros. De outra forma: o discurso regional ganhou aí mais consistência, embora num ambiente de luta encarniçada de afirmação de predomínio econômico e de hegemonia político-ideológica⁽²⁹⁾.

Em 1985, apesar da melhoria das condições financeiras do estado, o ímpeto da aliança político-empresarial não arrefecia a elaboração discursiva da crise. Neste sentido, em acordo com Araújo Filho (1994), o que parecia continuar em cena era a luta pelo condução do processo político-econômico do estado no novo quadro político-institucional que se gestava. A mídia, por exemplo, abria generosos espaços para o tema da violência urbana, valendo lembrar que o ano de 1985 era o da véspera de uma nova eleição para o governo estadual. Como diz Araújo Filho (1984, pp. 302), "a disputa de fato era política e objetivava poder definir os rumos da economia fluminense". E, em 1986, mais um elemento é adicionado ao debate já inflamado: a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro enfrenta gravíssimos problemas financeiros, estando à sua frente o Sr. Saturnino Braga, indicado pelo governador Brizola, sendo este também identificado com os setores de esquerda. O caldo de cultura para a realização de uma guinada política estava pronto...

No período do governo Moreira Franco, apesar de mais afinado com o empresariado, e da maior condescendência da mídia, a crise persistiu. Vale lembrar que em 1987, por exemplo, é criada a AD-Rio, visando consolidar a aliança de empresários e governo, destacando-se aí os interesses da petroquímica, siderurgia, metal-mecânica e agroindústria. O presidente da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), ligado à indústria naval, chega a ficar otimista com a promessa da Petrobras de comprar navios juntos aos estaleiros fluminenses, o que acaba não acontecendo...

²⁹. Não obstante, em 1985, é realizado no Município do Rio de Janeiro o "Seminário sobre as vocações econômicas do Rio de Janeiro", leia-se, sobre as vocações do Município do Rio de Janeiro.

Em 1988, com a intenção manifesta de transferência de agências e sedes de instituições financeiras para o ESP, apesar do quadro de recuperação de algum otimismo de então (!), essas transferências equivaleram a um golpe quase mortal no escapismo discursivo e analítico. Equivalia, enfim, explicitar que a crise era de fato grave e estrutural, ou seja, que ela transcendia a maior ou menor boa vontade do governante estadual de plantão em relação aos interesses estabelecidos do capital privado.

Segue-se a partir daí um certo "samba do crioulo doido": uns defendem o "marketing da cidade"; outros, como a FLUPEME (pequenas e médias empresas), os investimentos em turismo e a revitalização cultural, temas até então, no limite, ignorados; o setor financeiro, defende investimentos em telefonia; o governo estadual, defende a realização pelo governo federal de investimentos no polo polipropileno de Itaguaí, perdendo a guerra para os interesses políticos de São Paulo, defendidos pelo Sr. Roberto Cardoso Alves, o que muito enfraquece o governador Moreira Franco; etc.

Na entrada dos anos noventa, com a ascensão de Collor de Mello, as expectativas empresariais em mundo 'colorido' assentado na pesquisa científica, no desenvolvimento científico e tecnológico e na mão-de-obra especializada do estado, voltam a um brevíssimo período de euforia. Mas ele logo se desfaz, repondo definitivamente a noção de crise. Há então uma verdadeira onda de pavor da parte das elites econômicas do estado. Por que? Porque com sua política de enxugamento, de arrocho salarial e de confisco do governo federal, a economia fluminense é dramaticamente fragilizada. A FLUPEME, por exmplo, logo observa que os impactos sobre a renda interna dramatizariam a indústria local, quase toda ela voltada para o mercado interno e de massa, embora, como sempre, a questão salarial e distributiva fossem alijadas da discussão.

III.2. A concreção tardia da tese dos economistas 'campineiros'

Enfim: do final dos anos setenta/entrada dos oitenta até meados dos anos noventa, a crise do emprego, da renda, político-institucional, social, etc. fez-se realidade para além das elaborações classiais-discursivas na economia e sociedade fluminenses. Neste sentido, retomando a discussão teórica original, se os historiadores tinham razão no 'curto prazo'

acerca da inexistência de crise econômica na região fluminense, em especial na fração territorial ex-Estado da Guanabara, não o tinham no 'longo prazo'; ao passo que os economistas da Unicamp, embora equivocados em certa medida no que tange ao 'curto prazo', ao desconsiderarem olímpicamente as especificidades de economias e sociedades como a da região fluminense, estavam corretos no que diz respeito ao 'longo prazo'. Logo, é como se disséssemos que ambos estavam simultaneamente corretos e errados, com inversões temporais, esses mesmos acertos e erros. Ao fim e ao cabo, num esforço de síntese, os historiadores da UFF tinham toda razão ao afirmar que as especificidades da região fluminense, marcadamente em sua fração ex-Distrito Federal, impediam pensá-la, acrescento, no tempo histórico do estabelecimento das relações café-indústria, como condenadas de pronto à estagnação, a uma crise econômica em termos de renda e emprego; mas sem dúvida os economistas da Unicamp acertaram ao sublinhar que numa economia que posicionava relações especificamente capitalistas quaisquer outras formações sociais pudessem desenvolver-se, como tese geral, em condições de igualdade com aquela que logrou estabelecer em seu espaço tais relações...tanto que quando as discutidas especificidades se esvaem, a crise mostra toda sua face mais aguda e perversa. Lembrando aqui que aquele 'modelo de desenvolvimento', nucleado pelo avanço da industrialização e pelo padrão de financiamento ancorado no Estado, este tão decisivo para a manutenção da economia fluminense, fragiliza-se em parte pela própria crise de acumulação de capital verificada no âmbito da economia paulista, problematizando assim adicional e decisivamente a economia carioca.

IV. A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO (1995-...)?

IV.1. Da crise à inflexão na anterior trajetória de degradação econômica

O exame do Plano Plurianual (PPA, 1996-99) do governo Marcello Alencar, tornado público em 1995, anota algumas observações interessantes para efeito da elaboração de um certo diagnóstico da economia fluminense, em especial no que tange à primeira metade dos anos noventa, a saber: o estado ainda possuía o segundo parque industrial e também o segundo mercado consumidor do país ⁽³⁰⁾; ademais, esse mesmo estado também oferecia significativa contribuição para o país em vista de estarem localizadas em seu território as principais reservas de petróleo e de gás natural, respondendo suas produções por mais da metade do consumo nacional. Não obstante, a economia fluminense havia perdido posição no cenário econômico nacional e, em muitos casos, sua estrutura econômico-produtiva encontrava-se inteiramente degradada.

Mas foi já a partir dos anos setenta, dadas a transferência da capital para Brasília e a fusão, ao alcançarem a auto-estima carioca, que instalou-se na ordem do dia a crise econômica (e também societária) da região fluminense. Ou seja: desde o advento da fusão (de meados dos anos setenta) diversas análises apontaram o 'esvaziamento econômico' da Guanabara, o agigantamento caótico da Região Metropolitana, como também a perda da sua importância vis-à-vis a metrópole paulista; enfim, enunciavam sua crise como sendo resultante de um longo processo histórico, logo, enquanto crise de natureza estrutural. Mas foi mesmo, insistia-se, na entrada dos anos oitenta que ela mostrou toda sua virulência ⁽³¹⁾.

Ilustra o assinalado, o fato do ICMS que em 1975 representava 12,5% do total nacional, ter diminuído em 1980 para 10,7%, tendo declinado ainda mais em 1985 (9,6%); em 1990 ele ainda era mais baixo que em 1985, representando, no total nacional, 9,2%,

³⁰. O PIB Industrial do ERJ representava então 12% do PIB Industrial Nacional.

³¹. Neste ínterim, debateu-se, e muitas vezes criticou-se, a ilusão que seria imaginar que o ERJ transformar-se-ia num polo de desenvolvimento poderoso a ser concretizado pela integração política e econômica dos dois ex-estados; que a fusão eliminaria através da criação da RMRJ as barreiras político-institucionais que separavam seu núcleo, a cidade do Rio de Janeiro, dos demais municípios integrantes, todos eles situados no antigo Estado do Rio de Janeiro; e, ainda, possibilitaria um maior equilíbrio federativo pela criação de um estado política e economicamente forte que dividiria com São Paulo a liderança do quadro nacional.

tendo apenas em 1994 apresentado certa recuperação, ao alcançar 9,5% ⁽³²⁾. Na mesma linha, assinala-se que o PIB, a custo de fatores e em termos percentuais, apresentou a seguinte performance nos anos constantes do quadro abaixo:

QUADRO II

ANOS	1970	1975	1980	1985	1990	1994
RJ/BR.	16,1	14,7	13,7	14,2	13,5	12,2

FONTE: PPA, 1996/99, do Governo Estadual.

"Por outro lado, no nível interno da economia fluminense, fortaleceu-se a RMRJ à custa de uma concentração desproporcional de renda e população, sem que se tenham atenuado os desequilíbrios regionais e propiciado a criação de pólos de desenvolvimento no interior do estado" (PPA 1995: 10). Tal citação se confirma quando observado que o ERJ se caracteriza(va) por apresentar o mais expressivo quadro de concentração demográfica do país (com taxa de urbanização da ordem de 95%), sendo verificada ainda em sua Região Metropolitana a maior concentração demográfica do país -nela habitavam 78% da população urbana estadual e 75,6% de sua população total (PPA 1995: 11). Todavia, também é sabido, o ERJ não concentra(va) apenas população, mas também a economia (vide quadro seguinte):

QUADRO III

	Em%	
ECONOMIA 1985	RMRJ/ERJ (%)	M-S/RMRJ (%)
Estabelecimentos		
Indústria	78,24	67,78
Comércio	75,19	61,11
Serviços	79,46	64,35
Empregos		
Indústria	80,91	75,00
Comércio	84,39	71,82
Serviços	88,96	84,40
Finanças Públicas		
IPI Total -1999	48,77	75,69
ICMS Total - 1999	93,95	95,19
ISS Total - 1999	90,60	78,26
IPVA - 1999	81,18	80,86

FONTE: PPA, 1996-99, do Governo Estadual (pág. 13); e Anuário Estatístico do CIDE, 2000.

³². Conforme PPA, 1996-99, do Governo Estadual do ERJ (pág. 09).

Em resumo: a crise estava instalada já nos anos setenta, apenas (sic) espraiando-se e sendo definitivamente apreendida enquanto tal no anos oitenta, mostrando-se, além disso, principalmente urbana, melhor, metropolitana.

A inflexão na trajetória de degradação econômica fluminense

Como apontado antes, ao contrário dos últimos decênios do largo intervalo temporal 1875-1976, que foram, em certo sentido, de auge do crescimento econômico, as duas décadas seguintes chegaram a suscitar a expressão “Rio de todas as crises” (Dain 1990)⁽³³⁾. Portanto, ao passo que o mencionado padrão nacional de desenvolvimento conhecia o seu esgotamento, o ERJ experienciava desde aí sua mais aguda, ampla e longeva crise. Isto posto, cumpre apenas sublinhar que o esvaziamento econômico, a diminuição da importância nas disputas federativas, a agudização das condições de vida e a fragilização das anteriores auto-estima e identidade nacionais da população, e, além disso, a manutenção (ou seria agravamento?) das históricas desigualdades espaciais foram algumas das expressões do anotado “Rio de todas as crises”.

A partir de meados da presente década, no entanto, avolumam-se enunciações na imprensa, notadamente as proferidas por empresários e governantes estaduais, acerca da retomada do crescimento econômico do ERJ. Face a essas enunciações e da anotada importância de “per se” e nacional desse estado, mostra-se imperioso considerar essa possível inflexão, especialmente o papel que o poder público estaria desempenhando (ou poderia nele desempenhar?).

Procedido a esse preâmbulo, cabe considerar alguns dados de modo a mostrar que parece veraz a argumentação acerca da superação da degradação econômica fluminense. Sublinhe-se então: que a participação do PIB do Estado do Rio de Janeiro no PIB nacional, que declinara desde 1970 até 1993, passou a ser crescente a partir de 1994; que a renda per-capita que em 1990 era de aproximados US\$ 3.600,00, alcançou em 1996 quase US\$ 7.000,00 (ela estaria alcançando, segundo algumas estimativas para o ano de 1997, US\$

³³. Cf. Dain (1990).

8.000,00); que a economia fluminense teria voltado, segundo pesquisa recente, a ser a segunda mais rica do país (retomando a posição que perdera para a de Minas Gerais); que o conjunto dos investimentos industriais, em construção civil e em infra-estrutura, programado para o triênio 1997-99, somando-se ainda os da Petrobrás, alcançariam cerca de US\$ 30 bilhões, o que, contrapostos aos US\$ 22 bilhões de investimentos diretos estrangeiros realizados em todo o Brasil no ano próximo de 1998, bem indicam a importância deste volume de recursos. Acrescente-se na composição deste quadro, o acréscimo de poder de compra injetado na sociedade fluminense através dos investimentos realizados por empresas recém desestatizadas (não obstante parcela delas, por mecanismos vários, como o das demissões, etc., terem também retirado poder de compra dessa mesma sociedade). Adicionalmente, poderiam ser anotados diversos investimentos realizados por empresas do setor comércio.

Em suma: se ainda não era possível anunciar a retomada sustentada do crescimento econômico do ERJ, tanto mais quando são consideradas as condições econômicas mais gerais do País (de crescimento econômico extremamente modesto), parece não restar dúvida de que pelo menos se pode dizer que se encontrava em curso -até o passado recente, pelo menos- uma inequívoca inflexão na anterior trajetória de degradação econômica prevalecente no estado -sobre tal inflexão econômica vide seção seguinte e artigo constante do Apêndice II deste relatório.

V. CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A ECONOMIA E SOCIEDADE FLUMINENSES NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Neste capítulo examinar-se-ão três aspectos/problemas relativos à economia e sociedade fluminenses, a saber: (V.1) a disposição geográfica dos investimentos em curso e os problemas sócio-espaciais (a enfrentar).

V.1) A disposição geográfica dos investimentos e os problemas sócio-espaciais por enfrentar

Penalva Santos (1997) destaca que a história do atual ERJ seria marcada pelo fato da sua origem apoiar-se em duas formações sociais específicas, distintas; uma, que teria experimentado crise econômica desde muito cedo (já ao final do século XIX), e, uma outra, que embora não tenha experimentado crise propriamente dita senão a partir dos anos oitenta do século passado, nunca teria se ocupado com os dilemas do desenvolvimento, dado a sua presença no cenário nacional enquanto capital do país, ou ainda, como espaço de atração de mão-de-obra qualificada e facilitador de apropriação de recursos públicos ⁽³⁴⁾. Neste sentido, ela sublinha que nem mesmo com os esforços dos anos 40 e 50, de industrialização do antigo Estado do Rio de Janeiro, as diferenças sócio-espaciais e econômicas desapareceram ⁽³⁵⁾.

Mais adiante no tempo, sublinhe-se que tampouco investimentos como os da Ponte Rio-Niterói, do Porto de Sepetiba, da Usina de Angra dos Reis alteraram significativamente a referida diferenciação sócio-espacial ⁽³⁶⁾. Esta perspectiva parece confirmar-se quando consideradas as flagrantes disparidades existentes em termos de indicadores de qualidade

³⁴. Registre-se que entendemos que o conceito de crise vai além da simples (sic) queda da renda e do emprego e que, neste sentido, não obstante a economia fluminense, especialmente a carioca, não apresentar maiores problemas de renda e emprego, não há dúvida que o exame da sua história demonstra a existência de problemas mesmo antes dos anos setenta do século passado, embora os problemas mais graves de acumulação mesmo de capital datem marcadamente da entrada dos anos oitenta até meados dos anos noventa.

³⁵. Ilustra o assinalado investimentos como os que se seguem: Companhia Nacional de Álcalis, na Região dos Lagos; Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda; Refinaria de Duque de Caxias, em Duque de Caxias.

³⁶. Como apontado antes, tal crise, dada a centralidade dos recursos públicos para efeito da transformação do ERJ em centro de tecnologia de ponta, também mostrou-se irrealizável.

de vida ⁽³⁷⁾ e, é trivial, as diferenciadas dinâmicas econômicas inscritas no território fluminense.

Mas na entrada dos anos noventa, com as mudanças em curso na ordem econômica mundial, alguns chegaram a pensar que haveria ali oportunidade de superação do secular fosso existente entre as duas formações sociais em pauta. Explicando: essa nova ordem mundial viabilizaria a desconcentração espacial e a descentralização dos negócios graças à revolução científica e tecnológica procedida na microeletrônica, nos transportes e nas telecomunicações, que, assim, redefiniriam o conceito de distância e revolucionariam a padrão de localização industrial. De outra maneira: chegou-se pensar que "(...) quaisquer distâncias poderiam ser superadas em tempo real e custo decrescente" (Penalva Santos 1997: 889).

Esta era a proposição subjacente à tese da tendência à descentralização e à desconcentração das atividades econômicas. Entretanto, como assinalam autores diversos, teria acontecido no país, quando muito, uma "desconcentração espacial concentrada". E o ERJ? "(...) A nova ordem poderia, enfim, lograr diminuir estes desequilíbrios? (Idem, pp 890).

Isto posto, vejamos a real disposição espacial dos investimentos em curso no território fluminense entre 1997-99. Os investimentos aqui considerados são os realizados na indústria, na construção civil e em infra-estrutura; sua plotagem mostra o seguinte: 20% deles estariam sendo levados à cabo no Município-Sede do Rio de Janeiro, 26% na Baixada e 49% no Sul (Barra Mansa, Resende, Volta redonda, Porto Real, etc.). De outra maneira: 46% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 49% no Sul, e os demais 5% estariam sendo anunciados e/ou realizados nas demais regiões administrativas de governo, quais sejam, Norte (0,08%), Leste (1%), Noroeste (0,05%), Centro-Norte (2%), Serrana (2%).

Vale dizer: permaneceriam sendo economicamente fundamentais a RMRJ e, como antes, a Região Sul Fluminense (essa região, para ilustrar, que foi o berço da siderurgia

³⁷. Vide a respeito Almeida (1997).

nacional, agora o é da Volkswagen e da Peugeot-Citröen). Ademais, também através do mecanismo da plotagem, constatava-se que os investimentos em pauta estariam ocorrendo principalmente no entorno das Rodovias Rio-São Paulo (BR 116) e da Rio-Juiz de Fora (BR 040) que, do mesmo modo que antes, continuavam sendo os principais eixos de deslocamento/acessibilidade da economia fluminense junto às outras duas maiores economias do País, a mineira e a paulista.

Não fora bastante, vale sublinhar que esses dois principais eixos de transportes estavam (na realidade, continuam) passando por intenso processo de modernização com duplicação das suas pistas, construção de obras de arte, etc., reiterando, dessa maneira, a centralidade da RMRJ e do Sul Fluminense como os dois mais significativos espaços econômicos do ERJ.

Tendo em vista o apontado, sublinhava-se então a tendência, também de reiteração, de continuidade da histórica desigualdade espacial fluminense na medida em que tivesse curso a lógica de mercado expressa no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, no Plano Plurianual (1996-99) do governo estadual e no chamado Programa Brasil em Ação do Governo Federal. Por que? Em poucas palavras o que se observa nestes documentos é a extrema centralidade do elemento infra-estrutural, pensado de maneira geral segundo o desiderato da integração competitiva (adesão à globalização ou à morte!?), da “rationale” da venda e do “marketing” do lugar como esse fora uma mercadoria, da substituição do planejamento pelo projeto e pela gestão, do aodamento e do autoritarismo da tomada de decisão (projeto) em relação à discussão que o planejamento democrático exigiria...

Ora, num quadro como esse, dado que esses documentos proclamam a crise do padrão de financiamento dos seus respectivos níveis governamentais, restaria a saída através das denominadas parcerias, ou seja, o setor privado passaria, como já está passando, a desempenhar papel de relevo no que tange à oferta da infra-estrutura de transporte. Nestes termos resulta(va) o seguinte: em sendo assim, quem cuida dos espaços que não interessam ao capital pela sua baixa densidade econômica? Ou será que se acredita(va) que, ‘amanhã’,

com a retomada do crescimento econômico e algum eventual aumento da arrecadação, o poder público poderá redimir os espaços que o mercado está reiterando como “espaços que não importam”!?

De novo, ainda que com nova roupagem, às vezes até com apoio de segmentos progressistas, será que estaríamos vivificando a antiga e malfadada teoria do bolo da era também malfadada do chamado milagre brasileiro, antes relativa à distribuição funcional da renda e agora à distribuição espacial de atividades e de infra-estruturas dinamizadoras do crescimento econômico? Se assim fosse caberia ao poder público apenas seguir o mercado, reafirmando a tendência histórica de desigualdade sócio-espacial fluminense.

Adicionando-se ao quadro anterior os problemas do desemprego e da perversa distribuição da renda (e da riqueza), mesmo com a inflexão econômica apontada, provavelmente não haverá como aflorar a chamada auto-estima da população do estado em exame e o sentimento de identidade nacional que ainda habitaria os corações e mentes da maioria dos seus habitantes e, portanto, mobilizá-los para algum projeto de desenvolvimento ⁽³⁸⁾.

Por fim, cumpre assinalar que está mesmo mais do que na hora refletir sobre o ERJ como sendo uma espécie de questão regional, particular, posto que esse estado é decisivo para o resgate de uma nova discussão fundada sob bases distintas das tradicionais acerca do próprio desenvolvimento, estadual e do país, em sentido amplo. Daí a relevância, como ensina mestre Carlos Lessa, do recurso a categorias tão estranhas aos economistas como as de auto-estima e identidade nacional.

*

³⁸. E esse projeto, pensa-se, seria fundamental para alicerçar lideranças estaduais nas grandes lutas nacionais, notadamente no que diz respeito à mudança dos rumos do atual desenvolvimento (sic), posto que o ERJ, em especial sua fração carioca, historicamente, possuiria ainda, apesar dos pesares, aquele forte sentimento de identidade nacional capaz, também pensa-se, de contrapor-se ao darwinismo social e à desconstrução da nação em marcha. Afinal, aqueles que são aculturados, seja pelas potências da ordem capitalista mundial, seja profissionalmente por instituições como Banco Mundial e outras, e ainda mais se forem oriundos de unidades subnacionais pouco treinadas nas coisas da nação e sim nas coisas do mercado (a ausência de uma importante máquina pública em algumas unidades federativas brasileiras parece explicar essa assertiva) têm muito mais facilidades em cumprir ou até mesmo em acreditar que as concepções e práticas neoliberais são mesmo inexoráveis.

Além dos problemas sócio-espaciais que, certamente, não serão 'equacionados' pelo mercado, como tampouco a questão distributiva e do emprego, tem se colocado a partir da última década (anos noventa) um gravame adicional, qual seja, o da natureza do crescimento econômico, da perspectiva industrial, posto que ele tem estado concentrado em alguns pouquíssimos setores, a saber: extrativa mineral e bebidas; vale dizer, na ampla maioria dos setores a produção física apresentou recuo (exemplo: têxtil, material de transportes, farmacêutica, vestuário, papel e papelão, etc.). Em suma: "À primeira vista, o desempenho da indústria fluminense foi muito bom na década de noventa (1991-2000). Cresceu no acumulado do período 28,1%, acima, portanto, da média da indústria brasileira (21%). No entanto, quando se analisa a performance setorial o quadro que emerge é bem diferente. Dos 14 gêneros para os quais o IBGE elabora índices de produção física para o estado, apenas em dois, a extrativa mineral e bebidas, os resultados (145,3% e 65,4%, respectivamente) superaram a marca nacional (78,9% e 34,4%)" (Carvalho 2001: 07).

Resulta do exposto que o crescimento econômico do Rio, visto pela ótica da produção física industrial, tem se apoiado em setores bem definidos, como o são os mencionados antes, aos quais se pode adicionar nos últimos anos também o de telecomunicações, que, em conjunto, recolocam antigo e permanente problema da economia fluminense, o da geração de emprego na medida em que tais setores, em regra, dado seus conteúdos tecnológicos, não criam amplos postos de trabalho. "Pari passu", os demais, que, de maneira geral, criariam mais postos de trabalho, tampouco o fazem posto estarem apresentando recuo em suas produções. A consequência mais visível disto tudo, evidente, é a do aumento da informalidade e a deterioração dos rendimentos médios dos assalariados ⁽³⁹⁾.

Também resulta do exposto que há muito que fazer na economia e sociedade fluminense, notadamente no que tange ao resgate da antes anotada auto-estima...

³⁹. Para maiores detalhes acerca destas últimas observações, vide Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses, número 6 (artigo de Vinicius Wu).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. C. (1997). A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais da ANPUR*. Recife/PE: Sétimo Encontro Nacional, vol. 2.
- ARAÚJO FILHO, W. F. (1994). *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ: Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ.
- BACELAR, T. (1997). Dinâmica regional e integração competitiva. In: *Anais da ANPUR*. Recife/PE: Sétimo Encontro Nacional da ANPUR, vol.2.
- BASTOS, A M e WEID, E. von der. (1986). *O fio da meada. Estratégia de expansão de uma indústria textil*. Rio de Janeiro, FCBR e CNI.
- BERNARDES, J. A. (1993). "*Cambios tecnicos y reorganización del espacio en la región azucarena del Norte Fluminense, Brasil (1970-90)*". Barcelona: Universitat de Barcelona.
- BRAGA, H. (s./d.). *Os rumos da economia e o futuro do Estado do Rio de Janeiro* (mimeo).
- BRASIL - Departamento Nacional de Mão-de-Obra (1970). *Mercado de trabalho: composição e distribuição de mão-de-obra: Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério do Trabalho.
- BRASILEIRO, A. M. (1979). *Fusão: análise de uma política pública*. Brasília: IPEA/IPLAN.
- CANO, W. (1997). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- (1992). *São Paulo no limiar do Século XXI -cenários e diagnósticos (a economia do Brasil e do mundo)*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Planejamento e Gestão/Fundação SEADE (especialmente os volumes 4-8).
- CARDOSO DE MELLO, J.M. (1998). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 10ª Edição (30 anos de Economia -UNICAMP).
- CARDOSO, F.H. (1998). *Avança Brasil -mais quatro anos de desenvolvimento para todos*. Brasília/DF, 2ª Edição.
- CARVALHO, J. M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, P. M. (2001). Desempenho da indústria do Rio foi insatisfatório nos anos noventa. In: *Jornal dos Economistas*, No 142, Fev./Mar., pp. 07.
- CASTRO, H. M. (1987). *Ao sul da história. Homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTRO GOMES, A. M. e FERREIRA, A.M. (1988). *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro. de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (mimeo).
- CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE) (1992). *Rio em dados*. Rio de Janeiro.
- (1998). *Panorama econômico do primeiro semestre de 1998*. Estado do Rio de Janeiro/RJ.
- (1997). *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1995-96*. Rio de Janeiro/RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Planejamento e Controle.
- (1987). *Estimativas anuais de população ao nível de municípios do Rio de Janeiro, no decênio 1980-90*. Rio de Janeiro.

- COMPANS, R. (1997). A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e 'urbanismo de resultado'. In: *Anais da ANPUR*. Recife/PE: Sétimo Encontro Nacional da ANPUR, vol. 3.
- DAIN, S. (1990). "Crise econômica, Rio de todas as crises (I)". In: *Série Estudos e Pesquisas*, Número 80, IUPERJ, Rio de Janeiro, Dezembro.
- DEAN, W. (1971). *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, DIFEL/Edusp.
- DINIZ, C.C. (1991). *Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração*. Belo Horizonte: Tese de Titulatura, UFMG.
- DOSSIÊ DE ARTIGOS DE JORNAL (1995-2001).
- EVANGELISTA, H.A (1998). *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- FERNANDES FILHO, D.S. (1983). *Projeto-Rio - problemas potencialidades do Estado do Rio de Janeiro*. In: PUR/UFRJ (mimeo).
- FERREIRA, M. de M. (1985). Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, vol. 1, Número 1.
- FERREIRA, M. de M. (1985). *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- FERREIRA, M. de M. (1985). *Questões para o estudo da industrialização fluminense*. Rio de Janeiro, CPDOC (mimeo).
- FIRJAN et alli (1997). *Decisão Rio, 1997-99 (documento sobre investimentos no Estado do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro/RJ.
- (2000). *Decisão Rio, 2000-2002 (documento sobre investimentos no Estado do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro/RJ.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997). *Projeto Brasil em Ação - principais investimentos nas áreas de transporte, energia, irrigação e comunicações*. In: Folha de São Paulo, 29/06/97, pp. 17-20.
- FORTES, M. (1996). *Um olhar construtivo sobre o Rio de Janeiro -bases para a retomada do desenvolvimento* ("folder" de campanha eleitoral do autor ao cargo de deputado federal)
- FURTADO, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, DIFEL.
- GOLDESTEIN, L. e MENDONÇA DE BARROS, J.R. (1996). O processo de reestruturação da indústria brasileira. In: *Gazeta Mercantil*, 12/08/96.
- GOMES, L. e TRAUMANN, T. (1997). Procura-se gente (mimeo). In: *Veja*, 19/02/97.
- GOMES, A M. de C. (1987). *A invenção do trabalhismo*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao IUPERJ, mimeo.
- GORODICHT, D.A. e SOUZA FILHO, R. (1995). *Plano Plurianual, 1996-99*. Rio de Janeiro.
- GOVERNO FEDERAL (1997). *Brasil em Ação - investimentos básicos para o desenvolvimento* (mimeo).
- GUARITA, M. A (1986). *A indústria na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. Tese de Mestrado em Economia apresentada a UFRJ, mimeo.
- IPPUR/UFRJ -OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1995). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro.
- JORNAL DO BRASIL (1998). Matérias diversas sobre "as saídas para a virada do milênio"- Caderno Eleição 1998 -os novos rumos do Rio", pp. 1-8.

- JORNAL O DIA (1999). Matérias diversas sobre o "renascimento do estado", pp. 17-19 (mimeo),
- LEOPOLDI, M.A. P. (1986). Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1944. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, vol. 1, Número 3.
- LESSA, C. (1978). *Estratégia de desenvolvimento, 1974-79: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: Tese de Professor Titular, Economia, UFRJ
- LESSA, C. (1997). Sem auto-estima e identidade nacional não sairemos da crise. In: *Jornal dos Economistas*. Rio de Janeiro, pp. 10-12.
- LEVY, H. (1995). *Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro (Síntese). Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ.
- LEVY, M. B. (1985). As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais do Rio de Janeiro no início do século. *Anais do I Congresso de História e Energia, São Paulo*, Eletropaulo.
- LIMA, L. H. (2000). Participação irrisória. In: *Jornal do Brasil*, 08/02/2000, pp. 9.
- LIMONAD, E. (1997). Novas redes urbanas: o caso do interior fluminense. In: *Anais da ANPUR, 1997*. Recife/PE: Sétimo Encontro Nacional da ANPUR, vol. 3, pp. 2121-45.
- LOBO, M.E. (1987).
- MAGALHÃES, J. P. de A. (s./d.). Projeto Pró-Rio –problemas e potencialidades do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais.
- MARTINS, M. (1985). *O caminho da agonia*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- MARX, K. (1967). *O capital*. Rio de Janeiro: Cvilização Brasileira.
- (1978). *O capital -Inédito VI*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- MESSENTIER, L. (1993). O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo. In: *Anais do Quinto Encontro da ANPUR*, vol. 2, pp. 763-82. Belo Horizonte.
- NATAL, J. (1997). *Para pensar o atual Estado do Rio de Janeiro- uma análise introdutória e parcial para a implementação de políticas públicas*. Artigo elaborado e apresentado na Quarta Semana de PUR do IPPUR/UFRJ (mimeo).
- (1997). *A atual economia e sociedade fluminense -alguns elementos analíticos para a ação planejada*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ (mimeo).
- (1998). *As atuais economia e sociedades fluminenses - elementos analíticos para a ação planejada*. Rio de Janeiro/RJ: IPPUR/UFRJ.
- NATAL, J. (1999 e 2000) (Coord). *Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses*, números zero a sete. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- OLIVEIRA, J. e SALLES, Y.B. (1993). O federalismo e os interesses regionais: o caso do Rio de Janeiro (mimeo). Relatório parcial elaborado para a pesquisa "Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil" (IESP/FUNDAP).
- PIGNATON, Á. (1977). Origens da industrialização do Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, Campus, Número 15.
- PENALVA SANTOS, A.M. (1997). Descentralização econômica e dinâmica espacial. In: *Anais do Sétimo Encontro Nacional da ANPUR*, vol. 1, pp. 878-94. Recife/PE.
- RIFF, T. (s./d.). *O estado, a fusão e a região metropolitana* (mimeo)
- SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS (1990). *Breve histórico da ocupação do território fluminense -período República*. Rio de Janeiro.

- SECRETARIA ESTADUAL DE INDÚSTRIA, TURISMO E COMÉRCIO (s./d.) (1998). *Investimentos no Estado do Rio de Janeiro (Governo Marcello Alencar)* (mimeo). Rio de Janeiro/RJ.
- SILVA, S. (1976). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega
- STEIN, S. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro, Campus.
- SUZIGAN, W. (1986). *Indústria brasileira –origens e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
- VERSIANI, F. e VERSIANI, M. T. (1978). A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: Flávio Versiani e José Roberto de Barros (orgs.), *Formação Econômica do Brasil*. A experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva.
- VILELA, A e SUZIGAN, W. (1973). *Política de governo e crescimento da economia, 1889-1945*. Rio de Janeiro. IPEA/INPES.

APÊNDICES

Nas páginas que seguem foram incluídos três trabalhos, a saber: (a) As atuais economia e sociedade fluminenses -elementos analíticos para a ação planejada; CNI; (b) A reiteração das desigualdades espaciais fluminenses à luz da inflexão econômica e das novas políticas governamentais; e, (c) Inovações e permanências no Estado do Rio de Janeiro/Brasil -notas sobre a atual dinâmica sócio-espacial, econômica e demográfica.

APÊNDICE I

AS ATUAIS ECONOMIA E SOCIEDADE FLUMINENSES -elementos analíticos para a ação planejada-⁽⁴⁰⁾

Jorge Natal⁽⁴¹⁾

APRESENTAÇÃO

O presente artigo analisa introdutória e sucintamente aspectos da dinâmica sócio-econômica do atual Estado do Rio de Janeiro (ERJ), considerando-se como contrapontos analíticos, e em certos momentos, a Região Sudeste e o Brasil. Assinale-se ainda que ele está organizado em três seções (além desta Apresentação): a que examina determinados aspectos físicos, demográficos e econômicos (Seção I); a que examina determinados aspectos demográficos sócio-econômicos (Seção II); e, por último, num certo “overview”, a que alinhava algumas observações sobre os dados e os comentários anotados nas Seções I e II (Considerações Finais).

I. ASPECTOS FÍSICOS, DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS

O Estado do Rio de Janeiro possui 43.653 Km², o que o coloca como a vigésima quarta unidade federativa em extensão territorial do País; logo, o ERJ, uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, participa com apenas 0,5% da sua extensão territorial -que é de 8.511.996 Km². No que se refere à Região Sudeste (SE), com quatro estados -como se sabe-, o ERJ ocupa a última posição, situando-se atrás dos Estados de Minas Gerais (EMG) (com 586.624 Km²), de São Paulo (ESP) (com 248.256 Km²) e do Espírito Santo (EES) (com 45.733 Km²); logo, em termos regionais, o Estado do Rio de Janeiro participa com apenas 5% da sua extensão territorial, que é de 924.266 km²⁽⁴²⁾. Por conseguinte, quer a nível regional quer a nível nacional, o ERJ apresenta pequena participação em termos de extensão territorial. Por outro lado, o ERJ é um dos mais populosos do País: ordinalmente, em 1995, o ERJ alcançava a terceira colocação no “rank”, com seus 13.324.242 habitantes,

⁴⁰. Este trabalho encontra-se centrado quase que exclusivamente nos dados fornecidos por uma publicação, a saber: CIDE (1997), Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1995-96. Neste sentido, ele, o trabalho, apresenta a atual configuração da economia e sociedade fluminenses como parcial e introdutória, representando ainda parte do esforço de instauração do Fórum de Estudos Fluminenses (FEF) no âmbito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴¹. O Autor é Doutor em Economia pelo IE/Unicamp e Professor-Adjunto do IPPUR/UFRJ.

sendo superado nesse ano, portanto, por apenas dois estados: o de São Paulo, com seus 33.819.754 habitantes, e o de Minas Gerais, com seus 16.548.714 habitantes, ambos, como também se sabe, pertencentes à Região Sudeste -em termos regionais (SE), o ERJ superava tão somente, embora amplamente, o EES com seus 2.797.283 habitantes.

Isto posto, vale assinalar que apesar da população do ERJ ser inferior a do ESP e a do EMG, sua distribuição pelo território expressa densidade demográfica bem superior a daqueles estados, na medida em que a do ERJ é de aproximados 303 hab./km², ao passo que a do ESP é de 136 hab./km² e a do EMG mal alcança 28 hab./km² ⁽⁴³⁾.

Assim sendo, dados a pequena extensão territorial, o elevado contingente populacional, a expressiva densidade demográfica e, como uma espécie de corolário, a inexistência de vazios demográficos importantes, o ERJ tende a demandar menos recursos do que parcela importante dos estados brasileiros para a concreção de políticas que digam respeito ao âmbito do seu território. Acrescente-se, neste ponto, que apesar do ERJ concentrar recursos e população em seu Município-Sede (M-S) ou, num espaçamento maior, em sua Região Metropolitana (RMRJ) (GOV. DO ERJ 1996), fora dessas definições territoriais encontram-se um contingente populacional e um certo volume de recursos não-desprezíveis.

Destarte, em vista dessas observações, parece razoável o argumento de que uma política de desenvolvimento 'regional' para o estado, mais integradora, envolveria distâncias e custos entre os seus vários municípios menores do que aqueles verificados na maioria das unidades federativas nacionais, inclusive no que se refere à própria Região SE. De outra maneira: os municípios desse estado, por estarem relativamente próximos uns dos outros, em sua maioria, indicam a possibilidade de custos relativamente baixos para efeito da implantação de determinadas políticas, passíveis, por conseguinte, de articulação e/ou compartilhamento por municípios circunvizinhos.

⁴². Que, por sua vez, corresponde a cerca de 10% da extensão territorial nacional.

⁴³. As conclusões anotadas neste parágrafo são praticamente as mesmas quando considera-se o ano de 1980 ao invés do ano de 1995.

Para além da relativa facilidade existente para a concreção de iniciativas integradoras mais imediatas e/ou estratégicas de desenvolvimento do território desse estado (o que vai ao encontro de inúmeras manifestações críticas de prefeitos e de lideranças políticas sediados na maioria dos municípios do estado no tocante ao privilegiamento do Município do Rio de Janeiro no âmbito do estado), dadas a pequena extensão territorial e as elevadas população e densidade demográficas fluminenses, o ERJ vem apresentando uma outra vantagem relativa que não pode ser despercebida, a saber: a que diz respeito à taxa geométrica anual de incremento da sua população residente ⁽⁴⁴⁾.

Veja-se. Em termos nacionais, no período 1960-70, enquanto a nível nacional essa taxa foi de 2,89%, a do ERJ foi de 3,13%; entretanto, no período 1970-80, enquanto a nível nacional ela foi de 2,48% (logo, menor do que a do intervalo temporal anterior), a do ERJ foi de 2,30% (vale dizer, menor do que a nacional); no período subsequente, 1980-91, a média nacional caiu mais ainda, tendo alcançado a taxa de 1,93%, sendo que a do ERJ continuou caindo abaixo da média nacional -e agora mais pronunciadamente, atingindo então 1,15%. Ou ainda: o ERJ saltou em termos nacionais, conforme a taxa geométrica em questão e os períodos temporais anteriores, da 12^a para a 17^a posição e, na última década para a 26^a. Essa configuração também foi observada quando a relação é estabelecida com a Região Sudeste. Assim, a média do período 1960-70 foi de 2,67%, a do período 1970-80 foi de 2,64% e a de 1980 até 1991 foi de 1,77%. Ora, como a taxa do ERJ foi, respectivamente, de 3,13%, 2,30% e 1,15%, pode dizer que o comportamento observado a nível nacional igualmente verificou-se no caso da relação do ERJ com sua Macroregião (SE): isto é, a referida taxa foi superior a média regional apenas no primeiro intervalo temporal, e inferior nos outros dois, sendo mais pronunciadamente inferior a taxa da Região Sudeste no último período apontado.

Em suma: embora a população fluminense tenha aumentado ao longo dos trinta anos considerados, ela o fez a taxas geométricas de incremento cada vez menores; ademais, o comportamento dessas taxas ao longo do intervalo temporal apontado apresentou o mesmo comportamento, seja quando considera-se sua relação com o País seja quando se o

⁴⁴. Essa taxa, conforme o CIDE (1996), apoiando-se na metodologia do próprio Censo elaborado pela

faz em vista da sua macroregião (SE). Adicione-se que mantida a tendência das últimas três décadas (diminuição das taxas de fecundidades e ritmo de crescimento econômico moderado), a densidade demográfica poderá chegar inclusive a infletir. Neste sentido, o do comportamento recente e tendencial das taxas geométricas de incremento populacional, a situação do ERJ é sensivelmente menos dramática -e tende a sê-lo também nos médio e longo prazos- de que o de muitos estados do País, inclusive ao nível da sua Macroregião, o que, é trivial, descortina horizontes razoavelmente claros para uma ação mais concertada, planejada e eficaz ao nível do seu território e vis-à-vis diversas demandas sociais.

Não obstante os aspectos positivos antes assinalados, há problemas.

Registre-se, por exemplo, a participação relativa da população economicamente ativa na população residente no ERJ: ela alcançava em 1995, em termos nacionais, apenas a 16ª posição no “rank”, com seus 46,4%, ou seja, 6.183.045 pessoas (46,4% de 13.324.242 habitantes). Além disso, também em termos regionais, no mesmo ano de 1995, a posição do ERJ no “rank” era relativamente baixa, isto é, esse estado situava-se em último lugar (atrás, por ordem, do EES com 49,66%, do EMG com 49,38% e do ESP com 48,55%). Vale dizer: seja em termos nacionais seja em termos macroregionais (SE), a posição relativa do ERJ não era das melhores no tocante à participação da sua população economicamente ativa (PEA) no conjunto da população residente. Uma adição: a participação da PEA na população residente fluminense alcançava apenas a 16ª posição no caso da PEA/homens e apenas a 17ª posição no caso da PEA/mulheres em vista do conjunto dos estados da federação. Adicione-se, ainda, que embora as taxas de incremento populacional a nível estadual estejam crescendo a taxas decrescentes, seu frágil dinamismo econômico impediu, no período considerado, o alcance de posição mais destacada no “rank” nacional e macroregional da sua PEA.

Registre-se, também, na composição desse quadro de problematização, que é nestes espaços, dado o fato do Município do Rio de Janeiro (MRJ) e da Região Metropolitana do

Fundação IBGE é calculada da seguinte forma: $[(\text{pop. ano } x / \text{pop. ano } y)^{y-x} - 1] \times 100$.

Rio de Janeiro (RMRJ) concentrarem a maior parte da população desse estado, respectivamente, 42% e 75%, que seus problemas sócio-econômicos têm sido expressos - daí a necessidade, nestas definições territoriais, pelo menos de ações mais táticas e pontuais ⁽⁴⁵⁾. Coroando os comentários anteriores: a PEA por domicílio do ERJ, somando-se a de natureza urbana e rural, igualada a 100%, é fundamentalmente urbana (com 95%). Aliás, na contraposição rural-urbano, esse estado é o que apresenta a maior participação de PEA por domicílio urbano, insisto, na contraposição anotada ao nível de cada estado (e não inter-estado). Portanto, a relevante problemática sócio-econômica acima apontada é sobremaneira urbana (do Município do Rio de Janeiro e da sua Região Metropolitana); o que não elude o fato de que ações na área rural, eventuais ou não, possam pelo menos minorá-la.

Registre-se, por fim, enquanto a inflexão referida não ocorre, que a população fluminense, de 1980 a 1995, em termos absolutos, aumentou em cerca de 920.000 pessoas (CIDE 1997). Evidentemente, esse aumento não é desprezível, tanto mais quando se considera que ele não se verificou de maneira uniforme em seus vários espaços, indicando, por conseguinte, a necessidade de algumas ações urgentes e pelo menos pontuais ao nível do M-S e da RMRJ -vale mencionar que o incremento de 920.000 de pessoas em quinze anos corresponde a mais de uma Petrópolis (com seus aproximados 265.000 habitantes - dados de 1995) a cada cinco anos.

Em síntese e exploratoriamente, o ERJ apresenta certas condições físicas e populacionais altamente favoráveis para ações estratégicas de desenvolvimento, integradoras do seu espaço (inclusive); no entanto, os dados/problemas assinalados, demográfico-econômicos, não deixam margem à dúvida quanto a gravidade e a urgência de seus enfrentamentos, principalmente nos espaços logo acima referidos. Os aspectos demográficos sócio-econômicos, dada a primacialidade do M-S e da RMRJ, confirmam a assertiva anterior.

⁴⁵. Conforme Fundação IBGE, Censo de 1991.

II. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Nesta seção são examinados alguns indicadores das condições sócio-econômicas da população fluminense, a saber: (II.1) anos de estudo (referidos à PEA), (II.2) faixas de salário mínimo (referidas à PEA), (II.3) índice de desenvolvimento humano. Ao final desta seção são elaboradas algumas reflexões sínteses sobre a situação do ERJ no tocante ao conjunto desses indicadores demográficos sócio-econômicos.

II.1. ANOS DE ESTUDO (referidos à PEA)

A distribuição da PEA por anos de estudo, no ano de 1995, para o ERJ, o SE e o Brasil, para cada uma das unidades consideradas e igualadas a 100%, era a que se segue:

	S/instr. e menos de 01 ano	01 a 03 anos	04 a 07 anos	08 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determ. ou sem decl*.
BRASIL	15,0	18,0	33,3	13,5	14,6	5,5	0,2
SE	8,2	14,5	36,2	16,4	17,0	7,6	0,1
ERJ	6,2	12,8	30,9	18,1	21,7	10,2	0,1

* anos de estudos não determinados ou sem declaração.

Em vista dos dados anteriores, sobressaem alguns aspectos relativos ao ERJ que vale sublinhar: da PEA desse estado, 30,9% possuem de 04 a 07 anos de escolaridade, o que equivale a 1.910.560 pessoas; também da PEA desse estado, cerca de 1/5 (21,7%) dela, ou aproximadas 1.341.720 pessoas, possuem de 11 a 14 anos de escolaridade; o que, por sua vez, equivale a cerca, também, de 10% da população do estado; outros 10,2% da PEA possuem 15 anos ou mais de escolaridade, o que equivale a cerca de 630.670 pessoas (da PEA); registre-se ainda que comparativamente ao Brasil, a distribuição da PEA do ERJ é pior no que tange ao intervalo s/instr. e menos de um ano até 4 a 7 anos de escolaridade, e melhor no que tange ao intervalo subsequente, isto é, de 8 a 15 anos ou mais de escolaridade; no que se refere à Região Sudeste, a situação do ERJ é ligeiramente inferior no primeiro intervalo antes considerado e ligeiramente superior no que se refere ao segundo intervalo antes assinalado; etc.

Em síntese: o ERJ apresenta um das melhores configurações nacionais e da sua Macroregião em matéria de anos de escolaridade, notadamente quando considera-se o intervalo dos 8 aos 15 anos de escolaridade. Mas, simultaneamente, os dados parecem indicar a imprescindibilidade de ações públicas substantivas na faixa do chamado primeiro grau; afora, por suposto, realista, uma melhor aferição do significado aparente e relativamente positivo dos 08 a mais de 15 anos de escolaridade da PEA fluminense.

II.2. FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO (referidas à PEA)

A distribuição da PEA por faixas de salário mínimo, no ano de 1995, para o ERJ, o SE e o Brasil, para cada uma das unidades consideradas e igualadas a 100%, era a seguinte:

%

Faixas de Sal. Mín. / Unidade Nacionais	Até ½ S.M.	Mais de ½ a 01 S.M.	Mais de 01 a 02 S.M.	Mais de 02 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	S/ rendim.	S/ Declar.
BRASIL	5,3	14,9	19,7	33,9	7,2	17,7	1,2
SE	2,8	11,3	19,0	43,4	10,0	12,4	1,2
ERJ	2,2	12,8	22,0	43,2	10,2	8,4	1,3

OBS. entenda-se por S.M. por Salário Mínimo.

Em vista dos dados acima sobressaem alguns aspectos relativos ao ERJ que vale sublinhar: esse estado situa-se abaixo da média nacional no que se refere as duas primeiras faixas acima assinaladas, isto é, a que vai até ½ S.M. e a de mais de ½ S.M. até 01 S.M., e abaixo da média do SE apenas no que se refere à primeira faixa (a que vai até ½ S.M.) e à penúltima faixa, a dos sem rendimentos. Assim sendo, a situação da PEA fluminense, no que tange aos mais pobres (até ½ S.M e sem rendimento), pelo menos comparativamente, é menos ruim do que a do Brasil e SE; vale ainda destacar que os situados na faixa de mais de ½ até 01 S.M., a segunda faixa, do ERJ, com seus 12,8%, apesar de inferior à média nacional, com 11,3%, é superior a do SE, posto que a PEA do ESP puxou essa média

expressivamente para baixo com seus 6,9%, ao contrário do que ocorreu com as PEAs do EMG (18,3%) e do EES (14,9%). Vale dizer: embora a situação relativa do ERJ seja sensivelmente melhor do que a verificada nos EMG e do EES, ela também é sensivelmente pior do que a do ESP; já no que se refere à terceira faixa, a de 01 a 02 S.M., a situação do ERJ é superior à média nacional e regional, o que, por sua vez, significa uma elevada participação relativa de pobres nesta faixa, ainda mais quando compara-se com o ESP que apresenta, nesta mesma faixa, bem menos, 15,5%, estando, por sua vez, também relativamente, próximo do EMG (23,3%) e do EES (21,7%); por fim, nas faixas de mais de 02 até 10 S.M e de mais de 10 S.M., a situação do ERJ, com seus 43,2% e 10,2%, respectivamente, acompanha a média regional (de 43,4% e 10,0%, igualmente de modo respectivo) e é razoavelmente superior à média nacional (33,9% e 7,2%, idem) -estando, no entanto, aquém da posição obtida pelo ESP que, na primeira faixa, logrou obter 51,3% e, na segunda, 12,2%. Isto é, a posição relativamente favorável da PEA fluminense em relação à PEA nacional no caso da primeira faixa conquanto seja positiva, não elude o fato de que sua proximidade com a média regional mostra sua situação desfavorável em relação ao ESP; já no que se refere à segunda faixa, a situação da PEA fluminense evidencia sua posição relativamente melhor em relação à média nacional e proximidade com a média regional, mas também inferior, embora não tanto quanto na faixa anterior, em relação ao ESP.

Portanto, o ERJ, apesar da sua posição relativamente favorável em termos da economia nacional e, grosso modo, parelha com a média regional, ainda precisa envidar esforços consideráveis tanto para diminuir o percentual daqueles inclusos nas duas primeiras faixas, ou seja, de até $\frac{1}{2}$ S.M e de mais de $\frac{1}{2}$ até 01 S.M., que, no conjunto do ERJ, em 1995, representam 15% (2,2% + 12,8%).

Este quadro mostra-se sobremodo grave quando considera-se que, além desses 15%, mais 8,4% não possuem rendimentos, o que eleva o contingente de pobres e miseráveis, considerados conjuntamente, para 23,4% (15% + 8,4%), portanto, para quase 25% da PEA. Ora, se considera-se ainda que na faixa de mais de 02 S.M. até 10 S.M. estão situados 22,0% da PEA do estado, e que essa renda, se não configura uma população miserável, não

configura uma população com elevado poder de compra, antes pelo contrário, pode-se dizer que os cerca de 50% (23,4% + 22%) da PEA fluminense indicam a dimensão do imbróglio econômico-social distributivo a ser enfrentado.

II.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano é calculado a partir dos indicadores esperança de vida ao nascer, nível educacional e renda (este, determinado pela renda per-capita). O quadro que embasa a análise seguinte, extraído do documento já referido (pp. 26), não fornece os indicadores para o conjunto da Região Sudeste, razão pela qual os dados relativos ao ERJ, ao ESP, ao EMG e ao EES, serão apresentados um a um. Uma adição: os dados em questão estão anotados em termos de classificação, isto é, ordinalmente. Como se segue:

	VALOR DO IDH	IDH	PIB-PERCAPITA	ESPER. DE VIDA	ESCOLAR.
BRASIL	0,871	-----	-----	-----	-----
ESP	0,850	3 ^o	2 ^o	11 ^o	2 ^o
ERJ	0,838	5 ^o	3 ^o	12 ^o	4 ^o
EES	0,816	8 ^o	9 ^o	4 ^o	8 ^o
EMG	0,779	11 ^o	10 ^o	13 ^o	11 ^o

Em vista dos dados acima, resulta evidente que a situação do ERJ, com seu quinto lugar (dado seu IDH de 0,838), embora esteja bem 'rankeado', situa-se atrás de quatro unidades da federação, ou seja, do ESP (o 3^o colocado), do Estado do Rio Grande do Sul (o 1^o colocado) e do Distrito Federal (o 2^o colocado). Adicionalmente, verifica-se que segundo o Índice em exame, seu quinto lugar deriva fundamentalmente do PIB per capita, o terceiro do Brasil, e da escolaridade da sua população, a quarta melhor do País; e que, por outro lado, não obstante o elevado índice de abastecimento de água e energia elétrica (vide CIDE 1997) do estado, outros indicadores sociais devem estar levando a que a expectativa de vida dessa mesma população não alcance mais do que um modesto décimo segundo lugar no contexto nacional, o que o leva, neste aspecto, a situar-se atrás somente do EMG em termos regionais.

*

Em virtude dos dados e dos comentários precedentes sobre os aspectos demográficos sócio-econômicos resulta, no seu conjunto, que a situação do ERJ se não é das piores, tampouco deixa de ser isenta de preocupações. Neste caso, vale sublinhar o aspecto esperança de vida ao nascer, posto que, neste item, o ERJ coloca-se atrás até de estados sabidamente pobres, como os do Amapá, Amazonas e Mato Grosso.

Assim sendo, é preciso ter em conta que a acessibilidade de água e de energia elétrica (que alcança, no ERJ, percentual dos mais elevados do País) não se mostra suficiente para a explicitação das causas determinantes da baixa expectativa de vida ao nascer relativamente às demais unidades subnacionais, embora indique, definitivamente, que essas acessibilidades são insuficientes para a melhoria dessa mesma expectativa, ou que outro ou outros determinante(s) está(ão) por ser considerado(s) para a configuração de um quadro tão grave como o apontado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comentários antes alinhavados indicam, num certo “overview”, que o ERJ apresenta algumas condições estruturais relativamente positivas no cenário nacional, como sua exígua extensão territorial, sua elevada população, que, por sua vez, apresenta, segundo dados de 1995, bom nível de escolaridade -principalmente nas faixas mais elevadas-e, ainda, que ela cresce à taxas geométricas decrescentes. Nesse sentido, ele reúne condições para ações imediatas e mediatas que envolveriam recursos e tempos relativamente menores do que aqueles que se fazem necessários na maioria das unidades federativas nacionais estaduais. Especialmente no caso das políticas de âmbito territorial, parece evidente que muitas ações poderiam ser envidadas no sentido do compartilhamento inter-municipal de postos de saúde, escolas, etc.

Em termos mais gerais, e por outro lado, esse mesmo estado apresenta alguns indicadores, como os referidos à PEA e à expectativa de vida da sua população ao nascer, que anunciam a premência de ações públicas que visem enfrentar a necessária geração de

emprego e sua formalização, aumentar a expectativa de vida ao nascer e a escolaridade da sua população, especialmente na faixa relativa, aproximadamente, ao primeiro grau.

Por conseguinte, é preciso pensar e organizar a reflexão sobre o conjunto do ERJ e sobre cada um dos seus espaços (ou definições territoriais) de modo a viabilizar as diversas possibilidades de ações públicas, governamentais ou não, de que carece esse estado, buscando ainda aproveitar as vantagens relativas (e ou absolutas) existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1995-1996*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Planejamento e Controle. 1996.
- CNI. *Economia Brasileira -comparações regionais*. Rio de Janeiro. 1996.

APÊNDICE II

A REITERAÇÃO DAS DESIGUALDADES ESPACIAIS FLUMINENSES À LUZ DA INFLEXÃO ECONÔMICA E DAS NOVAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS ⁽⁴⁶⁾

Jorge Natal,
Cleydia Esteves e Emílio Rua ⁽⁴⁷⁾

APRESENTAÇÃO

Este artigo considera: um dado recorte territorial, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ); um dado recorte cronológico, o pós-meados dos anos noventa (principalmente); e uma dada problematização, a relação entre a dinâmica econômica, entendida enquanto investimentos industriais, em infra-estrutura e em construção civil, e a histórica desigualdade espacial do ERJ, manifesta social, econômica e demograficamente, em vista das políticas governamentais que ora alcançam o seu território ⁽⁴⁸⁾.

Isto posto, dentre outros atributos, registre-se que a unidade federativa assinalada: foi ex-capital imperial e da república (durante aproximados duzentos anos); continua sendo um importante centro artístico, cultural e turístico do País; possui o terceiro contingente populacional, a mais elevada taxa de urbanização e o segundo maior polo industrial estadual brasileiro; e, ainda hoje, é uma das poucas unidades federativas com tradição em pensar a nação. Vale dizer: o ERJ se destaca tanto de “per se” quanto por sua importância no contexto do conjunto do País. Tanto que a imagem do Estado do Rio de Janeiro foi largamente apreendida como signo do padrão nacional de desenvolvimento, exitoso em diversos aspectos, vigente desde o último quartel do século passado até meados dos últimos anos setenta. Em especial, e mais detidamente, o espaço carioca desse estado, aquele

⁴⁶. Artigo elaborado para efeito de apresentação no “VIII Encontro da Associação Nacional da ANPUR”, intitulado “O desafio do planejamento urbano e regional brasileiro: que propostas para a próxima década?”, Porto Alegre/RS, 24-28 de Maio de 1999.

⁴⁷. Os autores são: o primeiro, Professor-Adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas /São Paulo; e, a segunda e o terceiro, Geógrafos/UFRJ e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ. Eles agradecem aos comentários e sugestões de José Luiz Vianna, professor da Universidade Federal Fluminense e doutorando do mesmo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ, eximindo-o, como é de praxe, e a bem da verdade, de qualquer responsabilidade pelas opiniões, ilações, e tudo o mais que se segue.

⁴⁸. A consideração eventual de anos anteriores à segunda metade da década de 90 não significa a negação do recorte cronológico registrado, mas apenas a necessidade de sublinhar a natureza deste período vis-à-vis os precedentes.

definido pelo Município-Sede do Rio de Janeiro, por seu dinamismo econômico, político e cultural, foi apreendido como signo da própria auto-estima e identidade nacionais da população brasileira que no período anotado fiava e se engajava na crença da construção de uma nação industrializada e civilizada nos trópicos (Lessa 1998) ⁽⁴⁹⁾.

Mas ao contrário dos vinte anos anteriores (1956-76), os dois decênios seguintes chegaram a suscitar a expressão “Rio de todas as crises” (Dain 1990). Portanto, ao passo que o mencionado padrão nacional de desenvolvimento conheceu seu esgotamento, o ERJ experienciou desde aí sua mais aguda e longa crise. Esvaziamento econômico, diminuição de importância nas lutas federativas, agudização das condições de vida e fragilização das anteriores auto-estima e identidade nacional da população, e, ainda, manutenção (ou seria agravamento?) das históricas desigualdades espaciais foram algumas das expressões do “Rio de todas as crises” ⁽⁵⁰⁾.

A partir de meados da presente década, no entanto, avolumam-se as enunciações na imprensa, proferidas por empresários e governantes estaduais, acerca da retomada do crescimento econômico do ERJ. Em vista dessas enunciações e da anotada importância de “per se” e nacional desse estado, em particular da economia fluminense no contexto nacional, torna-se imperioso examinar essa possível inflexão, especialmente o papel que o poder público estaria nela desempenhando. Considerar-se-ão também as “desigualdades espaciais”, buscando responder a seguinte questão: em que medida elas poderiam estar sendo superadas em vista dessa “possível inflexão” econômica e das atuais políticas públicas implementadas no seu território. Considerar-se-ão, por último, os limites do crescimento econômico sem justiça social, como é o caso do ERJ, e da crucialidade do

⁴⁹. O sentido conceitual da categoria “padrão nacional de desenvolvimento” encontra-se em Cardoso de Mello (1984) -vide Referências Bibliográficas. Dois registros adicionais: (i) em termos de dinamismo econômico é amplamente reconhecido que, não obstante a importância do Rio de Janeiro, no intervalo temporal em exame, coube à São Paulo desempenhar o principal papel; (ii) o exitoso assinalado pode ser apreendido, por exemplo, através do crescimento econômico e do emprego, do avanço logrado ao nível da formação do mercado e da integração nacionais, como ainda da crescente formalização das relações de trabalho, vigentes, grosso modo, durante quase toda a existência do padrão nacional de desenvolvimento referido.

⁵⁰. Assinale-se que não se está apontando qualquer relação concreta entre a crise do anterior padrão nacional de desenvolvimento e a crise da economia e sociedade fluminenses.

desenvolvimento da economia e sociedade fluminense para efeito do desenvolvimento da própria economia e sociedade brasileiras⁽⁵¹⁾.

*

O artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção examina a possível superação da anterior degradação econômica fluminense; a segunda seção, partindo da localização geográfica dos empreendimentos econômicos ora realizados no estado, aponta para a reiteração da geografia econômica do ERJ (isto é, para a reiteração da sua histórica desigualdade espacial); a terceira seção, partindo dos dois principais eixos de desenvolvimento em processo de modernização no estado, o da Rio-Juiz de Fora e o da Rio-São Paulo, e dos empreendimentos econômicos apontados (investimentos industriais, etc.), examina a nova práxis do poder público vis-à-vis a sua capacidade e/ou interesse concreto em enfrentar as mencionadas desigualdades espaciais (?); e, a última seção, sob a forma de sucinto ensaio, examina o ônus social do crescimento econômico quando ele não se faz acompanhar de maior justiça distributiva e, também, a importância estratégica do desenvolvimento fluminense em vista da necessária redefinição do próprio desenvolvimento sócio-econômico nacional.

SEÇÃO I - O INÍCIO DA SUPERAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA?

A economia e sociedade fluminense experimentou dramática crise, como apontado, desde o final dos anos setenta até meados destes anos noventa. Ilustrando: “o PIB real do estado cresceu apenas 3,9% e (...) a renda per capita sofreu redução de 9,2%” no período 1980-92; a participação relativa do ERJ no PIB real do Brasil caiu de 12,78% em 1985 para 10,89 em 1990; etc. Como se sabe, parcelas desses decréscimos derivaram da chamada política econômica de ajuste dos anos oitenta, de corte recessivo, que, dada a importância do setor público federal sediado no estado, impactou gravosamente sobre a sua renda -uma expressão desse ajuste foi a correção a menor das remunerações dos funcionários ativos e inativos da União domiciliados no ERJ, posto que representam, cada um deles, um quarto dos respectivos totais nacionais.

⁵¹. Este último aspecto será ensaisticamente tratado na Seção IV, de Considerações Finais.

Adicionalmente, tal crise desnudou a frágil demanda da indústria fluminense na medida em que ela encontrava-se extremamente centrada no mercado estadual ⁽⁵²⁾. Neste sentido, essa crise também desnudou a natureza dessa indústria na medida em que ela, além de não possuir maiores projeções para fora do país ou mesmo para fora do estado, em linguagem kaleckiana, tampouco detinha “departamentos” capazes de rebocar os demais, quais sejam, o de bens de capital e os da ponta de bens de consumo duráveis, daí sua extrema dependência dos rendimentos do trabalho assalariado originados fora dela, como por exemplo, no setor público ⁽⁵³⁾. Na mesma linha, dentre outras evidências, têm-se: a intensa transferência de sedes de instituições bancárias, antes instaladas no ERJ, para o ESP; e, a perda da importância da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (também para a do ESP).

Acrescente-se na composição desse quadro a força do “lobby” dos empresários tradicionais do Rio, ou seja, da indústria naval, do comércio e do mercado financeiro, que, em última instância, ao obstaculizar discussões e saídas mais criativas para o enfrentamento dessa crise, contribuiu para o agravamento da questão social (Souto e Salles 1993: 10) e, conseqüentemente, para a própria perda da auto-estima da população fluminense (Lessa 1998). Uma adição: nem mesmo o II PND (1974-79), apesar da sobrevida econômica que conferiu ao antigo “milagre” (1968-73), mostrou-se capaz de reverter esse quadro; até porque, ao privilegiar atividades e setores de baixa capacidade de impactação, para frente e para trás, como a da construção civil pesada, ele pouco contribuiu para a realavancagem e, mais importante, para a necessária reestruturação da economia desse estado (Lessa 1978) ⁽⁵⁴⁾.

Entretanto, a partir de meados dos anos 90, observa-se alguma inflexão na trajetória anterior, de crise econômica. Na mídia proliferam artigos e reportagens mencionando

⁵². Além de ser também extremamente tributária de recursos federais (exemplo: indústria naval).

⁵³. Acrescente-se: embora não exclusivamente. Sobre a abordagem kaleckiana, vide as “Equações marxistas de reprodução”, de M. Kalecki, in Jorge Miglioli, nas Referências Bibliográficas.

⁵⁴. Afinal, uma economia fortemente tributária do Estado, num quadro de crise do anterior padrão de financiamento, com um setor primário que não representa sequer dois por cento do PIB estadual e sem qualquer indústria da ponta tecnológica de bens duráveis de consumo, etc. precisa, no mínimo, ser repensada.

investimentos e recursos que estariam sendo destinados ao Rio ⁽⁵⁵⁾. Do mesmo modo intensificam-se discursos de empresários e políticos apontando para o término da crise e o início de uma nova etapa de expansão econômica (vide a esse respeito o constante no documento indicado na nota 33). Também a academia começa a produzir alguns artigos, poucos e de maneira geral teóricos, que apontam para a possibilidade da existência de um processo embrionário de inflexão na anterior trajetória econômica (evidências dessa assertiva encontram-se em Anais da ANPUR, 1997).

Isto posto, no que tange ao crescimento econômico, vejam-se os registros que se seguem:

- a participação do PIB do ERJ em relação ao PIB do Brasil, que diminuiu desde 1970, passou a ser crescente a partir de 1994. Assim, enquanto em 1970 ela alcançou cerca de dezesseis por cento, em 1990 essa participação declinou até aproximados onze por cento, passando a situar-se no triênio 1994-96, no entanto, acima de 12% -essa participação foi de 12,20% em 1996; e,
- a renda per-capita fluminense que em 1990 era superior a US\$ 3.600,00, alcançou em 1994 mais de US\$ 5.000,00, chegando em 1996 a aproximados US\$ 7.000,00 ⁽⁵⁶⁾.

Dados recentes sinalizam ainda que a economia fluminense, a partir de um conjunto de indicadores, tais como PIB, Consumo de Bens, etc., teria voltado a ser a segunda economia mais rica do país; assim sendo, tomando-se a média de riqueza do conjunto dos estados brasileiros como sendo igual a 100, o ERJ alcançaria 150,5%, atrás do ESP com 177,7% e na frente do Estado de Minas Gerais com 141,0% (cf. nota 55, pág. 9) ⁽⁵⁷⁾.

Também os dados relativos aos dispêndios produtivos programados para o triênio 1997-99 reforçam a noção de inflexão econômica, como se segue:

⁵⁵. Vide Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses, n^o Zero, editado pelo IPPUR/UFRJ e CORECON.

⁵⁶. Dados extraídos da Revista "Decisão Rio", 4^a edição, da FIRJAN/CIRJ/SESI/SENAI/IEL, Investimentos 1997-99, de set./1997.

⁵⁷. Esta informação parece importante porque no bojo da crise da auto-estima da população fluminense, a perda da segunda posição, em termos de riqueza econômica para o EMG, aparecia como elemento de destaque.

- (i) no que tange aos *investimentos industriais*, a serem realizados por oitenta e três empresas, o montante seria de quase US\$ 4,7 bilhões;
- (ii) no que tange aos *investimentos na construção civil*, o montante seria de US\$ 5,3 bilhões -tais investimentos seriam em parques temáticos (US\$ 0,4 bilhão), hotéis e resorts (US\$ 1,3 bilhão), escolas e hospitais (US\$ 0,5 bilhão), shoppings centers (US\$ 1,9 bilhão) e moradias (US\$ 1,2 bilhão); e,
- (iii) no que tange aos *investimentos em infra-estrutura*, em número de vinte e seis, o montante seria de US\$ 13,73 bilhões -tais investimentos seriam realizados, dentre outras 'instituições', pelo governo estadual, pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por Furnas, pela Concer, pela Telerj, pela Eletrobrás, pela Camargo Corrêa/Andrade Gutierrez, pela Cedae, pelo Infraero, pelo Consórcio Nova Dutra, etc.

Em vista dos valores acima, ter-se-ia aproximados US\$ 24 bilhões, ou seja, US\$ 8 bilhões/ano de investimentos programados. Registre-se que nesses US\$ 24 bilhões não foram considerados os investimentos da Petrobrás, estimados em cerca de US\$ 6 bilhões; mas, caso eles o sejam, aquele total aumentaria para US\$ 30 bilhões, 'puxando' o investimento industrial médio do triênio em pauta para US\$ 10 bilhões. Em termos comparativos, o ERJ estaria recebendo assim mais do que um terço do total dos investimentos diretos previstos para este ano no conjunto do País (US\$ 22 bilhões). Reforça a noção de inflexão econômica -sublinhe-se, nos termos definidos, isto é, de investimentos em infra-estrutura, construção civil e em indústrias-, apesar das dramáticas demissões que estão sendo implementadas, o Programa Estadual de Desestatização, que, dentre outras empresas, inclui a(o): Companhia de Eletricidade do ERJ (CERJ), Companhia Estadual de Gás (CEG), Banco do ERJ (BANERJ), Riogás, Light, Companhia de Navegação do Rio de Janeiro (CONERJ), Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do RJ (CODERTE), Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE), Companhia do Metropolitano do RJ (METRÔ), Companhia Fluminense de Trens Urbanos (FLUMITRENS).

Em vista dessa linha analítica, seguem-se duas observações finais. Uma diz respeito ao fato de parcelas dos investimentos em indústrias, etc. e dos referidos ao Programa Estadual de Desestatização serem realidades; dentre outros exemplos, vide os casos do

parque gráfico de O Globo, da Glaxo Welcome, de projetos habitacionais no Município do Rio de Janeiro, dos investimentos na Rio-Juiz de Fora (trecho Rio-Petrópolis), pela Concer (a empresa que explora por concessão essa rodovia) e na Rio-São Paulo, pelo Consórcio Nova Dutra (a empresa que explora por concessão essa rodovia), etc. A outra diz respeito ao fato de investimentos programados, embora não realizados, indicarem a possibilidade do ERJ seguir na trilha de inflexão econômica, para cima, iniciada em meados desta década - tudo o mais constante (“coeterus paribus”) ⁽⁵⁸⁾.

SEÇÃO II - O INÍCIO DA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES ESPACIAIS?

A desigualdade espacial do ERJ constitui fato histórico. Isso se explica, em parte, porque o atual ERJ resultou da fusão de duas formações sociais com histórias distintas, qual seja, o antigo ERJ e o antigo EG. O primeiro, marcado por um setor primário decadente ou estagnado, nunca constituiu referência nacional, apresentando uma ampla maioria de municípios esvaziados econômica e demograficamente. Já o segundo, por várias razões, inclusive por ter sido capital imperial e da república durante aproximados dois séculos, sempre foi um dos pólos econômicos e populacionais mais importantes do país, apresentando enorme capacidade de atração de recursos e de população para o seu território, além de, nos últimos quarenta anos, apresentar expressiva conurbação. Neste sentido, específico, o atual ERJ ‘nasceu’ e continua estruturalmente diferenciado do seu vizinho, o ant. ERJ, seja da perspectiva populacional seja da econômica e social -como se mostrará adiante.

A diferenciação espacial anotada resulta também evidente quando se considera, por exemplo, que na RMRJ residem 9,5 milhões habitantes, sendo 5,5 milhões no Município-Sede, ao passo que na fração territorial extra-metropolitana residem 4,0 milhões de pessoas. Equivale dizer: o M-S concentra cerca de 41% da população total do estado e a RMRJ cerca de 70% do mesmo total, ao passo que a fração territorial extra-RMRJ cerca de 30%, idem.

⁵⁸. A menção ao “tudo o mais constante” deve-se, basicamente, às perspectivas sombrias que se abatem sobre o níveis de crescimento da economia brasileira como um todo, em especial por conta do chamado ajuste fiscal implantado neste final de ano de 1998, que, segundo todas as avaliações, deverá ser dramaticamente recessivo.

O mesmo acontece, de modo até mais radicalizado, quando são considerados indicadores de natureza econômica. Para ilustrar, veja-se o quadro seguinte:

QUADRO I
PARTICIPAÇÕES ECONÔMICAS DA RMRJ E DO M-S EM RELAÇÃO AO ERJ

ECONOMIA	RMRJ/ESTADO (%)	M-S/RMRJ
ESTABELECEMENTOS	xxxxx	xxxxx
Indústria	78,24	67,78
Comércio	75,19	61,11
Serviço	79,46	64,35
EMPREGOS	xxxxx	xxxxx
Indústria	80,91	75,00
Comércio	84,39	71,82
Serviço	88,96	84,40
FINANÇAS PÚBLICAS	xxxxx	xxxxx
IPI Total, 1991	92,50	91,01
IR Total, 1991	93,95	95,19
ICMS Total, 1996	89,37	72,80
ISS Total, 1995	89,65	90,86
IPVA Total, 1996	80,84	81,27

FONTE: GOVERNO DO ERJ (1995). *Plano Plurianual, 1996-99* (mimeo), pp. 13; CIDE (1996); e CIDE (1995)

Os dados sobre estabelecimentos e empregos estão referidos ao ano de 1985, ao passo que os dados sobre finanças públicas ao ano de 1991, 1995 e 1996. Embora reconhecendo que eles não estão atualizados, mas também que a realidade fluminense não se alterou tão significativamente no que tange aos indicadores acima nos últimos anos, poder-se-ia anotar que é provável que eles continuem a expressar percentuais médios bastante elevados; segundo os dados anotados, eles seriam de superiores a 84% quando se considera a relação RMRJ/ERJ e mais de 75% quando se considera a relação M-S/RMRJ. Em suma: os dados atestam a larga liderança econômica do M-S em relação à RMRJ, desta RMRJ em relação ao estado e, conseqüentemente, do M-S em relação ao próprio estado.

No que tange aos indicadores sociais, as diferenças espaciais são igualmente flagrantes. A esse respeito, como ilustração, vale registrar alguns deles ⁽⁵⁹⁾: (a) enquanto

⁵⁹ . As informações que se seguem foram extraídas de CIDE 1997, Encarte de Mapas Temáticos. Um registro: atualmente o ERJ possui noventa e um municípios.

onze municípios do estado encontrar-se-iam na faixa de nenhum a menos de um leito, por mil habitantes, em clínicas básicas contratados pelo SUS, apenas três deles possuíam dez ou mais leitos...⁽⁶⁰⁾; (b) enquanto vinte e dois municípios estão situados no intervalo de 40 a 60% com domicílios com coleta de lixo, somente um deles possui mais de 80% de coleta domiciliar de lixo ⁽⁶¹⁾; (c) apenas cinco municípios apresentariam um total de domicílios ligados à rede geral de água, com canalização interna, com percentual superior a 80% (Rio de Janeiro, Resende, Volta Redonda, Três Rios e Cordeiro), ao passo que na faixa de 0 a 60% de atendimento estariam situados trinta municípios, o que equivale a cerca de 30% das unidades subnacionais do estado. De outra maneira: seriam flagrantes as diferenças sócio-espaciais, aqui tomadas na perspectiva inter-municipal, em que pese as conhecidas e importantes diferenças intra-espacos metropolitanos (Ribeiro 1995)⁽⁶²⁾.

Em vista das indicações procedidas nesta seção, cabe então examinar se a inflexão econômica apontada na Seção I apontaria para o enfrentamento da histórica desigualdade espacial do ERJ? Penalva Santos (1997), por exemplo, indaga se a nova ordem mundial capitalista não seria capaz de reverter ou pelo menos mitigar a atual concentração econômica existente no ERJ? Em reforço a uma possível resposta positiva, ela destaca a importância da revolução tecnológica ocorrida na área de transportes e na de comunicações, a partir da microeletrônica, ressaltando a possível redefinição do conceito de distância e para a revolucionarização do padrão de localização industrial, que, assim sendo, poderiam alterar a supramencionada desigualdade espacial. Em suas próprias palavras: “(...) quaisquer distâncias podem ser superadas em tempo real e a custo decrescente. Esta é a proposição que está subjacente à tendência à descentralização. Caberia (...) esperar que os desequilíbrios regionais estivessem sendo superados (...)” (pág. 889).

⁶⁰. Os municípios situados na faixa de zero até um são os seguintes: Itatiaia, Quatis, Belford Roxo, Paty de Alferes, Comendador Levy Gasparian, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras, São Sebastião do Alto e São João da Barra; os municípios situados na faixa de dez ou mais são os seguintes: Bom Jesus de Itabapoana, Cardoso Moreira e Valença.

⁶¹. Os quatro municípios situados na faixa de 0 a 20% são Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes e Cambuci; o município com mais de 80% de coleta domiciliar de lixo é o do Rio de Janeiro.

⁶². Este parágrafo foi elaborado a partir de esforço anterior de um dos autores deste artigo (Jorge L.A. Natal): vide “Para pensar o atual Estado do Rio de Janeiro -uma análise introdutória e parcial para a implementação de políticas públicas” (mimeo), Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. A esse respeito, reforçando a ilustração apresentada sobre as enormes diferenças espaciais existentes no ERJ no tocante ao quesito “qualidade de vida”, tem-se também o trabalho recente de Carlos Alberto M de Almeida, in ANPUR/97 (vide Referências Bibliográficas) e, ainda, o de Luiz Cesar Q. Ribeiro (1995) (idem).

Mas, prossegue a autora, o que se tem verificado é a denominada “desconcentração concentrada”; vale dizer, “(...) estaríamos vivenciando uma nova rodada de desenvolvimento desequilibrado e de estabelecimento de novas bases para as desigualdades regionais” (Idem, pág. 890). Penalva Santos parece mesmo correta. Tanto que do total programado de investimentos para este ano, somente a Baixada Fluminense e o Município-Sede (RMRJ) estariam recebendo cerca de 46% do total, enquanto a Região Sul Fluminense cerca de 49% do mesmo total. Neste sentido, estar-se-ia reproduzindo a anterior geografia econômica, qual seja, a reiteração da principalidade dos territórios da RMRJ e Sul Fluminense, com seus aproximados 95% dos investimentos totais previstos, de um lado, e, de outro, a secundarização de regiões como a Norte e a Noroeste Fluminenses que, segundo dados da FIRJAN para 1997, receberiam respectivamente apenas 0,08 e 0,05 ⁽⁶³⁾.

Aprofundando a análise:

- (i) dos vinte e sete *investimentos industriais* programados para o triênio 1997-99, contados por empresas, apenas cinco municípios extra-metropolitanos seriam contemplados, a saber: Volta Redonda (CSN e White Martins), Porto Real (Peugeot-Citröen e Guardian Industries Corp), Resende (Wolkswagen e Metalúrgica Rheen), Cantagalo (Holdercin), Petrópolis (Celma e Sola). Uma adição: dos investimentos programados pelas empresas antes anotadas, seis deles ocorrerão nos municípios vizinhos de Volta Redonda, Resende e Porto Real, definindo-se assim, num certo “tour de force” conceitual, uma espécie de ‘ilha de excelência’ (“regional states”) do ponto de vista dos investimentos produtivo-industriais;
- (ii) dos vinte e sete *investimentos em infra-estrutura* programados para o mesmo triênio, a maioria deles diz respeito à RMRJ, destacando-se os que alcançam o eixo Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, o que, como se discutirá adiante (Seção III), reafirma a prevalência das duas antigas e mais destacadas rodovias que atravessam o ERJ;
- (iii) dos nove *investimentos na construção civil*, igualmente programados para o triênio em exame, seis deles serão realizados na RMRJ e apenas três fora da RMRJ.

⁶³. Na Região Sul Fluminense, estariam se instalando, dentre outras empresas, a Peugeot-Citröen, Guardian Industries Corp, White Martins; e, na Baixada Fluminense, também dentre outras empresas, O Globo, Cimobrás, Generali Refrig., Bergitex, Rio Gás e Alcoa Alumínio; e, no Município-Sede do Rio de Janeiro, idem, a Procosa, Michelin, Prosint, RJ Refrescos e Knoll Basf.

Concluindo: os apontamentos anteriores atestam inequivocamente a reiteração da antiga geografia econômica, ou, como anotado antes, a principalidade econômica da RMRJ, de um lado, e, de outro, a secundarização econômica da área extra-Metropolitana. E mais, também em conformidade com a configuração pregressa, a manutenção da “ilha de excelência” econômico-produtiva definida pelos Municípios de Volta Redonda, Resende e, agora, Porto Real (município que, como se sabe, foi desdobrado de Resende para fins específicos, qual seja, o de atração de empresas através da concessão de recursos fiscais). Em vista dessa conclusão parece mostrar-se verdadeira, pelo menos no ERJ, a interpretação que entende a desconcentração econômica, notadamente a industrial, como adstrita a alguns poucos pontos do território, via de regra, os mesmos de antes, o que, por conseguinte, reitera a prevalência de antigos requisitos locacionais, combinados, como os de mercado de consumo, infra-estrutura e mão-de-obra, de um lado, e, de outro, a natureza economicamente limitada das novas tecnologias para, por si só, suscitar uma desconcentração não-concentrada. Além disso, comprovar-se-ia aí, neste caso específico, a inexistência de qualquer relação direta entre crescimento econômico e diminuição de desigualdades espaciais (e menos ainda nos países da periferia do sistema econômico capitalista mundial).

SEÇÃO III - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO, MUDANÇA NO PAPEL DO ESTADO E RADICALIZAÇÃO DA PREVALÊNCIA DA LÓGICA DO MERCADO

Da antiga geografia econômica aos antigos eixos de desenvolvimento

No que diz respeito aos investimentos examinados na primeira seção, resultou evidente que alguns municípios foram privilegiados, a saber: o do Rio de Janeiro, os da Baixada Fluminense e os três da Região Sul acima anotados, quais sejam, Volta Redonda, Porto Real e Resende. Assinale-se ainda, alíás, repita-se, os investimentos previstos ou em curso no ERJ apontam para dois grandes eixos rodoviários de desenvolvimento, quais sejam, o da Rio-Juiz de Fora e o da Rio-São Paulo.

No caso dessas rodovias, antes de mais nada, elas são importantes por conta dos investimentos que nelas estão sendo realizados, e a realizar, em duplicação de pistas, em obras de arte (viadutos e passarelas), etc.⁽⁶⁴⁾.

Um acréscimo: é verdade que outras rodovias também estão sendo objeto de investimentos em melhorias, mas nenhuma delas está recebendo investimentos industriais como as duas aqui mencionadas. Neste sentido, no que tange ao entorno da Rodovia Rio-São Paulo, dentre outros, têm-se investimentos industriais programados pela CSN, Peugeot, Guardian Industries Corp, Wolkswagen, White Martins, Metalúrgica Rheen -distribuídos por Resende, Porto Real e Volta Redonda, e ainda os da Cimobrás, Generalli Refrigerantes, Messer Grieshein, Bergitex, Bayer, Alcoa Alumínio -estes na RMRJ; e, no que tange à Rodovia Rio-Juiz de Fora, têm-se investimentos industriais como os de(a) O Globo, Celma, Sola, Rio Polímeros, Rio Gás, Petroflex ⁽⁶⁵⁾.

Para efeito de ilustração, da geografia econômica dos novos investimentos, largamente privilegiadora dos mesmos lugares-alvo da localização empresarial antes vigentes, ter-se-ia o seguinte mapa (vide página seguinte):

⁶⁴. Ilustrando: a Rio-Petrópolis, através da Concer, a concessionária privada que ora a explora, investiria no triênio 1997-99 US\$ 760 milhões, ao passo que na Rio-São Paulo, através do Consórcio Nova Dutra, a concessionária privada que explora essa rodovia, investiria no mesmo período US\$ 269 milhões.

⁶⁵. Cf. nota (55), págs. 12-13.

MAPA I
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS NO ERJ

A centralidade da infra-estrutura no âmbito das novas políticas governamentais

A partir do final dos anos oitenta, com a eleição presidencial do Senhor Collor de Mello (1989), as críticas ao anterior modelo de desenvolvimento, em especial sobre a centralidade que o Estado nele ocupava, têm se avolumado. Isto posto, sublinhe-se que talvez tenha sido no ERJ, unidade federativa na qual a presença do Governo Federal/União sempre foi historicamente decisiva, onde a nova práxis mais calou fundo e mais ganhou foros de política governamental, sublinhando-se aí, como aliás ocorreu em quase todo o país, o destaque por ela conferida ao óbice representado pela infra-estrutura para efeito da retomada do crescimento econômico, no caso, do fluminense.

Mencione-se que a práxis aludida passou a prevalecer, desde então, inclusive no âmbito do governo do município-sede (do Rio de Janeiro). Neste nível governamental, o chamado Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro seria emblemático. Tal Plano, que pressupõe a crescente mundialização da economia, objetiva explicitamente a construção de bases infra-estruturais cidadinas para a atração de investimentos nacionais e internacionais. De outra maneira: a proposta é a de que o município tente “incorpora-se à nova ordem internacional” (Compans 1997: 1724) ⁽⁶⁶⁾ através da construção de vantagens comparativas locais, principalmente por meio da oferta de bases logísticas, infra-estruturais. Nesta perspectiva, sublinhe-se que o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro visa definições rápidas de intervenções urbanas, de maneira geral físicas, que sejam capazes de viabilizar a cidade na luta concorrencial com outras cidades que, segundo o espraiamento dessa racionalidade, estariam também buscando, e rapidamente, fazer o mesmo, ou seja, ofertar vantagens locais infra-estruturais às empresas nacionais e internacionais ⁽⁶⁷⁾.

Destaque-se ainda que o Plano Estratégico parte da existência da combinação “crise fiscal-financeira do poder público” e “necessidade de vultuosas massas de recursos” para a

⁶⁶. Este Plano Estratégico, da Cidade do Rio de Janeiro, foi aprovado em Janeiro de 1995.

⁶⁷. Este Plano indica mudança no que tange ao planejamento urbano, sem, no entanto diminuir o caráter autoritário, posto que, inclusive recorrendo ao marketing da cidade, e ao argumento da necessidade de agilidade decisória, visa fazer “tabula rasa” dos preceitos democráticos presentes na Constituição de 1988, que, como se sabe, se fazem presentes nas leis de Uso e Ocupação do Solo, nos Planos Diretores, etc; apontando assim para uma outra natureza sua, a da excludência social.

concreção de projetos urbanísticos de intervenção, apontando, por conseguinte, para a superação do mencionado obstáculo e, simultaneamente, para a realização dos também mencionados projetos urbanísticos de intervenção desde que fossem criadas as condições legais que os viabilizassem, quais sejam, novos arranjos institucionais, como as parcerias, concessões, etc.

Tal modificação relativa à presença do poder público e sua relação com a infraestrutura (historicamente construída e explorada pelo Estado) também poderia ser ilustrada considerando-se o Plano Plurianual (1996-99), do Governo Marcelo Alencar. A celeridade com que foram conduzidas as privatizações e as desregulamentações nos últimos quatro anos no estado, segundo as palavras do próprio Secretário de Fazenda do ERJ, Sr. Marco Aurélio Alencar, atestam não apenas a mudança anotada, como a radicalidade com que ela foi levada adiante. Além, é claro, de principalizar a crise de financiamento e a premência da construção da infra-estrutura para efeito da retomada do crescimento econômico. O PPA seria assim uma síntese da práxis em exame. Tanto que o mesmo secretário lamenta que a renegociação da dívida financeira estadual, com o governo federal, acabou implicando em elevadas taxas de juros em vista da inexistência de ativos que a lastreasse por conta da rapidez com que foram conduzidas as privatizações e as concessões no ERJ ⁽⁶⁸⁾.

Essa celeridade/radicalidade fica evidente com a consideração do Programa Estadual de Desestatização, que, como apontado na Seção I, tem resultado na alteração da anterior condição de existência, de empresa pública, de inúmeras instituições, quase todas da área de infra-estrutura, ou seja, de transporte, energia e comunicação. A esse respeito, vide o quadro que se segue (próxima página) ⁽⁶⁹⁾:

⁶⁸. A esse respeito, vide Jornal do Brasil, de 15/06/1998, a matéria intitulada: "ERJ renegocia dívida com juros altos -governo fluminense terá 30 anos para pagar R\$ 8,5 bilhões".

⁶⁹. Esse quadro foi extraído do trabalho referido na nota (55), pág. 25. Além das empresas referidas na página cinco deste artigo (CERJ, CEG, BANERJ, RIO GÁS, LIGHT, CONERJ, CODERTE, CEDAE, METRÔ e FLUMITRENS), cabe anotar o significado das demais, a saber: CASERJ (Companhia Abastecimento e Silos do ERJ), CEASA (Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro), SIAGRO (Empresa de Serviços e Insumos Básicos do Rio de Janeiro), COPPERJ (Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro), CTC (Companhia de Transporte Coletivo), SERVE (Empresa Estadual de Viação), FLUTEC (Empresa Fluminense de Tecnologia), BD-RIO (Banco de Desenvolvimento Econômico do Rio), DIVERJ (Distribuidora de Valores do Rio de Janeiro), CELF (Centrais Elétricas Fluminenses), PESAGRO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro), EBSE (Empresa Brasileira de Solda Elétrica) e TURISRIO (Companhia de Turismo do Rio).

QUADRO II
PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

EMPRESAS	MODALIDADE DA DESESTATIZAÇÃO
CERJ	PRIVATIZADA
CEG	PRIVATIZADA
RIO GÁS	PRIVATIZADA
BANERJ	PRIVATIZADA
LIGHT	PRIVATIZADA
CONERJ	VENDA CONTROLE ACIONÁRIO
CODERTE	DESMOBILIZAÇÃO OU VENDA CONTROLE ACIONÁRIO
CEDAE	CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
METRÔ	CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
FLUMITRENS	CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
CASERJ/CEASA	FUSÃO
EMATER/SIAGRO	INCORPORAÇÃO
COPPERJ	INCORPORAÇÃO
CTC/SERVE	LIQUIDAÇÃO
FLUTEC	LIQUIDAÇÃO
BD-RIO	LIQUIDAÇÃO
DIVERJ	LIQUIDAÇÃO
CELF	LIQUIDAÇÃO
PESAGRO	REESTRUTURAÇÃO
EBSE	VENDA CONTROLE ACIONÁRIO
TURISRIO	REESTRUTURAÇÃO

FONTE: FIRJAN/SESI/SENAI/IEL/CIRJ 1997, pág. 25 (vide Referências Bibliográficas).

Tais mudanças, incluindo-se aí a própria exploração privada das rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, dinamizadoras da economia do ERJ, devem ser pensadas ainda em vista da definição do PPA de dois macro eixos: um, inter-regional, e o outro, intra-metropolitano, que, como se sabe, correspondem exatamente à rodovia Rio-São Paulo (o macro-eixo do “Médio Vale do Paraíba”) e à rodovia Rio-Juiz de Fora (o macro-eixo Oeste Intra-metropolitano). Uma adição: não dá para negar a explícita preocupação do governo estadual com áreas a “reprogramar” e a “integrar”, mas também não dá para negar que apesar das preocupações com as áreas pouco ou menos dinâmicas econômica e populacionalmente do estado, como as regiões norte e noroeste, os tradicionais eixos assinalados é que foram mesmo objeto de investimentos, ainda mais porque, dadas as mudanças anotadas, cabe centralmente ao setor privado realizá-los (embora seja mister

registrar que o poder público, dados os apoios financeiros que efetua, possivelmente pudesse exercer papel mais ativo de orientação, notadamente no que tange ao combate às desigualdades sócio-espaciais).

Também no que tange ao governo federal, conforme o Programa Brasil em Ação (PBA), sublinha-se a construção de infra-estrutura -e nos mesmos moldes presentes no Plano Estratégico da Cidade e no PPA. Mais detidamente: a consideração deste PBA mostra-se decisivo posto tratar-se da mais importante tentativa de planejamento territorial governamental, em escala nacional, desde o II PND (Governo Geisel, 1974-79), cuja nuclearidade radica na construção de infra-estrutura (que alcança o ERJ através dos projetos do Teleporto e do porto de Sepetiba), embora ele esteja sendo levado adiante nos mesmos moldes impositivos da época da ditadura, de cima para baixo, com apenas uma diferença essencial em relação ao planejamento territorial daquele momento, a saber: aquele não contribuía para a fragmentação sócio-espacial do País ⁽⁷⁰⁾. Vale um registro neste ponto: o porto de Sepetiba tende a ser requisito extremamente importante para a sustentação da retomada do crescimento econômico do ERJ, mas, ao que sabe, as obras necessárias para a sua conclusão estão atrasadas, e, não fora bastante, a construção da RJ-209, que ligaria o porto aos dois eixos rodoviários nucleares da economia fluminense, sequer saiu do papel...

Neste ponto, três questões merecem especial destaque: (a) houve, e ainda estaria havendo, uma nítida mudança no papel do Estado ao nível da economia fluminense em relação aos períodos progressos (posto que esses serviços de utilidade públicas eram oferecidos por concessionárias também estatais), particularmente no que tange à provisão da infra-estrutura. Vale dizer, empresas privadas estão assumindo crescente importância na provisão de transporte, energia e comunicação; (b) essa mudança no papel do Estado não significa o cumprimento genuíno dos desideratos discursivos neoliberais na medida em que ele continua presente nas três esferas governamentais aludidas através de novos arranjos institucionais, como as parcerias, em alguns casos, como principalmente das várias modalidades de apoios financeiros (e de outros). Ilustram esses apontamentos, os

empréstimos concedidos por agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o consórcio que explora a Ponte Rio-Niterói (US\$ 40 milhões dos US\$ 80 milhões necessários para a sua recuperação), para a construção do Parque Gráfico de O Globo (na Rio-Petrópolis), etc. e, principalmente, pela monumental guerra fiscal em curso no estado e propagandeada em documento oficial da FIRJAN/CIRJ/SESI/SENAI/IEL⁽⁷¹⁾; (c) e, por fim, dada a principalidade do setor privado na provisão de infra-estrutura e não obstante os aportes financeiros, etc. para a atração de empresas para os vários espaços municipais, a geografia econômica das inversões e os dois macro-eixos anotados indicam que os vários níveis governamentais não estão, na melhor hipótese, conseguindo enfrentar a histórica mazela das desigualdades espaciais da sociedade fluminense e, na pior, para além das intencionalidades discursivas, que eles estão seguindo o mercado.

SEÇÃO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se segue é estritamente ensaístico. Trata-se de uma reflexão sobre a centralidade da retomada do crescimento econômico fluminense para efeito da definição de um novo padrão de desenvolvimento não adstrito ao binômio Mercado-Estado, nesta ordem, como parece estar ocorrendo na presente quadra da vida nacional, mas sim ao trinômio Sociedade-Estado-Mercado, também nesta ordem.

Isto posto, tendo seguimento a trajetória de investimentos industriais, em infra-estrutura e na construção civil no ERJ, assim como as várias modalidades de apoios para que esses investimentos continuem ocorrendo, é até possível que a economia fluminense dissipe definitivamente do cenário nacional a imagem de um estado decadente. Mas isso, como se buscará mostrar nestas páginas finais, em vista da sua anterior proeminência histórica, é pouco...embora seja imprescindível. Nesta perspectiva parece também imprescindível incorporar na discussão sobre a retomada do crescimento econômico, 'subsumindo' a que diz respeito ao efetivo enfrentamento das antigas desigualdades

⁷⁰. Para uma análise mais detalhada acerca deste Brasil em Ação, vide Bacelar (1997) nas Referências Bibliográficas.

⁷¹. Vide a esse respeito SENAI/IEL/FIRJAN/CIRJ/SESI, de Junho de 1998, nas Referências Bibliográficas.

espaciais, principalmente a de natureza econômica, aquela que versa sobre o histórico papel do Rio de Janeiro na vida nacional. Logo, em acordo com Lessa (1997), pensa-se, seria mister recuperar antigos valores, dentre os quais, como anotado no início deste trabalho, a chamada auto-estima e identidade nacionais da população do ERJ.

Evidentemente esse último valor, a identidade nacional, com toda a carga ideológica que ele envolve e expressa, depende da possibilidade da afirmação de uma nova estratégia de desenvolvimento que reconheça os novos tempos, sem abrir mão de um projeto que tenha na nação base privilegiada de inscrição internacional. Mas, para tal, pensa-se igualmente, é preciso de início considerar a auto-estima da população fluminense ⁽⁷²⁾. E essa auto-estima, salvo engano, requer o atendimento de pelo menos dois requisitos básicos: melhor distribuição funcional da renda e mais empregos.

Neste último sentido, chama a atenção o fato dos investimentos industriais previstos para o triênio 1997-99, de oitenta e três empresas, que alcançariam cerca de US\$ 4,6 bilhões, gerarem um volume de apenas 16.241 postos de trabalho, ou, em média, 5.414 empregos/ano, o que, para uma PEA de mais de seis milhões pessoas, não parece muito animador ⁽⁷³⁾. Ainda que sejam adicionados outros investimentos industriais programados para o mesmo período, como os da Petrobrás, com seus US\$ 6,3 bilhões, ou nos Pólos, com seus US\$ 0,1 bilhão, eles certamente não permitirão a superação do dilema do emprego no ERJ ⁽⁷⁴⁾. Também chama a atenção o fato dos investimentos em infra-estrutura (com seus US\$ 13,73 bilhões, idem), excetuando-se aqueles realizados em estradas, antes que empregar, à guisa de enxugamento das estruturas operacionais e administrativas das empresas privatizadas, estarem contribuindo para o aumento do desemprego -a exceção fica por conta da indústria da construção civil que, com seus US\$ 5,3 bilhões de investimentos previstos para o mesmo triênio 1997-99; ela é a única que pode contribuir para o aumento da ocupação da mão-de-obra fluminense. De outra maneira: o crescimento econômico em

⁷². Um registro importante: supõe-se aqui que o ERJ continua sendo um dos estados da federação, junto com Pernambuco e Rio Grande do Sul, com mais forte tradição de compromisso com os chamados interesses nacionais e com o pensar nação, daí a imprescindibilidade da retomada do seu crescimento econômico e do alcance de melhoria das condições sociais de vida da sua população.

⁷³. Cf. nota (55), pág. 13.

curso, no que tange aos investimentos industriais, etc. não aponta a melhoria do nível de emprego no estado.

Poder-se-ia considerar ainda: o terciário, mas este, sabidamente, já se encontra incha-do; o setor primário, mas este, também sabidamente, por mais esforços e recursos que nele sejam aplicados, tampouco parece poder responder a questão do desemprego no estado pelo simples fato de que ele constitui fenômeno essencialmente metropolitano; e, o setor público, mas este, como é igualmente conhecido, encontra-se em processo de esvaziamento.

Em suma: deixada a atual lógica de mercado ter livre curso, salvo engano, não acontecerão impactos positivos sobre a auto-estima da população fluminense. Afinal, um homem sem emprego...

Portanto, da perspectiva do emprego, e mesmo da ocupação, a situação não é animadora; mas tampouco ela o é da perspectiva da distribuição da renda. Tanto que as novas tecnologias, que vêm junto com os novos investimentos, além de não favorecerem o emprego, tampouco favorecem o aumento da participação dos rendimentos do trabalho no produto estadual. Logo, os atuais investimentos industriais, em infra-estrutura, etc. não alcançam positivamente o emprego (diferentemente do passado) e nem contribuem para a melhoria da distribuição funcional da renda (como no passado). Não fora bastante, uma das características mais marcantes da economia fluminense é a conhecida principalidade do seu setor terciário (sobre os demais setores) que, de maneira geral, sempre foi também marcadamente informal (Ribeiro 1995; Araújo Filho 1994), o que evidentemente operou no passado e opera no presente para o rebaixamento do rendimento do trabalho no estado.

Em sendo corretas essas observações, mostra-se socialmente necessário criar condições alternativas para a geração de mais postos de trabalho e, simultaneamente, de mecanismos que permitam a melhoria da distribuição da renda (e da riqueza). E não apenas por causa da necessidade social aludida, do estado. Mas até por uma necessidade mais

⁷⁴. E isso, aliás, encontra-se em consonância com a própria tendência mundial, posto que a indústria não

profunda, a saber: o crescimento econômico do ERJ, com melhoria das condições sociais de vida da maioria da população, poderia legitimar esse estado outra vez nas discussões sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro ao recuperar a auto-estima da sua população (através do aumento do emprego e da melhoria da distribuição da renda) e reavivar em seus corações e mentes sua marcada noção pregressa de identidade nacional (tão essencial nestes tempos de globalização e de neoliberalismo).

Só assim, pensa-se, criar-se-ia um “caldo de cultura” capaz de levar essa mesma população, e suas lideranças, a participar mais ativamente nas lutas pela correção dos rumos do modelo de desenvolvimento (sic) em curso. Só assim, pensa-se também, poder-se-ia ir ao encontro do trinômio Sociedade-Estado-Mercado, superando-se por conseguinte o binômio Mercado-Estado ora prevalecente. Enfim, mostrar-se-ia definitivamente que nem tudo que é antigo é necessariamente velho...Até porque um país não se reduz ao economicismo das taxas de juros e cambiais; e, neste jogo, mais do que a maioria dos economistas supõe, noções não fundadas nas ciências econômicas (como as de auto-estima e identidade nacional) podem mobilizar uma população e mudar os rumos de uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.C. (1997). A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais da ANPUR, Sétimo Encontro Nacional*, vol. 2, pág. 1352-374. Recife/PE.
- ARAÚJO FILHO, V.F. (1994). *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ.
- BACELAR, T. (1997). Dinâmica regional e integração competitiva. In: *Anais da ANPUR, Sétimo Encontro Nacional*, vol. 2, pág. 1070-99. Recife/PE.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1984). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- COMPANS, R. (1997). A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e ‘urbanismo de resultado’. In: *Anais da ANPUR, Sétimo Encontro Nacional*, vol. 3, pág. 1721-34. Recife/PE.
- CIDE (1995). *Finanças Públicas*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- CIDE (1996). *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- DAIN, S. “Crise econômica, Rio de todas as crises (I)” (1990). *Série Estudos e Pesquisas*, nº 80, IUPERJ, Rio de Janeiro: Dezembro.

representa hoje setor fundamental do ponto de vista da geração de emprego.

- GOVERNO DO ERJ (1995). *Plano Plurianual, 1996-99*. Rio de Janeiro: set.
- KALECKI, M. (1977). As equações marxistas de reprodução e a economia moderna. In: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec (org. Jorge Miglioli).
- LESSA, C. (1978). *Estratégia de desenvolvimento, 1974-78: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ (Tese Professor Titular).
- LESSA, C. (1997). Sem auto-estima e identidade nacional não sairemos da crise. In: *Jornal dos Economistas*. Rio de Janeiro, pág. 10-12.
- LEVY, H. (1995). *Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro (Síntese). Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- MENDES DE ALMEIDA, C. (1991). "Crise político-social, Rio de todas as crises (II)", Série Estudos e Debates nº 81, IUPERJ, Rio de Janeiro: Janeiro.
- NATAL, J.L. (1998). *As atuais economia e sociedade fluminenses -elementos analíticos para a ação planejada*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ (mimeo).
- (Coord.) (1998). *Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ e CORECON/RJ, Número Zero.
- OLIVEIRA, J.S. e SALLES, Y.B. (1993). O federalismo e os interesses regionais -o caso do Rio de Janeiro. Relatório parcial elaborado para a pesquisa "Balanço e perspectiva do federalismo fiscal no Brasil". São Paulo: IESP/FUNDAP (mimeo).
- OMHAE, K (1996). *O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- PACHECO, C.A. (1996). *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas/SP: Unicamp/IE (Tese de Doutorado).
- (1998). *Fragmentação da nação*. Campinas/SP: UNICAMP/IE.
- PENALVA SANTOS, A.M. (1997). Descentralização econômica e dinâmica espacial no Rio de Janeiro. In: *Anais da ANPUR, Sétimo Encontro Nacional da ANPUR*, vol. 1, pág. 878-94. Recife/PE.
- RIBEIRO, L.C.Q. (1995). *Como anda o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.
- SENAI/FIRJAN/CIRJ/SESI/IEL (1997). *Revista Decisão Rio, Investimentos 1997-99*. Rio de Janeiro, Set.
- (1998). *Políticas municipais de incentivos no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2ª edição, Junho.

RESUMO

Este artigo examina basicamente quatro questões. A primeira diz respeito aos indícios de que a economia fluminense estaria, após vinte anos de degradação econômica, retomando a senda do crescimento. A segunda diz respeito ao fato de que esta possível inflexão econômica não estaria permitindo, concretamente, a superação das históricas desigualdades espaciais, econômicas e sociais, do Estado do Rio de Janeiro. A terceira diz respeito ao fato da retomada do crescimento econômico estar implicando na modernização dos mesmos antigos eixos de desenvolvimento, além de reiterar uma certa "ilha de

excelência” em parte do Sul Fluminense. E, a quarta, diz respeito à discussão, elaborada ensaisticamente, sobre a necessidade do crescimento econômico se fazer acompanhar de justiça distributiva de modo a possibilitar às lideranças fluminenses participar das discussões sobre os rumos do desenvolvimento nacional.

APÊNDICE III**INOVAÇÕES E PERMANÊNCIAS
NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO/BRASIL
-as atuais dinâmicas sócio-espacial, econômica e demográfica⁽⁷⁵⁾ -****Jorge Natal⁽⁷⁶⁾**

Parcela considerável da população mundial vive atualmente sob condições cada vez mais distantes daquelas prevalentes há vinte anos atrás. Logo, em sentido amplo, as correntes inovações, em sentido “latu”, estão se mostrando decisivas no cotidiano da maioria das pessoas em quase todo o mundo. Mas nem tudo são inovações. Há também permanências. De outra forma, a chamada globalização, com suas novas tecnologias informacionais, crescente financeirização da riqueza, mudança nas estratégias locacionais das empresas, fragilização do antigo Estado-Nação, crise fiscal do Estado (real ou festejada?), etc., não elude o fato dessas inovações, promovidas sob a égide do capital, estarem longe de garantir a melhoria das condições de existência das maiorias populacionais, senão o contrário. Portanto, apesar do atual predomínio econômico e hegemonização ideológica envolvidos sob a rubrica da globalização, ou mais especificamente, da exegese do mercado, existe pelo menos uma permanência a ser especialmente considerada, a da reiterada e histórica desatenção governamental às demandas sociais dessas mesmas maiorias populacionais. Mas essa permanência, sublinhe-se, nos dias atuais, apresenta uma particularidade: ela tende a ser cada vez mais dramática, dadas as inovações em curso.

O exame do caso do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), um dos mais importantes do País, comprova o anotado, qual seja, a dramaticidade da questão social das maiorias

⁷⁵. Este artigo foi elaborado, a partir do trabalho “Para pensar o atual Estado do Rio de Janeiro -uma análise introdutória e parcial para a implementação de políticas públicas” e apresentado no Quarta Semana de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (realizado em dezembro de 1997), para efeito de apresentação no Evento Economia’98, realizado na Cidade de Havana/Cuba, verificado no período compreendido entre 1 e 3 de Julho de 1998. Adicione-se que este artigo, como o outro, expressa parcela do esforço realizado no âmbito do Fórum de Estudos Fluminenses (FEF), coordenado pelo autor referido na nota seguinte, sediado no IPPUR/UFRJ.

populacionais -e na maioria dos municípios do estado. Ilustra-se esse fato com a consideração de indicadores, dentre outros, como os concernentes a leitos em clínicas básicas, a domicílios ligados à rede geral de água, a domicílios com coleta de lixo e as taxas de analfabetismo da população de 10 a 14 anos. Acrescente-se que esses indicadores, além de evidenciarem a dramaticidade apontada, apresentam forte correlação com o nível geral da atividade econômica existente no estado. Explicando melhor: quanto pior o indicador social, mais frágil seu dinamismo econômico, e vice-versa; o que significa dizer, dado o apontamento logo acima, que o ERJ vem experimentando razoável esvaziamento econômico. Para efeito da discussão do chamado dinamismo econômico, também dentre outros indicadores, pode-se considerar o número de agências bancárias e o produto interno bruto de diversos municípios do ERJ, como ainda as migrações, segundo suas taxas líquidas, e as densidades demográficas referidas ao âmbito municipal, ambos sabida e marcadamente influenciados pelo grau de dinamismo econômico.

Não obstante, sublinhe-se adicionalmente que o estado em exame vem apresentado certa e nova diferenciação interna no bojo do referido esvaziamento econômico da maior parte do seu território, fazendo-se acompanhar, neste sentido, da conformação de alguns “regional states” (Ohame 1993). Sublinhe-se, ademais, que novos dramas sociais estão se posicionando, quando não agravando-se em relação a períodos pregressos, mesmo nestas “ilhas de excelência” (!?). Sublinhe-se por fim que se as noções de cidade global ou de integração competitiva não são necessariamente prejudicadas pela dramatização das condições sociais e econômicas vigentes, mesmo nos ‘espaços mais dinâmicos’, sejam eles ‘centrais’ ou ‘periféricos’, é mister destacar que neles pessoas, setores econômicos e espaços estão igualmente sendo ‘excluídos’ (e não mais marginalizados, como apontava a literatura dos anos 60-70).

Além disso, essa ‘exclusão’, de pessoas, espaços e setores econômicos, o que é pior, tende a ser definitiva enquanto a lógica globalizante continuar predominando sobre a economia e hegemonizando o debate político-ideológico, como, infelizmente, acontece nos

⁷⁶ . O autor é Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP) e Professor-Adjunto do IPPUR/UFRJ.

dias correntes no Brasil como um todo e, em especial, no Estado do Rio de Janeiro. É destes e dos aspectos mais acima que tratar-se-á sucintamente nas seções seguintes.

*

Este artigo encontra-se estruturado do modo que se segue: na Seção I, são apresentados determinados e breves comentários introdutórios, informativos, sobre o Estado do Rio de Janeiro, procurando com eles situar o leitor acerca de algumas características e vantagens absolutas e relativas desse estado no contexto da federação brasileira; na Seção II, são apresentados alguns indicadores selecionados e aproximativos do quadro social vigente no estado em exame, para, em seguida, através da consideração dos indicadores “migração, segundo suas taxas líquidas” e “distribuição espacial da densidade demográfica”, tomados como próxis do grau de dinamismo econômico intra-estado, mostrar a forte correlação existente entre o baixo dinamismo econômico e os piores indicadores sociais vigentes no ERJ (e que abarcam parcelas consideráveis do território, municípios e populações do estado). Consideram-se ainda outras duas próxis do grau de dinamismo econômico (ou de esvaziamento, a saber: a distribuição espacial das agências bancárias e as estimativas do produto interno bruto per-capita); na Seção III, a última, são apresentados outros sucintos comentários acerca da crescente agudização da problemática social verificada no espaço intra e extra-metropolitano do ERJ; e, na última Seção, de Considerações Finais, são apresentados mais alguns indicadores problematizadores das condições sociais de vida existentes no ERJ, a partir das próxis habitação, transporte, finanças públicas e movimentos sociais.

I. UMA INTRODUÇÃO: algumas características e vantagens relativas do ERJ no contexto nacional brasileiro⁽⁷⁷⁾

O Estado do Rio de Janeiro possui 43.653 Km², o que o coloca como a vigésima quarta unidade federativa em extensão territorial do País; assim sendo, o ERJ, uma das vinte e sete unidades subnacionais de nível estadual do Brasil, possui apenas 0,5% da sua extensão territorial -que é de 8.511.996 km². Por outro lado, esse mesmo estado é um dos mais populosos do País: ordinalmente, em 1995, ele alcançava a terceira colocação no “rank” nacional, com seus 13.324.242 habitantes. Daí deriva o seguinte: apesar da

população total do ERJ ser inferior a dos dois mais populosos do País, o Estado de São Paulo (ESP) (com 33.819.754 habitantes) e o Estado de Minas Gerais (EMG) (16.548.283 habitantes), sua distribuição pelo território expressava -e continua expressando- densidade demográfica bem superior a desses estados, posto que enquanto a do ESP era de 136 hab./km² e a do EMG era de 28 hab./km², a do ERJ era de 303 hab./km² (dados também de 1995) ⁽⁷⁸⁾.

O Estado do Rio de Janeiro vem apresentando ainda uma outra característica demográfica importante, qual seja, a que diz respeito ao comportamento da sua taxa geométrica de incremento populacional ⁽⁷⁹⁾. Veja-se: ela foi de 3,13% no período 1960-70, diminuiu para 2,30% no período 1970-80 e para 1,93% no período 1980-91, tendo decrescido ainda mais no Censo de meados de década recém-publicado, quando alcançou 1,43%. De outro modo: o Estado do Rio de Janeiro saltou da 12^a para a 17^a posição e, na última década, para a 26^a posição, sendo que agora logrou alcançar a 27^a, ou seja, a de estado de menor taxa geométrica de incremento populacional.

Assim, embora a população fluminense tenha aumentado ao longo dos trinta anos considerados, ela o fez a taxas geométricas de incremento cada vez menores. Acrescente-se que mantida a tendência das últimas três décadas (determinada pela diminuição das taxas de fecundidade e ritmo de crescimento econômico moderado), a densidade demográfica poderá chegar inclusive, num tempo não muito distante, a infletir. Neste sentido estrito, o do comportamento recente e tendencial das taxas geométricas de incremento populacional, a situação do ERJ é menos preocupante (e tende a sê-lo também nos médio e longo prazos) do que a de muitos estados do País no que tange aos gastos com as chamadas políticas públicas (tudo o mais “coeterus paribus”); o que, por sua vez, dadas certas condições sócio-políticas, descortinaria horizontes razoavelmente claros para ações mais concertadas, planejadas e eficazes ao nível do seu território. Em vista do anotado, parece pertinente dizer

⁷⁷. Os dados que se seguem nesta seção foram extraídos de uma publicação recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 1996, intitulada “Economia Brasileira -comparações regionais” (Rio de Janeiro)

⁷⁸. Estas últimas conclusões são praticamente as mesmas quando considera-se o ano de 1980 ao invés do ano de 1995.

⁷⁹. Essa taxa, conforme o CIDE (1996), apoiando-se na metodologia do próprio Censo elaborado pela Fundação IBGE é calculada da seguinte maneira: $[(\text{pop. ano } x - \text{pop. ano } y)^{x-y}] \times 100$.

que uma política de desenvolvimento 'regional' para o estado, mais integradora, no curto, médio e longo prazos, envolveria de maneira geral distâncias e custos entre seus diversos centros urbanos, e destes com os municípios menores, inferiores àqueles verificados na maioria das unidades federativas estaduais nacionais.

Não obstante os aspectos positivos assinalados, imediatos e mediatos, pelo menos enquanto tal inflexão não ocorre, assinale-se que a população fluminense, de 1980 até 1995, em termos absolutos, aumentou em cerca de 920.000 de pessoas, número evidentemente não desprezível, ainda mais quando considera-se que esse incremento não se verificou de maneira uniforme em seus vários espaços, nem tampouco ao nível dos diversos estratos de renda da sua população. Portanto, não resta dúvida: há uma evidente necessidade de ações urgentes, algumas até pontuais, dada a inequívoca implicação social desse fenômeno. Reforça o apontado, o fato da participação relativa da População Economicamente Ativa (PEA) residente, no ano de 1995, no ERJ, alcançar apenas a 16ª posição no "rank" nacional, com seus 46,4%, ou seja, 6.183.045 pessoas (46,4% de 13.324.242 habitantes).

Acrescente-se que embora as taxas de incremento populacional do Estado do Rio de Janeiro estejam decrescendo, seu relativamente frágil dinamismo econômico tem impedido, no período considerado, o alcance de posições mais destacadas no "rank" nacional da sua PEA. E ainda, dado que o Município do Rio de Janeiro (o Município-Sede, M-S; a capital do estado) e sua Região Metropolitana (RMRJ) (que abarca o M-S e os municípios do seu entorno mais imediato) concentram a maior parte da população desse estado, respectivamente, 42% e 75%, é nestes espaços que os problemas sócio-econômicos expressos na PEA relativa e absolutamente baixas, em termos nacionais, têm evidenciado sua gravidade -daí a necessidade das ações mais urgentes, pontuais e locacionalmente referidas⁽⁸⁰⁾.

Uma adição: destaque-se que a PEA por domicílio do ERJ, somando-se a de natureza rural com a urbana, igualada a 100%, é fundamentalmente urbana (com 95%). Aliás, na contraposição rural-urbano, esse estado é o que apresenta a maior participação de

⁸⁰. Conforme Fundação IBGE, Censo de 1991.

PEA por domicílio urbano, insisto, na contraposição anotada ao nível de cada estado (e não inter-estado). Portanto, a relevante problemática sócio-econômica apontada é sobremaneira urbana; o que não elude o fato de que ações na área rural, eventuais ou não, possam pelo menos minorá-la.

Em síntese: o ERJ apresenta certas condições físicas e populacionais especialmente favoráveis para ações estratégicas de desenvolvimento, integradoras do seu espaço (inclusive), conquanto seus graves problemas de curto prazo, demográfico-econômicos, não deixem margem à dúvida quanto a gravidade e a urgência de seus enfrentamentos.

II. UMA APROXIMAÇÃO DO QUADRO SOCIAL, E SUA RELAÇÃO COM O DINAMISMO ECONÔMICO ⁽⁸¹⁾

São muitos os desafios a serem enfrentados no, e pelo, ERJ. Dentre eles, pode-se mencionar e sucintamente comentar algumas próximas referidas ao seu estado das artes, de corte social, como se segue:

II.1. leitos em clínicas básicas contratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS)

Conforme o CIDE (1977), “a média de 4,3 leitos (em clínicas básicas contratados pelo SUS) por 1.000 habitantes é uma das maiores entre todos os estados (do País)” (pp. 22). Não obstante o que veio de ser anotado, uma análise mais detida permite enfatizar - conforme o mesmo CIDE/1997-, que não apenas a distribuição de leitos...no ERJ encontra-se longe de configurar uma distribuição espacial que se pudesse dizer homogênea, como ainda existe número expressivo de municípios (56%) com no máximo três leitos em clínicas contratados pelo SUS (por 1.000 habitantes). De outra maneira: 56% dos municípios desse estado encontram-se abaixo da média nele vigente -de 4,3 leitos por mil. Além disso, como os dados são apresentados por faixas, de zero ou menos de um, de um a menos de três, de três a menos de cinco, etc., é provável que o percentual de municípios abaixo da média estadual seja substantivamente maior do que os 56% apontados; isto porque na faixa de três a menos de cinco “leitos...” estão inclusos vinte e dois municípios, ou seja, cerca de 33% das unidades subnacionais municipais do estado, o que,

⁸¹. As informações que se seguem nos próximos quatro sub-ítem foram extraídas de CIDE (1997), Encarte de Mapas Temáticos, pág. 337; sendo que um a um eles constam das seguintes páginas: II.1, da pág. 338; II.2, da pág. 342; II.3, da pág. 341; e II.4, da pág. 339.

consequentemente, pode significar um percentual abaixo da média estadual, sem exageros, no entorno de 70%.

II.2. domicílios com coleta de lixo

Segundo o CIDE/1997, como anotado no sub-ítem anterior, pode dizer que há uma distribuição desse serviço, coleta domiciliar de lixo, bastante desigual do ponto de vista espacial, como número expressivo de municípios com graus de atendimento extremamente baixos. Mais especificamente: cerca de 2/3 dos municípios do ERJ dispõem de serviço de coleta de lixo situado na faixa que vai de razoável para péssimo (de 60% até zero% de domicílios com coleta domiciliar de lixo).

II.3. domicílios ligados à rede geral de água, com canalização interna

Também segundo o CIDE/1997, e ainda conforme os sub-ítens anteriores, pode-se apontar que há diferenciações espaciais de monta e número não desprezível de municípios 'carentes' desse serviço tão importante que é o da canalização interna da rede geral de água. No que se refere especificamente a esse último aspecto, registre-se que cerca de 50% dos municípios do ERJ possuem até no máximo 60% de domicílios ligados à rede geral de água, com canalização interna.

II.4. taxas de analfabetismo da população de 10 a 14 anos

Ainda conforme o CIDE/1997, como nos sub-ítens anteriormente indicados, constata-se que mais da metade dos municípios do estado apresentam taxas de analfabetismo situadas na faixa entre 10 e 25% de sua população de 10 a 14 anos de idade. Aqui, como em II.1, II.2 e II.3, há certa diferenciação espacial intra-municípios (do ERJ).

*

Tais indicadores, denunciadores de alguns dos graves problemas sociais verificados no Estado do Rio de Janeiro, diga-se, em parcela considerável dos seus municípios (como indicado), são verificáveis de forma mais aguda em um certo conjunto 'áreas', principalmente nas de menor dinamismo econômico. Dentre os municípios com os piores indicadores sociais, têm-se os seguintes:

a. *na faixa de nenhum a menos de um leitos em clínicas básicas contratados pelo SUS*: Itatiaia, Quatis, Queimados, Belford Roxo, Paty do Alferes, Comendador Levy Gasparian, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras, São Sebastião do Alto e São João da Barra -onze municípios;

b. *na faixa de até 40% de domicílios com coleta de lixo* têm-se vinte e sete municípios, cerca da terça parte, sendo que os quatro com percentuais mais baixos, de zero % até 20%, são os de Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes e Cambuci;

c. *na faixa de até 40% de domicílios ligados à rede geral de água, com canalização interna*, na entrada dos anos 90, têm-se treze unidades subnacionais municipais, sendo que os com piores percentuais, de zero % até 20%, são Itaboraí, Maricá, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro;

d. *na faixa de 18 até 25% de taxas de analfabetismo da população de 10 a 14 anos*, na entrada dos anos 90, têm-se seis municípios, a saber: Silva Jardim, Sumidouro, São Sebastião do Alto, Varre-Sai, Cardoso Moreira e São João da Barra.

Isto posto, veja-se que na listagem acima não aparece sequer uma vez os mais importantes municípios do estado, como o são os do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Friburgo, Volta Redonda, etc.

*

Em seguida, reforçando o argumento, mostrar-se-á que de maneira geral a simples consideração dos indicadores “migrações, segundo suas taxas líquidas” e “distribuição espacial das densidades demográficas”, ambos tomados como próxis do dinamismo econômico, confirma a existência de uma forte correlação entre os piores indicadores sociais espacialmente referidos e o mencionado dinamismo. Antes de avançar, no entanto, é mister observar que a variável migração não explica-se necessariamente por fatores econômicos. Mas no caso, salvo engano, parecem ser mesmo os chamados fatores econômicos que dão sentido às taxas líquidas negativas verificadas em parcela considerável dos municípios do ERJ, como às baixas densidades demográficas verificadas também em parcela considerável de seus municípios.

No caso das migrações, verifica-se que 63% dos municípios (44 num total de 70) desse estado apresentam taxas líquidas negativas, evidenciando, por conseguinte, uma preocupante questão, qual seja, a do esvaziamento econômico de número expressivo das unidades subnacionais municipais do ERJ. Na faixa de -1% para baixo, no período 1991-94, estariam situados 13 (treze) municípios, a saber: Laje de Muriaé, Cambuci, São Fidélis,

Cantagalo, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Quissamã, Engenheiro Paulo de Frontin, Sapucaia, Rio das Flores, Rio Claro e São Sebastião do Alto. Na faixa de -1% até zero, no mesmo período 1991-94, estariam situados 31 (trinta e um) municípios, a saber: Porciúncula, Natividade, Bom Jesus de Itabapoana, Italva, Campos, São João da Barra, Miracema, Itaocara, Conceição de Macabu, Bom Jardim, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Três Rios, Paraíba do Sul, Petrópolis, Magé, Cachoeiro de Macacu, Silva Jardim, Rio Bonito, Araruama, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Rio de Janeiro, Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende e Parati.

No caso da distribuição espacial da densidade demográfica, assinale-se que 68 (sessenta e oito) municípios estariam situados abaixo da média estadual (303 hab./km²), o que equivale dizer que apenas 10 (dez) municípios desse estado estão situados acima da média referida, a saber, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Queimados, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Volta Redonda (todos, exceto este último, pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

*

Concluindo a argumentação, verifica-se, portanto, que exatamente os municípios com os piores indicadores sociais são também, de maneira geral, os municípios mais esvaziados econômico-demograficamente, sendo que essa assertiva ganha ainda mais concretude quando consideram-se os indicadores que se seguem, a saber: a distribuição espacial das agências bancárias e as estimativas do produto interno bruto per-capita.

No que se refere à distribuição espacial das agências bancárias, o ERJ apresenta distribuição bastante desigual em seu território, como se segue: com 31 (trinta e uma) agências bancárias ou mais existem apenas três municípios, saber: Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis; por outro lado, alguns, em número de 10 (dez), não chegam a possuir uma única agência, a saber: São Francisco de Itabapoana, Macuco, Carapebus, Iguaba Grande, Armação de Búzios, Tanguá, Seropédica, Japeri, Comendador Levy Gasparian e Porto Real. Também apresentam pequeno número de agências, entre uma a cinco, 47 (quarenta e sete) municípios, ou seja, 63% do total de unidades subnacionais municipais desse estado.

Isto implica, numa frase, o seguinte: a maior parte dos municípios do ERJ apresenta baixa circulação econômica.

No que se refere às estimativas do produto interno bruto per-capita (dados referidos ao ano de 1995), não obstante sua conhecida fragilidade, verifica-se que na faixa de R\$73,00 até R\$1.465,00 estariam situados 22 (vinte e dois municípios), ou seja, cerca de 1/3 dessas unidades subnacionais, a saber: Varre-Sai, Laje do Muriaé, Miracema, Cardoso Moreira, Aperibé, São Francisco de Itabapoana, Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Rio Bonito, Saquarema, Magé, Seropédica, Japeri, Mendes, Pinheiral, Quatis, Rio das Flores, Paty do Alferes e Paraíba do Sul. Na faixa subsequente, de R\$ 1.465,00 até R\$2.365,00, encontrar-se-iam 23 (vinte e três) municípios, ou seja, também 1/3 do total dessas unidades subnacionais, a saber: Porciúncula, Natividade, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Italva, Cambuci, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Santo Antônio de Pádua, Macuco, Cordeiro, Duas Barras, Sumidouro, Três Rios, Araruama, Comendador Levy Gasparian, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Vassouras, Valença e Parati.

*

Em vista dos comentários e indicadores alinhavados nesta seção pode-se dizer que o estado em exame apresenta número expressivo de municípios com baixo atendimento de suas demandas sociais (lixo, educação, água, leitos em clínicas básicas) e que esses mesmos municípios apresentam frágil dinamismo econômico, dinamismo esse atestado tanto pela 'variável' demográfica-econômica quanto pelo número de agências bancárias e pelas estimativas do produto interno bruto per-capita.

III. O AVANÇO DA DIFERENCIAÇÃO INTRA-ESPACIAL NO ERJ

Os comentários precedentes demonstram inequivocamente o esvaziamento econômico e demográfico da maior parte dos municípios do ERJ. Assim sendo, por outro lado, também inequivocamente, resulta que pequeno número de municípios desse estado apresenta dinamicidade econômica capaz de atrair população e recursos; tais como, os do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Volta Redonda e mais alguns outros.

Não obstante o anotado, dois fatos chamam a atenção: o crescente agravamento das tensões sociais nos municípios pertencentes à RMRJ, fruto da mencionada desatenção governamental com as demandas sociais, e o agravamento das mesmas tensões sociais nos municípios menores, extra-RMRJ, que possuem atividades econômicas importantes.

No que se refere ao primeiro caso, atinente aos municípios pertencentes à RMRJ, cumpre observar que:

(i) *no que tange às migrações, segundo suas taxas líquidas*, na faixa de -1% até menos de zero %, também estão inclusos alguns dos seus municípios, tais como: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e Rio de Janeiro. Adicione-se aí municípios que embora não pertencentes à RMRJ lhe são contíguos, como por exemplo os de Petrópolis e Magé. Caso considere-se a faixa de -1% para baixo encontrar-se-á outro município importante da RMRJ, o de São João de Meriti. Nesse sentido, verifica-se que mesmo no Município do Rio de Janeiro, e em municípios pertencentes à sua RM(RJ) e entorno, suas taxas migracionais líquidas são bastante baixas. De outra maneira: o Rio de Janeiro, tanto no que se refere ao seu interior quanto ao seu núcleo central, não é mais polo importante, nacionalmente, de atração populacional;

(ii) *no que tange à distribuição espacial da densidade demográfica*, reiterando que a densidade média do estado é de 303 hab./km², verifica-se que os municípios da RMRJ continuam apresentando os mais elevados quocientes, como se segue: Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Vale dizer, conquanto parcela desses municípios apresentem taxas migracionais líquidas até negativas, não atraindo mais população do que a que 'exporta', eles continuam concentrando intensamente os contingentes populacionais desse estado;

(iii) *no que tange ao número de agências bancárias no estado*, verifica-se que um único município encontra-se situado na faixa de 61 até 937 agências bancárias, qual seja, o do Rio de Janeiro. Na faixa seguinte, de 31 até 60 agências bancárias, apenas dois municípios estão referidos, sendo apenas um deles na RMRJ, o de Niterói (o segundo, é o de Petrópolis -que não pertence à RMRJ). Neste sentido, em que pese a elevada densidade demográfica de parcela importante dos municípios da RMRJ, constata-se que, segundo a próxy número de agências bancárias, apenas dois dos seus municípios apresentam circulação econômica

relevante, o que, por sua vez, em alguma medida pelo menos, anuncia a dramaticidade das condições de vida vigente na maioria dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro;

(iv) *no que tange às estimativas do produto interno bruto per-capita*, verifica-se que na faixa compreendida entre R\$3.726,00 e R\$14.239,00, pertencentes à RMRJ, encontram-se apenas cinco municípios, a saber: Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Rio de Janeiro e Niterói. Destes, a presença dos dois últimos não surpreende; tampouco o de Duque de Caxias, provavelmente incluso por conta da Refinaria de Duque de Caxias em seus limites. Neste sentido, dos vários municípios pertencentes à RMRJ, especialmente à chamada Baixada Fluminense, área caracterizada pela pobreza e violência, apenas os dois restantes, Queimados e Belford Roxo, possuem alguma dinamicidade econômica digna de menção.

O exemplo de Duque de Caxias parece ser o mais ilustrativo da Baixada Fluminense. Isto porque sua presença na faixa anotada em (iv) reflete uma particularidade extrema, a presença, como já apontado, da Refinaria de Duque de Caxias nos seus limites territoriais e, conseqüentemente, a geração de elevado valor adicionado no seu espaço, o que, por sua vez, não se traduz mecanicamente em melhor distribuição da renda e da riqueza social para sua população.

No que se refere ao segundo caso, o dos municípios extra-RMRJ que possuem atividades econômicas importantes, cumpre observar o seguinte:

(i) *no que tange às migrações, segundo suas taxas líquidas*, na faixa de -1% para baixo tem-se Cantagalo, tradicional polo cimenteiro, e na faixa entre -1% até menos de zero % têm-se municípios como Petrópolis (polo turístico e de malharia), Campos (tradicional região açucareira), e Resende e seu entorno (tradicional polo turístico, no qual localiza-se a Academia Militar das Agulhas Negras -escola de formação de oficiais do Exército- e onde estão localizadas ou sendo localizadas algumas importantes indústrias do País); etc.;

Vale reiterar: mesmo nestes municípios constata-se perda populacional. No caso do Município de Campos, a crise da cultura sucroalcooleira parece ser a variável explicativa.

No caso de Resende, a nova modalidade de crescimento econômico “capital-intensive” parece ser pouco capaz de absorver contingentes populacionais expressivos, sendo que neste município instalou-se uma fábrica automobilística (não apenas pouco empregadora de mão-de-obra, como produtora de outras mazelas, nas condições dadas, como a valorização das terras e subida de aluguéis residenciais, por exemplo).

*

Em vista do exposto parece razoável apontar que, tanto em municípios da RMRJ como em municípios extra-metropolitanos, a agudização da questão social, especialmente do emprego, vem sendo agravada, subvertendo a lógica dos anos 50/60, na qual a categoria marginalidade expressava uma noção de possibilidade de incorporação ao processo de desenvolvimento de então, com alguma cobertura social propiciada pelo “welfare state” tupiniquim (ainda que tupiniquim!). Na atual contemporaneidade nem na RMRJ nem extra-RMRJ a simples possibilidade de incorporação e coberturas sociais parecem fazer parte do horizonte mais imediato...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As seções anteriores indicaram, introdutória e parcialmente, a necessidade de estudos analiticamente mais acurados sobre os problemas já apontados, seja para a adoção de ações pontuais, em termos de coleta de lixo, abastecimento de água, etc., ou gerais, como são as ações de desenvolvimento estadualizadas (ainda que possam ser orientadas para determinadas ‘áreas’ desse mesmo estado). Não obstante, e salvo engano (por conta dos dados), os problemas mostraram-se presentes em praticamente todos os espaços do ERJ, embora, em alguns deles, dependendo da proxy considerada, eles tenham evidenciado maior ou menor gravidade.

Nesta seção, serão considerados sucinta e preliminarmente mais alguns indicadores problematizadores da vida social -em sentido amplo-, a saber, habitação, transporte, finanças públicas e movimentos sociais, sendo eles, os indicadores, referidos basicamente aos espaços do M-S e/ou da RMRJ. Antes registre-se que a população do ERJ que era de 12.807.706, em 1991, em 1997, estimadamente, atingiria 13.420.605 (CIDE 1997: 45); assim, neste intervalo temporal, ela teria aumentado em cerca de 600.000 pessoas. Registre-

se ainda que a relação população do M-S/população do ERJ ter-se-ia mantido, desde 1991 até 1997, no entorno de 40%, o que equivale dizer que do incremento acima, de 600.000 pessoas, cerca de 240.000 dele ter-se-ia verificado no Município-Sede do Estado do Rio de Janeiro.

Veja-se a *questão habitacional*. Apesar do incremento relativamente modesto acima apontado, mesmo deixando de lado pregressos e sabidos déficits habitacionais, a oferta de novas residências tem se mostrado extremamente modesta ⁽⁸²⁾. Logo, na suposição de uma família padrão de quatro pessoas, no intervalo 1991-97, far-se-ia necessário ofertar, grosso modo, 60.000 novas residências no M-S e 250.000 no conjunto do estado.

Entretanto, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), no período 1991-96, produziu apenas 9.079 unidades habitacionais (CIDE 1997: 87). Este quadro ganha reforço quando considera-se que no mesmo intervalo temporal, no Município do Rio de Janeiro, foram lançadas 29.579 unidades habitacionais (CIDE 1997: 91) -estes dados referem-se ao total da oferta de agentes governamentais e privados. Em vista desses últimos dados, para o ERJ (9.079) e para o M-S (29.579), e da necessidade estimada de 250.000 unidades residenciais no ERJ e de 60.000 no M-S, ainda que reconhecendo a ausência de informações atinentes ao ano de 1997, da dificuldade de comparação existente entre elas, e de outros dados que far-se-iam necessários para uma análise mais segura, parece crível que o déficit habitacional, seja no M-S seja no ERJ, ou na própria RMRJ, ainda que não se possa aqui precisá-lo com exatidão, existe e não é desprezível...Aqui mis uma prova da desatenção crescente dos vários níveis de governo com uma das mais importantes demandas sociais da população, a da moradia própria.

Quanto aos transportes, coletivos, várias são as evidências de que eles constituem problema social da maior gravidade. Afora os tradicionais engarrafamentos, superlotações, riscos impostos aos usuários (e pedestres) pelas conduções imprudentes -ou irresponsáveis mesmo- dos veículos, desrespeitos generalizados das regras da boa direção, etc., o que

⁸². Vale assinalar que a existência de imóveis residenciais potencialmente disponíveis não significa necessariamente oferta. De outra forma: por razões de mercado e outras muitos proprietários preferem manter seus imóveis fechados a alugá-lo.

qualquer bom cidadão não especialista constata diariamente, diversos outros problemas podem ser anotados, tais como: o transporte intermunicipal por ônibus, que era de 564.837 passageiros em 1994, saltou para 703.919 em 1996. Entretanto, nesse mesmo período, a frota de veículos passou de 5.234 para 5.502. De outra forma: enquanto o transporte intermunicipal cresceu 24%, a frota aumentou em apenas 5%; é verdade que a frota de veículos, “coeteris paribus”, percentualmente, precisa aumentar “pari passu” com o número de passageiros transportados ou então que uma variação ocorra, qual seja, a do número de viagens realizadas pelos veículos existentes. E foi exatamente isso que ocorreu no período em questão: o número de viagens realizadas saltou de 18.671 para 21.945, ou, em percentagem, em 17,5%, implicando numa maior intensificação do uso dos veículos; é digno de registro, ainda, que o número de passageiros transportados pela FLUMITRENS, no intervalo 1994-96, caiu de 107.920.000 para 64.956.332. Isto é, houve neste curto intervalo de tempo (de apenas três anos) uma queda de cerca de 40% de passageiros transportados; o metrô, por sua vez, ainda no intervalo 1994-96, registrou aumento de passageiros transportados de 70.122.000 para 92.221.000. Ou seja, o metrô transportou mais 24% de passageiros em 1996 relativamente ao ano de 1994, sem aumento expressivo da extensão da sua malha ⁽⁸³⁾. Assim, a recente explosão do transporte urbano via vans, topics, etc. parece ser o resultado natural da pressão sobre o transporte por ônibus que agrava sua conhecida e inegável precariedade, ou, numa perspectiva mais detida, a materialização da ausência de uma política verdadeiramente pública de transporte, quer estadual quer municipal, ou mesmo de âmbito metropolitano...aqui outra prova cabal da desatenção governamental, crescente, com esta demanda social tão importante, a dos deslocamento casa-trabalho-casa, principalmente.

Mas se a resolução desses problemas, habitacional e transporte coletivo, requer a consideração de ações públicas, o Plano Plurianual -1996/99 do governo estadual vai ao encontro da tese da reforma do Estado nos mesmos termos do governo federal, além de brandir, para tal reorientação, o ônus representado pela sua dívida mobiliária. De outro modo: o governo estadual posiciona-se como articulador ou promotor de ações junto a

⁸³. Os dados deste parágrafo constam de CIDE, 1997, pág. 221 e 223.

parceiros, especialmente os privados, dada a dívida existente, mas não como agente direto e responsável maior pelo enfrentamento dos graves problemas sociais do estado.

Conforme as contas de gestão do estado, de fato, há graves problemas ao nível das suas *finanças públicas*. Assim: a relação custo da dívida/receita total que em 1987 representava 11%, salta para 14% em 1994; a relação custo da dívida/receita corrente líquida tem se mantido, desde 1987 até 1994, na faixa dos 20%; e, o mais gravoso, a relação custo da dívida/operação de crédito que em 1987 alcançava 39%, em 1994 chega a 119%; etc. ⁽⁸⁴⁾. Apesar desse quadro, constrangedor de gastos de custeio e capital, a composição das despesas estaduais, segundo as funções de governo, para o ano de 1995, mostra que os transportes alcançaram percentual de 5% no conjunto das despesas efetuadas, e que a habitação (a qual agrega-se o chamado urbanismo), apenas 1%, ao passo que a 'administração e planejamento' (!?), 16%, e as 'outra funções' (!?), 36%...Possivelmente a abertura, desagregação desses percentuais/dados, mostrará uma destinação de recursos para as funções específicas da habitação e do transporte coletivo menor ainda do que os percentuais assinalados indicam, dada a incorporação do chamado urbanismo à habitação, de obras ao item transporte, etc. -essas questões merecem tratamento analítico ulterior ⁽⁸⁵⁾.

Resta considerar, dentre outras possibilidades, para poder-se pensar alguma alteração desse quadro, as *associações sindicais e organizações governamentais* do ERJ. Em termos apenas numéricos, poder-se-ia concluir que a situação não é das melhores, afinal, no que se refere às pessoas ocupadas de 18 anos ou mais, em 1995, somente 11% delas estariam associadas a sindicatos. Todavia, 79% das pessoas ocupadas e associadas a sindicatos seriam de empregados urbanos, o que, por suposto (realista), sempre tende a implicar em certo potencial de resistência e, espera-se, de proposição alternativas ao atual "status quo" de crescente desobrigação do chamado Poder Público com os interesses da maioria da população...em quase todos os pontos do território estadual.

⁸⁴ . Para maiores detalhamentos vide Tabela 7, pág. 36, do Plano Plurianual, 1996/99.

⁸⁵ . Segundo as funções de governo, as despesas em habitação, no total, alcançaram o seguintes percentuais, no período 1990-94: 1990, 0,92%; 1991, 0,80%; 1992, 0,97%; 1993, 1,42%; e, 1994, 1,47%. Idem, para os transportes: 1990, 6,75%; 1991, 8,25%; 1992, 9,57%; 1993, 6,48%; 1994, 7,39%.

Sendo que uma das mais importantes proposições, salvo engano, deveria ser a da alteração da lógica presente na ação tanto dos governo estadual quanto do federal, qual seja, a do combate a valorização exclusiva da lógica da eficiência (!?), eivada pela perspectiva contábil-financeira, e a da defesa da lógica da equidade social. Na realidade, o darwinismo sócio-político ora praticado, pode parecer estranho para quem conhece a formação social brasileira, mas ele é qualitativamente novo na história recente do País. E, não fora bastante, esse darwinismo opera ainda para a liquidação dos laços mais comezinhos de fraternidade social, indispensáveis, é trivial, para a construção de uma nação socialmente justa, ou pelo menos não tão injusta, além de arrastar o País para a fragmentação sócio-institucional e territorial...mas essa discussão fica para outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, A.B. (1997). "O solo da indústria treme". In: *Jornal do Brasil*, 21/09/97, Caderno de Economia, pág. 28.
- CIDE (1997). *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1995-96*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Planejamento e Controle/Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.
- CNI (1996). *Economia Brasileira -comparações regionais*. Rio de Janeiro.
- OHMAE, K. (1996). *O fim do Estado-Nação -a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- OLIVEIRA, J.S. e SALLES, Y.B. (1993). *Federalismo fiscal: o caso do Rio de Janeiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1996). *Plano Plurianual, 1996-99*. Rio de Janeiro.
- TAVARES, M.C (1997). Globalização e Estado Nacional. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro (2), Lições Contemporâneas, pág. 4. São Paulo.

RESUMO

Este artigo examina introdutória, e parcialmente, a atual sociedade fluminense (Estado do Rio de Janeiro) em vista de alguns indicadores sociais, econômicos e demográficos. Isto posto, ele situa-se na perspectiva de que *políticas efetivamente públicas continuam fazendo sentido, inclusive em âmbito estadual*. Mais detidamente, procede-se a uma aproximação do quadro social, econômico e demográfico do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Na seção inicial são apresentadas algumas informações, enquanto vantagens relativas, sobre o ERJ, no contexto da federação brasileira. Na seção seguinte, são

apresentados alguns indicadores relativos e aproximativos do quadro social do estado (saúde, saneamento básico, educação, taxas migracionais, distribuição espacial da densidade demográfica, etc.), na perspectiva de mostrar a forte correlação existente entre dinamismo econômico e condições sociais de vida. Na terceira seção, são apresentados e discutidos, brevemente, mais alguns indicadores (habitação, transporte, finanças públicas e movimentos sociais) reveladores da desconsideração do poder público para com a questão da população fluminense e dos limites dos movimentos sociais em fazer frente à gravosa situação dessa mesma população.